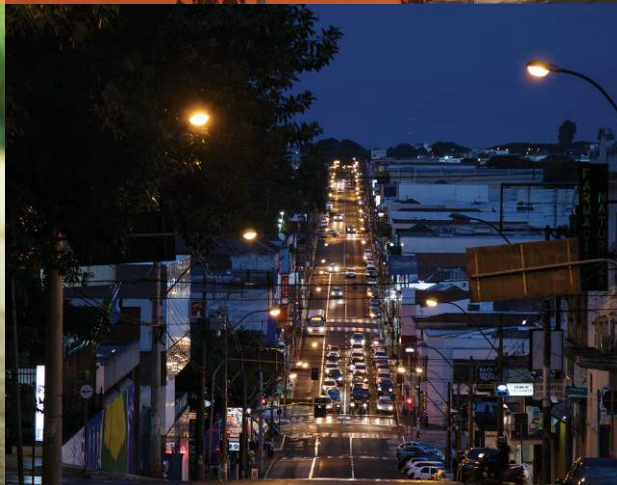




SÃO CARLOS/SP

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE



PERFIL DEMOGRÁFICO,
SOCIOECONÔMICO, MAPEAMENTO E
ESTATÍSTICAS DO SGDCA



SÃO CARLOS/SP

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

**PERFIL DEMOGRÁFICO,
SOCIOECONÔMICO, MAPEAMENTO E
ESTATÍSTICAS DO SGDCA**



1a Edição - São Carlos/SP, 2020.



SÃO CARLOS/SP

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

PERFIL DEMOGRÁFICO, SOCIOECONÔMICO, MAPEAMENTO E ESTATÍSTICAS DO SGDCA

Idealização:



Realização:



Financiamento:



Apoio:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico social da infância, adolescência e juventude São Carlos/SP : perfil demográfico, socioeconômico, mapeamento estatísticas do SGDCA / [coordenação Juliana Karina Navari...[et al.]]. -- 1. ed. -- Joinville, SC : Paine! Pesquisas e Consultoria, 2021. -- (Diagnóstico social da infância, adolescência e juventude São Carlos/SP ; 1)

Outras coordenadoras: Tania Cristina Lopes de Castilho, Ermelinda Maria Uber, Maria Helena Provenzano

Bibliografia.

ISBN 978-85-93177-18-7

1. Crianças e adolescentes - Direitos 2. Direitos fundamentais 3. Educação - Aspectos sociais 4. Estatísticas sociais 5. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 6. Indicadores sociais - São Carlos (SP) 7. Pesquisa social - Metodologia 8. Políticas públicas - Brasil I. Navari, Juliana Karina. II. Castilho, Tania Cristina Lopes de. III. Uber, Ermelinda Maria. IV. Provenzano, Maria Helena. V. Série.

21-83355

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Indicadores socioeconômicos : São Carlos : São Paulo : Estado : Políticas públicas : Bem-estar social 361.61

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Diagnóstico Social da Infância, Adolescência e Juventude de São Carlos/SP

Volume 1

1ª Edição, São Carlos/SP - Núcleo Criativo Painei - 2021

21-83355

CDD-361.61

Município de São Carlos/SP

Gestão 2017/2020

Prefeito Municipal: Airton Garcia Ferreira

Vice-Prefeito: Giuliano Hildebrand Cardinali

Secretarias Municipais

Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas: Helena Maria Cunha do Carmo Antunes

Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento: Dhony Oliveira Souza

Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social: Glaziela Cristiani Solfa Marques

Secretário Municipal de Comunicação: Mateus de Aquino

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação: José Galizia Tundisi

Secretário Municipal de Educação: Orlando Mengatti Filho

Secretário Municipal de Esportes e Lazer: Edson Aparecido Ferraz

Secretário Municipal de Fazenda: Mario Luiz Duarte Antunes

Secretário Municipal de Governo: Edson Antonio Fermiano

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano: João Batista Muller

Secretário Municipal de Obras Públicas: Reginaldo Peronti

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: Carlos Eduardo Colenci

Secretário Municipal de Saúde: Marcos Antonio Palermo

Secretário Municipal de Serviços Públicos: Mariel Pozzi Olmo

Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda: Walcinyr Bragatto

Secretário Municipal de Transporte e Trânsito: Antonio Clovis Pinto Ferraz

Secretário da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida: José Paulo Gomes

Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social: Samir Antônio Gardini

Secretário Municipal Especial de Infância e Juventude: Paulo Wilhelm de Carvalho

Gestão 2021/2024

Prefeito Municipal: Airton Garcia Ferreira

Vice-Prefeito: Edson Aparecido Ferraz

Procurador Geral do Município: Dr. Alexandre Martins Gonçalves Carreira

Secretarias Municipais

Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas: Helena Maria Cunha do Carmo Antunes

Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento: Dhony Oliveira Souza

Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social: Glaziela Cristiani Solfa Marques

Secretário Municipal de Comunicação: Mateus de Aquino

Secretária Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação: José Galizia Tundisi

Secretária Municipal de Educação: Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Secretário Municipal de Esportes e Lazer: Luiz Henrique Lopes

Secretário Municipal de Fazenda: Mario Luiz Duarte Antunes

Secretarias Municipais

Secretário Municipal de Governo: Edson Antonio Fermiano
Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano: Caio Graco Hortenzi Vilela Braga
Secretário Municipal de Obras Públicas: João Batista Muller
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: Luis Antonio Panone
Secretário Municipal de Saúde: Marco Antonio Palermo
Secretário Municipal de Serviços Públicos: Mariel Pozzi Olmo
Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda: Orlando Menghatti Filho
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito: Antônio Clovis Pinto Ferraz
Secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida: Amariluz Garcia Ferreira
Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social: Samir Antônio Gardini
Secretária Municipal Especial de Infância e Juventude: Ana beatriz Sodelli

Gestão do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Representantes Governamentais

Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS
Graziela de Carvalho Campos e Jaqueline Cristina Marques Crempé Glavocic
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Dayane Fernanda R. Campos e Janaina Teresinha da Silva Junqueira Assis
Secretaria Municipal de Fazenda – SMF
Priscila Pizzolato e Daniel Muller de Carvalho
Secretaria Municipal de Governo – SMG
Juliana Pereira Cortês e Laurie Tacin Lubek
Secretaria Municipal de Educação – SME
Rosemary Ap. Brondino Duarte de Souza e Carina Giacometti
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL
Jose Vicente Martins e Sander Rogério Poli
Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude – SMEIJ
Ana Beatriz Sodelli, Paulo Wilhelm de Carvalho e Tania Cristina Lopes De Castilho

Representantes Não Governamentais

Salesianos São Carlos

Thaúana Letícia Felício e Elizângela Pessoa Polizel

Nosso Lar

Antonio de Almeida Silva Filho e Marcia Cristina Simonetti

Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional - ACORDE

Marcos Fernando Amato e Marina Ferrari Tavoni

Associação de Pais e Amigos do Excepcional - APAE

Maria Cristina Duarte Schiabel e Kassiana Maria Della Coletta Keppe Barcelli

Promotoras Legais Populares

Viviane Andrade Bandeira e Daniela Mara Gouvêa Bellini

Cáritas Paroquial São Nicolau de Flue

Claudio José Biason e Ivan Roberto Rigolin

Associação de Apoio a Pais de Autistas - Espaço Azul

Rozimarie Teixeira B. Fernandes e Cristiane Chakib Camis

Gestão do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente 2021/2023

Representantes Governamentais

Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS

Jaqueline Cristina Marques Crempe Glavovic e Regina Helena Granja de Medeiros

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Dayane Fernanda R. Campos e Janaina Teresinha da Silva Junqueira Assis

Secretaria Municipal de Fazenda – SMF

Daniel Muller de Carvalho e Allyfer Aragão Ruiz

Secretaria Municipal de Governo – SMG

Juliana Pereira Cortês e Leila Cristina de Figueiredo Lima

Secretaria Municipal de Educação – SME

Carina Victoria C. Matheus Giacometti e Ligia de Almeida Durante C. dos Reis

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL

Ricardo Sinhorelli Colombo e Antonio José dos Santos

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude – SMEIJ

Ana Beatriz Sodelli e Thiago Nonato de Souza

Representantes Não Governamentais

Amigos de São Judas Tadeu

Milene Moreira da Silva e Alana Andrade de Sousa

CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos

Vanderlaine Santinon e Mariana Matioli

ACORDE - Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional

Marina Ferrari Tavoni e Raquel Alves Borba

Nosso Lar

Márcia Cristina Simonetti e Renata Nunes da Silva

NIASE - Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa

Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva e Alexsandra de Freitas Silva

Associação Sal da Terra

Lucia Helena Machado Nordi e Kelly Tatiane Aranha de Almeida

PROARA - Projeto Aracy

Valentim Donizete de Camargo e Tamires Pineda

Autarquias Municipais

Fundação Educacional São Carlos – FESC

Diretor Presidente: Fernando Henrique da Silva Carvalho

Progresso e Habitação de São Carlos – ProHab

Diretor Presidente: Walcinyr Bragatto

Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Diretor Presidente: Benedito Carlos Marchezin

Fundação Pró Memória de São Carlos

Maria Isabel Alves Lima

Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico

Carina Victoria Candido Matheus Giacometti, Dayane Fernanda Rodrigues Campos, Gabriella Oliveira Hernandez, Jaqueline Cristina Marques Crempe Glavocic, Juliana Karina Navari, Karime Barbara Santo Caminoto, Maria Cristina Duarte Schiabel, Marina Ferrari Tavoni, Raquel Hosana de Souza, Regina Helena Granja de Medeiros, Rozimarie Teixeira B. Fernandes, Tania Cristina Lopes De Castilho e Tiago Nonato de Souza

Comissão Organizadora do Diagnóstico

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Juliana Karina Navari e Tania Cristina Lopes de Castilho

Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

Jaqueline Cristina Marques Crempe Glavocic, Regina Helena Granja de Medeiros e Graziela de Carvalho Campos

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Raquel Hosana de Souza

Secretaria Municipal de Educação

Carina Victoria Candido Matheus Giacometti

Secretaria Municipal de Saúde/CAPSiJ

Dayane Fernanda Rodrigues Campos e Janaina Teresinha da Silva Junqueira Assis

Amigos de São Judas Tadeu

Alana Andrade de Sousa

APAE e CMDCA

Maria Cristina Duarte Schiabel

Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional (ACORDE) e CMDCA

Marina Ferrari Tavoni

Associação de Apoio a Pais e Autistas e CMDCA

Rozimarie Teixeira B. Fernandes

Salesianos São Carlos e CMDCA

Thauana Letícia Felício

Ficha Técnica

Coordenação Geral do Diagnóstico Socioterritorial: Juliana Karina Navari e Tania Cristina Lopes de Castilho

Assessoria Técnica, Painel Pesquisas e Consultoria: Ermelinda Maria Uber e Maria Helena Provenzano

Revisão e validação estatística e metodológica: Ermelinda Maria Uber, Deise Souza Barros e Fabiana Caetano

Análise Estatística: Alan Patrick Xavier dos Santos, Felipe de Ávila, Rodolfo Uber e William Spiess

Equipe Técnica: Alan Patrick Xavier dos Santos, Deise Souza Barros, Fabiana Caetano, Maria Helena Provenzano, Rodolfo Uber e William Spiess

Identidade Visual: Isabela Bortoletto Bozzola, Rafael Uber e Vilson Rolf Noernberg

Revisão Textual e Ortográfica: Franciane Paterno

Apoio Administrativo: Diana Maria Garbin

“

"Fala para esta estatística aí que eu não sou uma falha NÃO! Você mudou minha vida, você me recuperou. Um dia vou mostrar isso pra esses números."

”

Fala de adolescente em atendimento

“

"Esse sonho que você tá sonhando pra mim, eu já cansei de sonhar."

”

Fala de adolescente em atendimento



PREFÁCIO I

A constituição Federal, carta magna do ordenamento jurídico brasileiro, traz em seu bojo que todo servidor e ou serviço público deve ter como escopo os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E foi com este norte que tentamos conduzir, a administração da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude do município de São Carlos.

Todo administrador necessita para a busca da eficiência e eficácia de suas decisões e gestão, de informações e dados que sejam robusta indicação dos melhores caminhos a se seguir. Cabe a nossa Secretaria a indicação e gestão das políticas públicas relacionadas a Infância e Juventude, assessorando o chefe do executivo municipal, na tomada das melhores e mais eficientes medidas nesta área.

Desta forma, desde o início do trabalho de nossa equipe de governo, tentamos herculeamente buscar ferramentas que fossem capazes de nos fornecer tais informações tão preciosas na tomada de decisões.

Surge então, através de parceria entre esta secretaria, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, a Fundação Educacional São Carlos e o Instituto CPFL, a efetivação deste trabalho de coleta de dados e detalhes: o Diagnóstico da Infância, Adolescência e Juventude do município de São Carlos-SP.

Sem preocupações meramente políticas, o diagnóstico nos chega no final de nossa gestão, possibilitando à próxima equipe de trabalho navegar sobre a orientação de precisa bússola, sem desvios cansativos e desgastantes do caminho; mas ao mesmo tempo nos traz ainda o mapeamento do caminho percorrido por nossa equipe, que ainda que pouco orientada, realizou viagem serena e produtiva. E é assim que deve ser o serviço público: uma somatória de medidas descompromissadas de personalismos, em busca do bem comum.

Que possamos, através deste estudo, não meramente “deixar uma cidade melhor aos nossos filhos, mas sim, deixar filhos melhores à nossa cidade”, construindo para todos uma Infância e Juventude feliz, educativa, saudável e produtiva, preparando ótimos cidadãos para o futuro de nossa Nação.

Paulo Wilhelm de Carvalho

Secretário Municipal Especial de Infância e Juventude



PREFÁCIO II

QUAL A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS?

Temos uma importante ferramenta em mãos, graças a união de agentes políticos e privados, respectivamente Prefeitura Municipal de São Carlos, Fundação Educacional São Carlos – FESC, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Instituto CPFL e a Painel Pesquisas, estamos transformando e criando uma nova realidade para as crianças, adolescentes e jovens do município. Identificar, mapear, saber o que realmente acontece em nossa cidade é uma responsabilidade enorme, que nos possibilita entender quais são as reais áreas vulneráveis e onde precisamos criar as políticas públicas eficazes, transformadoras.

A Fundação Educacional São Carlos é um órgão de ensino e de divulgação científica, técnica e cultural. Sua missão é promover a educação de jovens, adultos e idosos em processos formativos extraescolares; assegurando o exercício da cidadania e a criação de uma sociedade educada para a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

Gosto de pensar como Aristóteles, seguindo seu conceito de igualdade: “os iguais devem ser tratados de forma igual e os diferentes de forma diferente”, o que isso significa: que enquanto poder público, temos a obrigação e o dever de promover a igualdade, reduzir as diferenças, criar oportunidades, fazermos com que a corrida seja mais justa para todos.

Esse é nosso papel neste diagnóstico, através dos dados levantados neste documento, criar diretrizes, um norte, para levar educação, cultura, esporte e lazer, cidadania e acima de tudo promover a inclusão de crianças, adolescentes e jovens em uma sociedade mais igualitária e justa.

São Carlos, outubro de 2020.

Fernando Henrique da Silva Carvalho
Secretário Municipal Diretor Presidente da Fundação Educacional São Carlos



PREFÁCIO III

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos - CMDCA/SC, foi criado pela Lei Municipal nº 10.878, de 23 de agosto de 1994, e atende às diretrizes do inciso II do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente. É um órgão autônomo e colegiado, de caráter permanente, deliberativo e controlador da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e se compõe paritariamente por representantes do Poder Público e a sociedade civil.

Dentre suas competências, estão algumas relacionadas a este estudo: deliberar sobre as diretrizes das políticas públicas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; acompanhar e avaliar as ações governamentais e não-governamentais relativas à criança e ao adolescente em âmbito municipal; acompanhar, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, inclusive no Orçamento Participativo, as discussões para definição de prioridade das dotações orçamentárias a serem destinadas à execução das políticas previstas, de forma a assegurar o disposto no artigo 227 da Constituição Federal; divulgar, através dos diferentes meios de comunicação, estudos sobre a situação econômica, social, política e cultural da criança e do adolescente na sociedade brasileira; fomentar a participação da sociedade civil na discussão das políticas de atenção à criança e ao adolescente; atuar de forma propositiva nas demais instâncias de articulação municipal e regional.

Neste contexto, torna-se fundamental a existência de um diagnóstico acerca dessa temática, como forma de garantir que as deliberações do Conselho garantam a formulação de políticas públicas que estejam alinhadas às demandas das crianças, adolescentes e suas famílias.

Maria Cristina Duarte Schiabel
Presidente do CMDCA



PREFÁCIO IV

Este Diagnóstico consolida o desejo antigo dos atores do Sistema de Garantia de Direitos de conhecer a realidade das crianças e dos(as) adolescentes do município; sua finalização chega em um ano especial, em que comemoramos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

O ECA, lei tão cara aos que estão coligados nos esforços de construção e consolidação dos direitos humanos de nossas crianças e adolescentes, representa o resultado da luta da sociedade civil pela implantação de um marco civilizatório: o Princípio da Prioridade Absoluta inaugurado pela Convenção dos Direitos da Criança de 1989, segundo o qual crianças e adolescentes são vistos como: sujeitos de direitos, detentores da prioridade absoluta e estão em condição de peculiar desenvolvimento. O ECA ao consolidar a implantação do artigo 227 da Constituição Federal, traz os mecanismos de superação da concepção da situação irregular do antigo Códigos de Menores.

Assim, se torna um momento ímpar e de especial alegria o encontro do 30º aniversário do ECA com a entrega do DIAGNÓSTICO DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.

Um sonho que se realizou!

A necessidade de conhecer a fundo a realidade em que vivem as crianças, adolescentes e jovens de São Carlos sempre foi pauta colocada por todos os atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do/a Adolescente, por várias gestões do governo municipal, e pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente que, protagoniza desde 1992, a construção de políticas públicas que efetivem e assegurem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

A elaboração deste diagnóstico também potencializa a realização do artigo 86 do ECA, que traz a necessidade da implantação de políticas integradas no atendimento a este público. Ele foi pensado, planejado e construído por muitas mãos. Nem sempre com consenso, mas sempre com o mesmo objetivo: dar fundamentos para a consolidação de uma política da infância e juventude robusta, integral e integradora.

Não podíamos deixar de destacar que a existência da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude em São Carlos reflete a importância que a infância e juventude têm para as gestões municipais. Ela representa uma conquista da sociedade São Carlense, um considerável

avanço no que diz respeito à articulação das políticas intersetoriais, para que demandas sejam vistas, pensadas e concretizadas a partir do princípio da prioridade absoluta.

Se compararmos com a média nacional, São Carlos possui bons indicadores sociais, porém, para além disso, temos agora como aliado, um diagnóstico regionalizado, que permitirá a implantação e o fortalecimento de serviços e projetos nas regiões de maior vulnerabilidade social. Destaque-se que em nenhum momento defendemos a focalização da pobreza, mas a necessidade de ações afirmativas que reparem a nossa dívida social em alguns territórios da cidade.

Essa ferramenta nos possibilitará um olhar mais particular e específico para as diferenças territoriais, sociais, econômicas, culturais, ou seja das condições de vida das diferentes infâncias, adolescências e juventudes que compõem São Carlos. Um olhar apurado que nos permitirá ver nossas potências e nossas fragilidades. Um olhar mais preciso às necessidades de nossos pequenos munícipes. Um olhar para um presente complexo e vulnerável, com vistas a um futuro melhor!

Por fim, nossos agradecimentos a todas e todos que participaram direta ou indiretamente da construção deste diagnóstico; resultado do trabalho coletivo, escrito por muitas mãos, construído por muitos pensamentos, tecido por várias experiências, composto por vários olhares!

Comissão de Monitoramento do Diagnóstico



SIGLATÓRIO

ACORDE	Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício da Prestação Continuada
BPN	Baixo Peso ao Nascer
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAIC	Centro de Atendimento de Infecções Crônicas
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CEME	Centro Municipal de Especialidades
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DNV	Declaração de Nascidos Vivos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia Saúde da Família
HPV	Vírus do papiloma humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecções Sexualmente Transmissível
MC	Ministério da Cidadania
MS	Ministério da Saúde
NASF-AB	Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	20
1.1. SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	22
2. NOTAS METODOLÓGICAS	26
2.1. DIVISÃO TERRITORIAL	26
2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	29
2.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	29
2.3.1. Metodologia da Pesquisa de Percepção	31
2.3.2. Pesquisa Qualitativa em Profundidade	31
2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE	32
3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO	33
4. INDICADORES DO PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO	36
4.1. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	60
4.2. DADOS GERAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	62
4.3. PERFIL DOS ADOLESCENTES E JOVENS DE SÃO CARLOS SOB A PERSPECTIVA DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÃO	66
5. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO	74
5.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA	75
5.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO	76
5.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE	78
5.3.1. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	79
6. PAINEL SOCIAL DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE DE SÃO CARLOS	82
6.1. VIDA E SAÚDE	84
6.2. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	86
6.3. LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE	88
6.4. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	90
6.5. PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	92
7. PESQUISA QUALITATIVA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	94

7.1. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM CRIANÇAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	94
7.1.1. Resultados e Discussão	94
7.1.2. Recomendações	97
7.1.3. Referências bibliográficas	97
7.2. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM ADOLESCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	98
7.2.1. Resultados e Discussão	98
7.2.2. Recomendações	103
7.2.3. Referências bibliográficas	104
7.3. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM PAIS E RESPONSÁVEIS	104
7.3.1. Resultados e Discussão	104
7.3.2. Recomendações	110
7.3.3. Referências bibliográficas	110
7.4. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR	111
7.4.1. Resultados e Discussão	111
7.4.2. Recomendações	114
7.4.3. Referências bibliográficas	115
7.5. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS	115
7.5.1. Resultados e Discussão	116
7.5.2. Recomendações	122
7.5.3. Referências bibliográficas	123
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
8.1. RECOMENDAÇÕES	128
9. CONCLUSÃO	131
10. REFERÊNCIAS	133

1. APRESENTAÇÃO

Fruto de iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, e com a colaboração dos demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, o Diagnóstico da Infância, Adolescência e Juventude do município de São Carlos-SP é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens residentes no Município.

O Diagnóstico tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para o público em epígrafe, como forma de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade local. Seu conteúdo foi elaborado a partir do levantamento de dados geográficos, demográficos, socioeconômicos de bases secundárias, da coleta dos dados disponibilizados por instituições municipais que realizam atendimento ao público de 0 a 21 anos e com dados da pesquisa quantitativa de percepção e das pesquisas qualitativas em profundidade, realizadas com crianças, adolescentes, pais e responsáveis, atores do SGDCA e lideranças comunitárias.

Importante destacar que além das informações coletadas nas Instituições, foi oportunizado ao público alvo deste diagnóstico duas formas de escuta para identificar os anseios, as expectativas e especialmente a realidade atual em que essa população vive.

Na elaboração deste Diagnóstico utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumentos normativos vinculados ao tema e materiais orientativos que regulamentam as políticas e programas sociais, assim como foram seguidas as orientações contidas no termo de referência do Edital Tomada de Preços nº 001/2019. Durante o projeto foram realizadas reuniões estratégicas para alinhar e traçar as diretrizes de execução, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, equipe da Paineira Pesquisas e Consultoria e um corpo técnico especializado atuante no Município, conferindo à sua elaboração um caráter integrativo.

Os resultados deste importante projeto de pesquisa social, serão apresentados em 6 (seis) volumes, conforme a figura. O primeiro volume contém informações sobre o perfil demográfico, socioeconômico, perfil da criança e do adolescente, mapeamento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (SGDCA) e avaliação qualitativa com lideranças comunitárias e profissionais que atuam na área do SGDCA. Nos volumes 02 ao 06 estão inseridas informações dos Direitos Fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



Importante se faz introduzir o conceito de indicador social, que nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), pode ser definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais - como distribuição de renda, miséria, mortalidade infantil, criminalidade, qualidade da educação, violação de direitos entre outras - reforçam a importância e a necessidade de os dados estatísticos fazerem parte do monitoramento e do planejamento, como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, como forma também de acompanhar as mudanças da realidade social da população, objeto deste importante projeto social.

1.1. SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

A positivação dos direitos humanos no ordenamento jurídico é fruto de uma trajetória de conquistas históricas. Para José de Farias Tavares (2001), no contexto dos direitos da criança e do adolescente esse movimento não é diferente, tendo como marco a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que tratou de explicitamente reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e, por sua condição peculiar de desenvolvimento, são merecedores de proteção e atenção especializada e prioritária, ao que ficou conhecida como a doutrina da proteção integral.

Segundo o doutrinador, a trajetória evolutiva para tal conquista teve seus primeiros indícios no contexto internacional ainda com a Liga das Nações¹, na Declaração de Genebra de 1924 e de 1933. Outros marcos ainda foram importantes, como a criação da primeira organização internacional voltada especificamente para os cuidados com a infância, a United Nations International Child Emergency Fund (UNICEF) em 1946; a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em 1948; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969.

Esta trajetória culminou com um tratado de monumental importância, a Convenção dos Direitos da Criança subscrita de 1989 - mas que iniciou em 1979, declarado o Ano Internacional da Criança - a qual é fundada em três princípios basilares:

- I) A proteção especial e integral como ser em desenvolvimento;
- II) A prioridade em preservar a convivência familiar, por ser este lugar ideal para seu desenvolvimento;
- III) O comprometimento das nações subscritoras da convenção em assegurar tais direitos com prioridade absoluta.

É neste cenário que se inicia a trajetória do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos (Machado, 2003). No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral, através do artigo 227, que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos: “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O doutrinador Paulo Afonso Garrido de Paula (2002) organiza a evolução do tratamento da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro em quatro fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela absoluta ausência de normas jurídicas específicas que tratam dos

1 Organização Internacional criada em 1919 no contexto pós guerra destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais. A liga se dissolveu no ano seguinte a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, transferindo a ela suas responsabilidades e competências.

interesses de crianças e adolescentes. Já na segunda fase, a de imputação criminal, as legislações passam a mencionar as crianças e adolescentes, porém apenas para tratar de sua responsabilização pela prática de infração penal. Na terceira fase, a do sistema tutelar, há a preocupação com a integração sócio familiar, em que é concedido ao juiz ampla discricionariedade de atuação, com tutela reflexa de seus interesses pessoais para atuar enquanto representante e no papel de “pai de família”. E por fim, na quarta fase, denominada de fase da proteção integral, é incorporado a legislação nacional um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral. É nesta última fase, e dois anos após a promulgação da Constituição Federal, que foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069/1990.

De forma inovadora o Estatuto rompeu obstáculos e se tornou um instrumento de quebra e mudança de paradigma na realidade das crianças e adolescentes perante a sociedade, rompendo com concepção de serem “simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processos de desenvolvimento”. (Curry; Garrido de Paula; Marçura; 2002, p. 21).

A criação do ECA representa um marco legal e regulatório dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, reafirmando o compromisso assumido com a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988 de proteção especial e integral, oferecendo-lhes um novo “status”, a de serem reconhecidos como sujeitos e protagonistas de seus direitos e deveres. Portanto, este instrumento normativo veio para colocar em prática as garantias e direitos positivados, reafirmando o compromisso da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público em garantir com prioridade absoluta “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Artigo 4º do ECA).

Em seu bojo, fundamenta-se em dois princípios norteadores, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o de sua prioridade absoluta na defesa, garantia e promoção de seus direitos fundamentais. Em vários artigos do Estatuto a presença do princípio da proteção integral se mostra visível, como a criação do Conselho Tutelar; a implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com objetivo de efetivar e assegurar a operacionalização de seus direitos; o direito a dignidade e ao respeito, protegendo o direito de imagem, a identidade, intimidade e vida privada da criança e do adolescente envolvidos na prática de ato infracional; a tratativa das medidas de proteção e medidas socioeducativas; e inúmeros outros dispositivos.

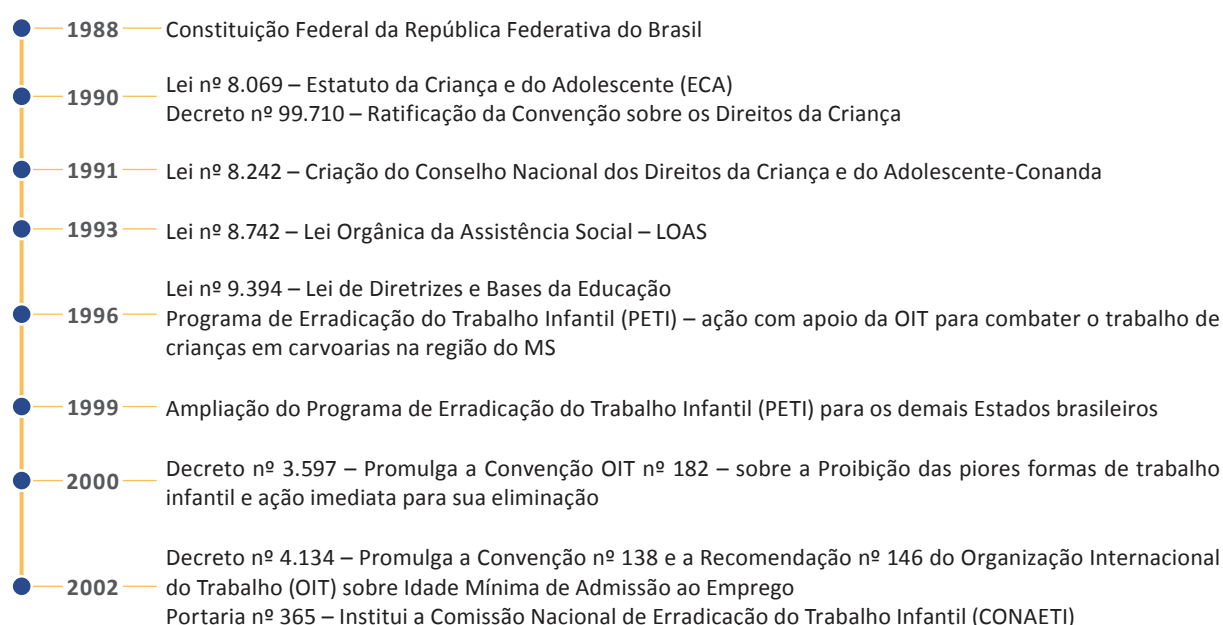
Além disso, ao longo do Estatuto são estruturados dispositivos para tratar da operacionalização de ações e políticas públicas a partir de cinco eixos de direitos – o qual serviu para estruturar a organização dos capítulos e apresentação deste Diagnóstico – quais sejam:

- I) Vida e Saúde;
- II) Educação, à Cultura, Esporte e Lazer;
- III) Dignidade, Respeito e Liberdade;
- IV) Convivência Familiar e Comunitária;
- V) Profissionalização e a Proteção no Trabalho.

A atribuição, o compromisso e a responsabilidade do poder público em garantir tais direitos vai além do seu reconhecimento e positivação no âmbito jurídico, pois sua efetivação compreende a elaboração e execução de políticas públicas assertivas. Neste intento, em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242/91. Os Conselhos de Direito - seja no âmbito nacional, estadual ou municipal – são órgãos paritários, ou seja, são formados por representantes do governo e da sociedade civil, e ocupam um lugar fundamental na materialização dos direitos via políticas públicas (CNJ, 2016).

A igualdade de todos, princípio este fundamental positivado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é efetivada através do olhar para as diferenças de forma equitativa. Assim, leis e políticas públicas não podem estar alheias à realidade das crianças e adolescentes – atentando-se principalmente para as diferenças individuais, culturais e sociais dentro do território - razão pelo qual a realização deste Diagnóstico é de suma importância, e portanto, sociedade civil e Estado devem empregar esforços para que as informações aqui produzidas gerem resultados, através da articulação e o do desdobramento de ações capazes de oportunizar a transformação da realidade social das crianças e adolescentes, de modo a intentar minimizar os contrastes e desigualdades econômicas e sociais progressivamente.

Linha do tempo dos marcos jurídicos no tema dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes





2. NOTAS METODOLÓGICAS

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração deste projeto, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, tratamento e padronização dos dados coletados e as técnicas estatísticas utilizadas na análise.

2.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição das regiões geográficas ou territorialização é a primeira etapa do projeto, sendo imprescindível para a apresentação dos resultados, pois possibilita que os mesmos sejam comparados entre as regiões de modo a identificar as potencialidades, oportunidades e fragilidades existentes em cada território.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2008, p.10-11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (apud SAQUET; SILVA, 2008) coaduna com a notoriedade do conceito para a Política Pública de Assistência Social, que objetiva tanto observar e conhecer o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atua, atentando para as especificidades de cada “chão”, quanto às relações vivenciadas nesses espaços. Isso equivale a dizer que a perspectiva, sob a qual o conceito de território foi utilizado neste diagnóstico, alternará entre as características do município e as vivências estabelecidas entre os indivíduos e todo o universo coexistente.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país, cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário²; a divisão territorial foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

A divisão territorial resultou em 17 regiões geográficas detalhados abaixo no Quadro 1.

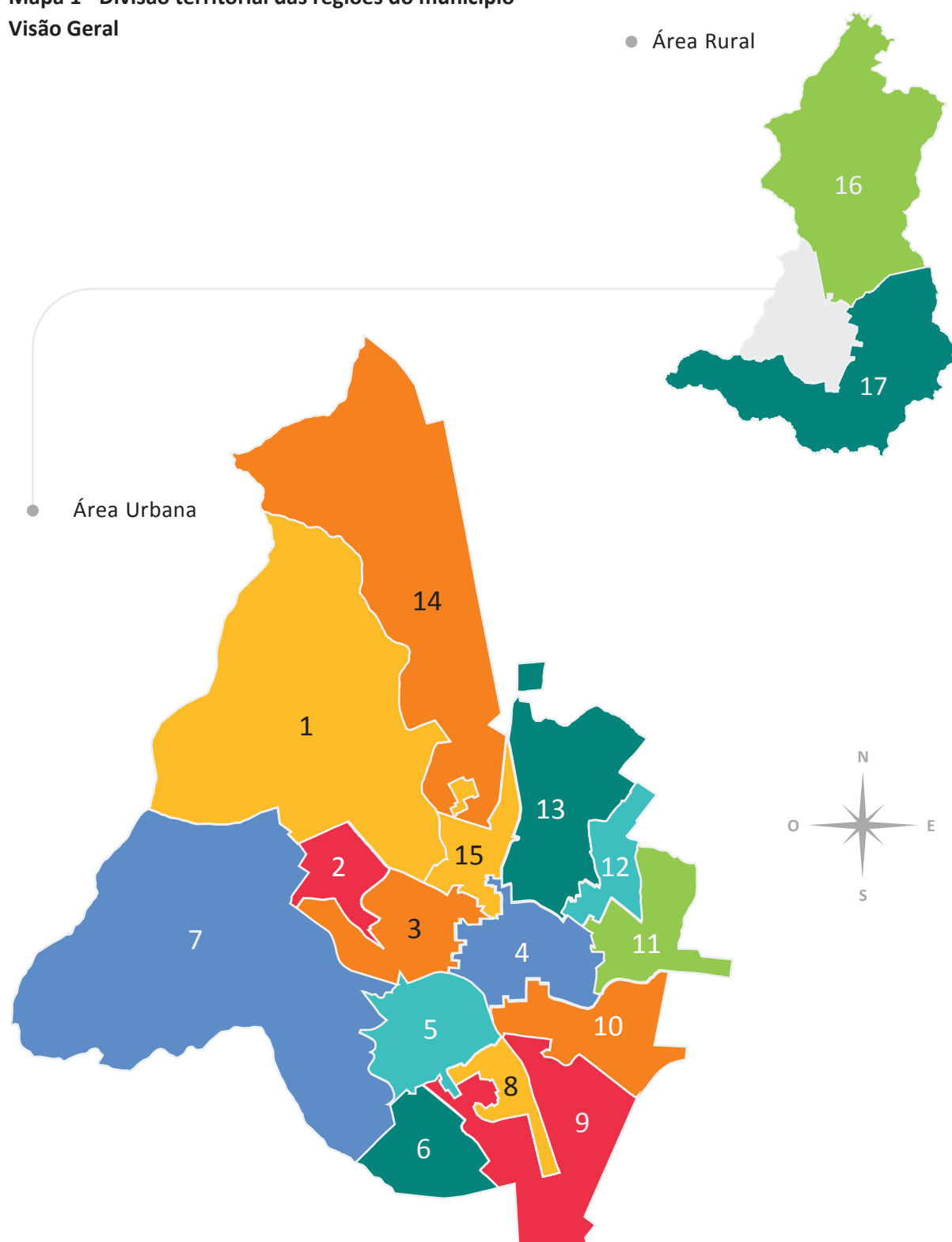
2 Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Quadro 1 – Classificação das unidades geográficas do município

Região	Nome	Principais Bairros ou Localidades	Situação
Região 1	Santa Felícia I	Condomínios Montreal, Condomínio Quebec, Condomínio Terra Nova, Condomínio Eldorado, Condomínio Morada São Carlos, Condomínio Monte Everest, Jardim do Bosque, Aracê Sto. Antônio, Jardim Embaré, Jardim Ipanema, Parque Fehr, Parque Santa Marta, Jardim Acapulco.	Urbana
Região 2	Santa Felícia II	Arnon de Mello, Jardim Bandeirantes, Jardim Santa Paula, Morada dos Deuses, Parque Iguatemi, Residencial Parati, Romeu Tortorelli, Santa Angelina, Santa Felícia, São Carlos II, São Carlos III, São Carlos V.	Urbana
Região 3	Santa Felícia III	Condomínio Parque Faber III, Jardim Alvorada, Parque Faber I, Parque Faber II, Parque Paraíso, Planalto Paraíso, Swiss Park Residencial, Vila Pureza, Pq. Arnold Schimidt.	Urbana
Região 4	Centro I	CENTRO, Jardim Gibertoni, Jardim São Carlos, Vila Faria, Vila Nery, Vila Santo Antônio, Jardim Cardinali, Jardim Brasil, Jd. Nossa Srª Aparecida, Portal do Sol, Parque Anhembi, Vila Arnoldo, Vila Deriggi, Vila Elisabeth, Jardim Bethânia, Vila Rancho Velho, Parque Santa Mônica, Vila Costa do Sol.	Urbana
Região 5	Centro II	Chácara Ferradura, Con. Hab. Romeu Santini, Con. Hab. Silvio Villari, Conj. Hab. Bicão, Jardim Beatriz, Jardim Bicão, Jardim Botafogo, Jardim das Torres, Jardim Medeiros, Jardim Paulista, Jardim Social Belvedere, Jardim Sta. Tereza, Lagoa Serena, Bela Vista, Recreio dos Bandeirantes, Redenção, São Carlos VI, Vila Boa Vista, Vila Carmem, Vila Pelicano, Vila Prado.	Urbana
Região 6	Aracy I	Presidente Collor, Cidade Aracy, Planalto Verde.	Urbana
Região 7	Aracy II	Antenor Garcia, Eduardo Abdelnur, Residencial, Jardim Zavaglia.	Urbana
Região 8	Pacaembú I	Jardim Cruzeiro do Sul, Jardim das Rosas, Jardim Pacaembú, Vila Conceição, Vila Morumbi, Vila Santa Madre Cabrini, Vila Sônia.	Urbana
Região 9	Pacaembú II	Acampamento Capão das Antas, Chácara das Flores, Conjunto Habitacional Waldomiro, Estância Santa Lúcia, Estrada do Broa, Jardim Gonzaga, CDHU, Parque Novo Mundo, Pq. Ind. Miguel Abdelnur, Vila Monte Carlo, Vila Santa Isabel.	Urbana
Região 10	Pacaembú III	Nova São Carlos, Azulville, Azulville II, Brejo Seco, Castelo Branco, Centreville, Jardim D. Francisca, Jardim de Cresci, Jardim Haway, Jardim Maracanã, Jardim Maria Alice, Jardim Mercedes, Jardim Nova São Carlos, Jardim Novo Horizonte, Jardim Ricetti, Jardim São Paulo, Jardim Taiti, Pq. São José, Recreio São Judas Tadeu, Vila Alpes, Vila Irene, Vila Lutfalla, Vila Marcelino, Vila Monteiro.	Urbana
Região 11	São Carlos VIII 3	C.E.A.T, Jardim Munique, Jardim São Rafael, Jardim Tangará, Parque Primavera, Parque Residencial Maria Stella Fagá, Jardim dos Coqueiros, Residencial Astolpho Luiz do Prado, Residencial Itamarati, Parque Douradinho, Parque dos Timburis, Parque Sabará, Res. Américo A. Margarido.	Urbana
Região 12	São Carlos VIII 1	Vila Jacobucci, Jardim Santa Maria II, São Carlos VIII (Dom Constantino Amistaldi), Vila Vista Alegre, Jardim Santa Maria I.	Urbana
Região 13	São Carlos VIII 2	Chácara Bataglia, Chácara do Parque, Chácara Paraíso, Chácara Parolo, Chácara São Caetano, Dom Bosco, Jardim Citelli, Jardim Macarengo, Jardim Real, Jardim S. João Batista, Jardim Santa Helena, Parque Estância Suíça, Tijuco Preto, Vila Brasília, Vila Laura, Vila Marigo, Vila Marina, Vila Max, Vila Nossa Srª de Fátima, Vila Celina, Parque Belvedere, Res. Samambaia, Bosque de São Carlos, Vila São José.	Urbana
Região 14	Jockey II	Residenciais Dama, Village São Carlos I, Village São Carlos II, Village São Carlos III, Village São Carlos IV.	Urbana
Região 15	Jockey I	Chácara Casale, Monjolinho, Cidade Jardim, Jardim Guanabara, Jardim Hikari, Jardim Jockey, Jardim Lutfalla, Jardim Nova Santa Paula, Jardim Paulistano, Jd. Nova Santa Paula, Parque Delta, Parque Industrial, Solar dos Eng., Jardim Centenário.	Urbana
Região 16	Rural I	Água vermelha, Aporá de S.Fernando, Atibaia de S. Fernando, Chácara Leila, Concórdia, Santa Eudóxia, Encontro Valparaíso, Estância do 29, Jardim Itaipú, Jd. Itararé, Portal do Vale, Recanto dos Ypês, Res. João Tavoni, Tutoya do Vale, Vale do Uirapuru, Vale Sta. Felicidade, Varjão.	Rural
Região 17	Rural II	Jardim Itaipú, Recreio Campestre, Vale do Uirapuru, Quinta da Felicidade e a Zona Rural.	Rural

Em conjunto com a comissão de acompanhamento do Diagnóstico, foi elaborada a divisão dos recortes geográficos que resultou em 17 regiões detalhadas no quadro que segue.

Mapa 1 - Divisão territorial das regiões do município - Visão Geral



2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente residente no município, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais e demais instituições governamentais ou não governamentais.

2.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a construção deste diagnóstico foram coletados dados primários³ e secundários⁴, do período de 2018 a 2019, dos equipamentos governamentais e não governamentais que compõem a rede de atendimento municipal da população infanto-juvenil. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela.

Evidencia-se que previamente à análise foram realizados procedimentos de tratamento e padronização dos dados coletados, para correção de registros incompletos, duplicados, ou de qualquer outro tipo de inconsistência que possa comprometer a qualidade da análise e seus resultados.

A formatação e padronização dos dados coletados foi realizada a partir da expertise de trabalho desenvolvida pela Painei Pesquisas e Consultoria, por meio da criação de categorias de agrupamento da informação, geradas pelo SiPA (Sistema de Informação, Padronização e Análise de Dados), fundamentadas a partir dos instrumentos normativos que orientam as políticas públicas de atendimento do público objeto deste estudo.

3 Primários são dados brutos obtidos coletados pela Painei Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitos deles encontram-se em fichas físicas.

4 Secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

Quadro 2 – Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários	Atendimentos realizados pelos Conselhos Tutelares;
	Registros de acompanhamento do PAIF, prestados pelo CRAS;
	Registros de acompanhamento do PAEFI, prestados pelo CREAS;
	Registros de acompanhamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
	Registros de atendimento do Centro da Juventude;
	Informações de atendimento dos projetos/programas de esporte e cultura ofertados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e pela Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude;
	Informações das instituições não governamentais vinculadas ou inscritas no CMDCA;
	Informações de adoção nacional e internacional da Vara de Infância e Juventude;
	Processos de apuração de atos infracionais e execução de MSE da Vara da Infância e Juventude;
	Informações de cadastro e programas e projetos da pessoa com deficiência, vinculado à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida;
	Registros de Atendimento do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e unidade de cumprimento de MSE em meio aberto e fechado;
	Registros de Atendimento das Unidades de Acolhimento Institucional;
	Informações de programas e projetos municipais relacionados a educação, incluindo educação inclusiva e lista de espera para educação infantil;
	Informações dos atendimentos das instituições governamentais e não governamentais que realizam atendimento para pessoas com deficiência;
	Informações de atendimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS, CAPSi, CAPS AD);
Pesquisa documental de dados secundários	Dados complementares de saúde, do CEO, da USE, PAVAS da Secretaria Municipal de Saúde.
	Censo demográfico 2010 (IBGE) – microdados e agregado por setor censitário;
	Cadastro único para programas sociais (CadÚnico) da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social;
	Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP);
	Bases de dados do DATASUS (SIASUS, SIH/SUS, SIM, SINASC, SINAN) do Ministério da Saúde;
Pesquisa quantitativa de percepção	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia.
	Pesquisa quantitativa de percepção com adolescentes e jovens de 12 a 21 anos.
Pesquisa qualitativa em profundidade	Pesquisa qualitativa em profundidade com crianças, adolescentes; pais e responsáveis; atores do SGDCA e lideranças comunitárias.

2.3.1. Metodologia da Pesquisa de Percepção

A pesquisa de percepção compreende dados coletados pela equipe de pesquisadores da Paine! Pesquisas, por meio de abordagem direta. A abordagem seguiu os critérios de neutralidade ou seja: sem interferências de pessoas ligadas à família, amigos ou conhecidos, para que as crianças e adolescentes entrevistados, se sentissem confortáveis em responder a sua situação a respeito dos temas abordados. A pesquisa foi realizada em locais públicos como ruas, casas, praças, entre outros.

Quadro 3 – Plano amostral da Pesquisa de Percepção

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	Residentes na faixa etária de 12 a 21 anos
Unidade amostral	Pessoa com idade 12 a 21 anos
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Região e faixa etária
Tamanho da amostra realizada	526
Erro amostral	4,2%
Confiança	95%

A coleta dos dados em campo foi realizada entre os dias 18 de novembro a 05 de dezembro de 2020 por uma equipe de seis (6) pesquisadores, por meio de abordagem presencial com a utilização de tablet e de acordo com os estratos da amostra de cada região. Os pesquisadores responsáveis pela coleta dos dados no campo foram capacitados e orientados para que mantivessem postura acolhedora, imparcial e sigilosa para assegurar um ambiente seguro e confiável, de modo que os entrevistados pudessem sentir-se à vontade para responder as perguntas do questionário.

Com base na metodologia descrita a pesquisa foi realizada com adolescentes e jovens de 12 a 21 anos e teve como principal objetivo identificar o perfil dos entrevistados, seu modo de vida, além da sua percepção sobre temas relacionado aos direitos fundamentais do ECA.

O questionário aplicado foi estruturado conjuntamente pela Paine! e Comissão do Diagnóstico com perguntas sobre o convívio familiar, perspectiva de futuro, trabalho, dignidade, aspectos nas áreas de educação, esporte, cultura, lazer entre outros.

2.3.2. Pesquisa Qualitativa em Profundidade

Com objetivo de estimular os atores locais a participar do processo de construção do Diagnóstico - por meio da análise conjunta da realidade sob a perspectiva humana e dados numéricos levantados, foram realizadas 5 (cinco) pesquisas qualitativas, por meio de rodas de conversas, como forma de estimular o diálogo colaborativo dos participantes. A escolha deste critério de investigação fundamenta-se no objetivo proposto, o de conhecer realidade do município sem limitar-se ou contrapor os números quantitativos apresentados, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo.

Segundo Minayo (2004) em função do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, a amostra em relação ao número de grupos ou de entrevistados não é o foco principal, já que este método se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais - os sentimentos, valores, ideologias e motivações – que permeiam os entrevistados e traçam a sua visão de mundo em relação aos pontos pesquisados.

A escolha dos temas fundamentada nos direitos fundamentais e cotidiano dos atores do SGDCA e os que participaram desta pesquisa qualitativa foram aprovados pela Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico.

2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE

Todos os dados coletados foram tratados e processados a partir de técnicas estatísticas, com o objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do município. Para tanto, serão apresentados no formato de indicadores sociais, análises descritivas e complementares, em conjunto com tabelas, gráficos, infográficos, mapa coropleto e mapa de calor, para facilitar a visualização e a compreensão dos resultados.

Os indicadores são proporcionalmente calculados com base no total da população residente em cada região geográfica, o que permite compará-las de forma equalizada, por meio de taxas percentuais, por mil, dez mil ou cem mil habitantes. Sua classificação será apresentada em *Quantil* - separatriz que divide o intervalo de frequência de uma população ou de uma amostra, em partes iguais. Os mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Quartil* para 4 grupos ou partes, cada uma com 25% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Assim, considerando o número de divisões territoriais deste diagnóstico, priorizou-se a utilização do *Quintil*⁵, o qual divide e ordena os indicadores em cinco partes iguais, conforme ilustrado no Quadro 4. Todavia, em algumas situações em que houver muitas taxas iguais a "zero", possivelmente os dados serão apresentados em menores divisões, de modo a possibilitar maior uniformidade na visualização e na classificação dos grupos.

Quadro 4 – Ilustração do método *Quintil*.

Primeiro <i>Quintil</i>	Segundo <i>Quintil</i>	Terceiro <i>Quintil</i>	Quarto <i>Quintil</i>	Quinto <i>Quintil</i>
É o agrupamento de até 20% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 20% a 40% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 40% a 60% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 60% a 80% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 80% da amostra ordenada
Muito Baixo Indicadores na extremidade inferior da mediana (Até 20%)	Baixo (De 21% até 40%)	Médio Indicadores em torno da mediana (De 41% até 60%)	Alto (De 61% até 80%)	Muito Alto Indicadores na extremidade superior da mediana (De 81% até 100%)
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

O cálculo da razão é o resultado entre o maior e menor valor do indicador de região geográfica. Para este cálculo são desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), portanto, será considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

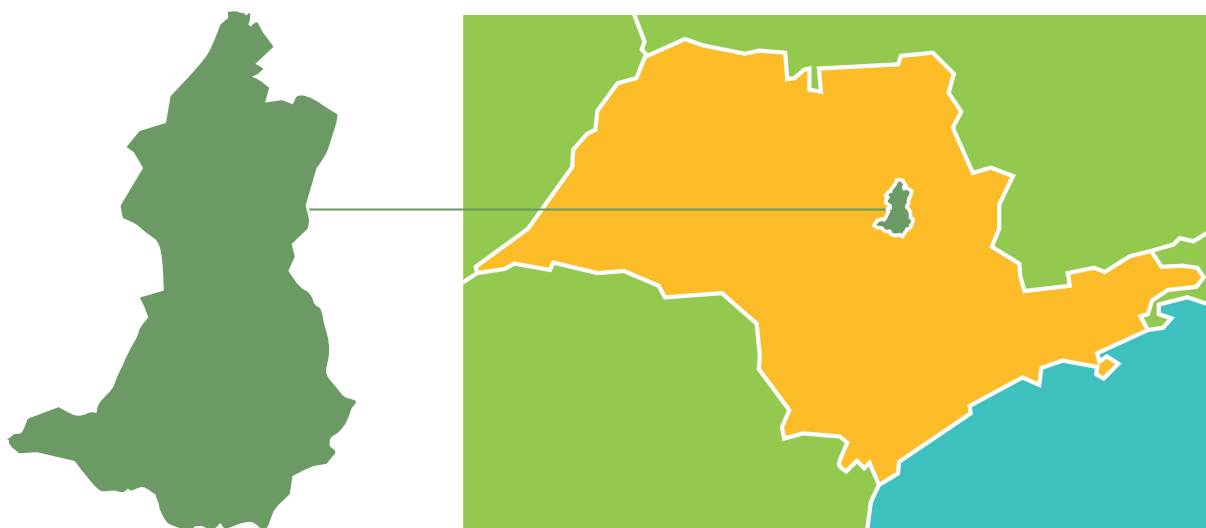
- **Fórmula para cálculo da razão entre as regiões:**

$$\frac{\text{Maior indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Razão}$$

5 TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

O município possui uma área de 1.143,64 km². Com população de 221.950 hab segundo o Censo de 2010. A densidade demográfica é de 194,06 hab/km². Pertence à mesorregião Araraquara.



A história de São Carlos inicia em 1831, com a demarcação da Sesmaria do Pinhal. Começou a ser povoada em finais do século XVIII, com abertura e trilhas que levavam às minas de ouro de Cuiabá e Goiás. As regiões de Piracicaba, Rio Claro e os campos, mapas e cerrados de Araraquara já possuíam levas de povoadores na região circunvizinha.

Os primeiros proprietários das terras da Sesmaria do Pinhal, em sua maior parte, foram os herdeiros da família Arruda Botelho, a data da fundação, 4 de novembro de 1857. A povoação era composta de algumas pequenas casas ao redor da capela.

Em 1865 quando a Câmara Municipal é empossada, São Carlos é elevada à categoria de vila. Alguns anos mais tarde a vila contava com 6.897 habitantes e destacava-se na região pelo seu rápido crescimento e importância regional. Com seu crescente desenvolvimento e ampla infra-estrutura urbana, a região passa de vila à cidade e em 1886, conta com uma população de 16.104 habitantes.

A primeira atividade econômica de maior expressão foi a formação de fazendas de café, entre 1831 e 1857, que chega à Fazenda Pinhal em 1840, espalhando-se por todas as terras férteis no município e torna-se o principal produto de exportação. Essa expansão da lavoura cafeeira, traz a expansão de um sistema eficiente para escoar a produção para o porto de Santos por meio da ferrovia em 1884, o que deu um grande impulso ao desenvolvimento da economia da região.

Outro fenômeno que deixou influências na região central do estado de São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, foi a imigração. Pelo contexto de terras férteis ao cultivo do café,

São Carlos recebeu imigrantes das regiões setentrionais da Itália. Esses, vinham para trabalhar nas lavouras do café e, graças às habilidades que traziam, atuavam também na manufatura e no comércio.

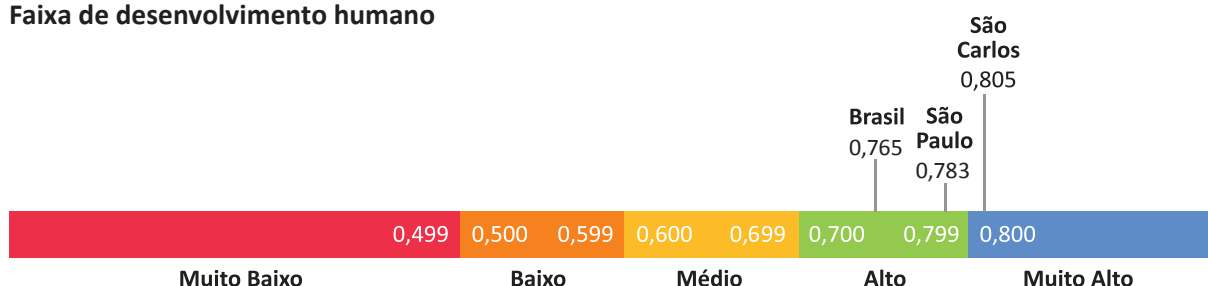
A presença de imigrantes italianos era grande, e o governo italiano manteve um vice-consulado em São Carlos. No início do século XX existiam várias sociedades culturais e de ajuda mútua, desenvolviam atividades culturais com finalidade de promover a educação, entre elas a Vittorio Emanuele, de 1900 e Dante Alighiere, de 1902. A crise cafeeira de 1929 levou os imigrantes a deixarem a atividade rural, indo trabalhar no centro urbano como operários nas oficinas, no comércio, prestação de serviços, nas fábricas de artefatos de madeira e cerâmica bem como na construção civil.

A cidade foi se desenvolvendo e crescendo, foram se instituindo bancos, a infraestrutura de luz elétrica, bondes, sistemas de água e esgoto, entre outros, criando assim solo fértil para outras fontes de desenvolvimento e condições para a industrialização e empresas que foram se estabelecendo. O setor industrial desenvolveu-se a partir de oficinas que serviam às plantações de café. A fabricação de máquinas de beneficiamento, sapatos, adubos, ferragens, móveis, macarrão e charutos, assim como alfaiatarias, cervejarias, fundições, serrarias, tecelagem, indústria de lápis e olarias marcam a economia de São Carlos nos anos 30. Nas décadas de 50 e 60 a indústria solidifica-se com a instalação de fábricas de geladeiras, compressores, tratores e uma grande quantidade de pequenas e médias empresas, fornecedoras de produtos e serviços.

O grande avanço intelectual se deu na segunda metade do século XX, em abril de 1953, com a implantação da Escola de Engenharia de São Carlos, vinculada à Universidade de São Paulo (USP), e, na década de 70, a criação de Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), selando assim, o desenvolvimento tecnológico e educacional do município.

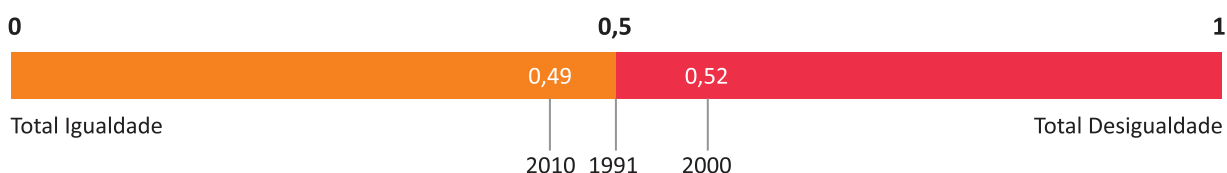
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de São Carlos tem a nota de 0,805, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,863, seguida de renda, com 0,788, e de educação, no índice de 0,766. O município ocupa a 28ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul-SP) e o menor é 0,418 (Melgaço-PA).

Faixa de desenvolvimento humano



Outro índice habitualmente utilizado para medir a desigualdade ou a distribuição de renda entre a população é o índice ou coeficiente de Gini⁶, que consiste em um número entre 0 (zero) a 1 (um), onde, quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade. Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano o coeficiente de Gini em São Carlos no período de 1991 até 2010, alterou de 0,50 para 0,48 o que significa que a desigualdade ou concentração de renda reduziu em quatro pontos percentuais (4%).

Representação em escala de 0 a 1 do índice de Gini



Quadro 5 – Imagens do Município



6 O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de "0" (situação onde não há desigualdade) a "1" (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo). IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira, 2018, pag. 134 - <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>

4. INDICADORES DO PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO

Indicador 1: Densidade domiciliar

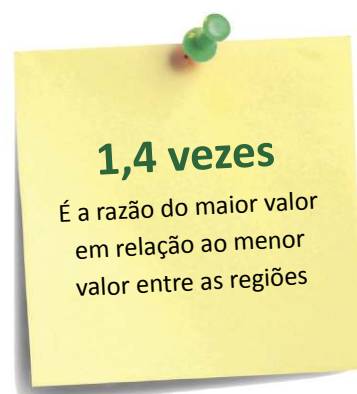
A densidade domiciliar ou média de moradores por domicílio é maior do que a média geral (3,1), em oito regiões das dezessete. A Região 7 mostra o maior valor (3,6) e a Região 4 o menor valor da série (2,6). A razão entre o maior e o menor valor para o município é 1,4 vezes. O crescimento populacional da população no período 2010 a 2020 é de estimativa do IBGE da população no ano de 2020 é de 254.84.

	Região Geográfica	Total de domicílios ocupados	Total da população residente	Indicador (densidade domiciliar)
Muito Baixo	Região 4	8.585	22.689	2,6
	Região 15	5.116	14.995	2,9
	Região 3	4.027	11.842	2,9
	Região 13	4.147	12.207	2,9
Baixo	Região 5	11.379	34.291	3,0
	Região 10	4.797	14.587	3,0
	Região 1	2.125	6.652	3,1
Médio	Região 11	6.651	20.922	3,1
	Região 14	872	2.761	3,2
	Região 8	3.726	12.136	3,3
Alto	Região 16	1.622	5.293	3,3
	Região 12	2.939	9.655	3,3
	Região 2	5.229	17.726	3,4
Muito Alto	Região 6	5.478	18.891	3,4
	Região 9	2.709	9.402	3,5
	Região 17	931	3.311	3,6
	Região 7	1.268	4.590	3,6
Município		71.601	221.950	3,1

Definição

Total da população residente, dividido pelo total de domicílios ocupados

Menor Valor	Região 4	2,6
Média	São Carlos	3,1
Maior Valor	Região 7	3,6



Fonte: IBGE, 2010.

Densidade demográfica por hab/km²

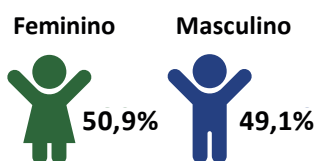
2010	195,15 hab/km ²
2017	216,46 hab/km ²

Fonte: IBGE, Atlas BR.

População residente por situação

Urbana	96,0%
Rural	4,0%

Sexo



Representação gráfica do indicador por região geográfica

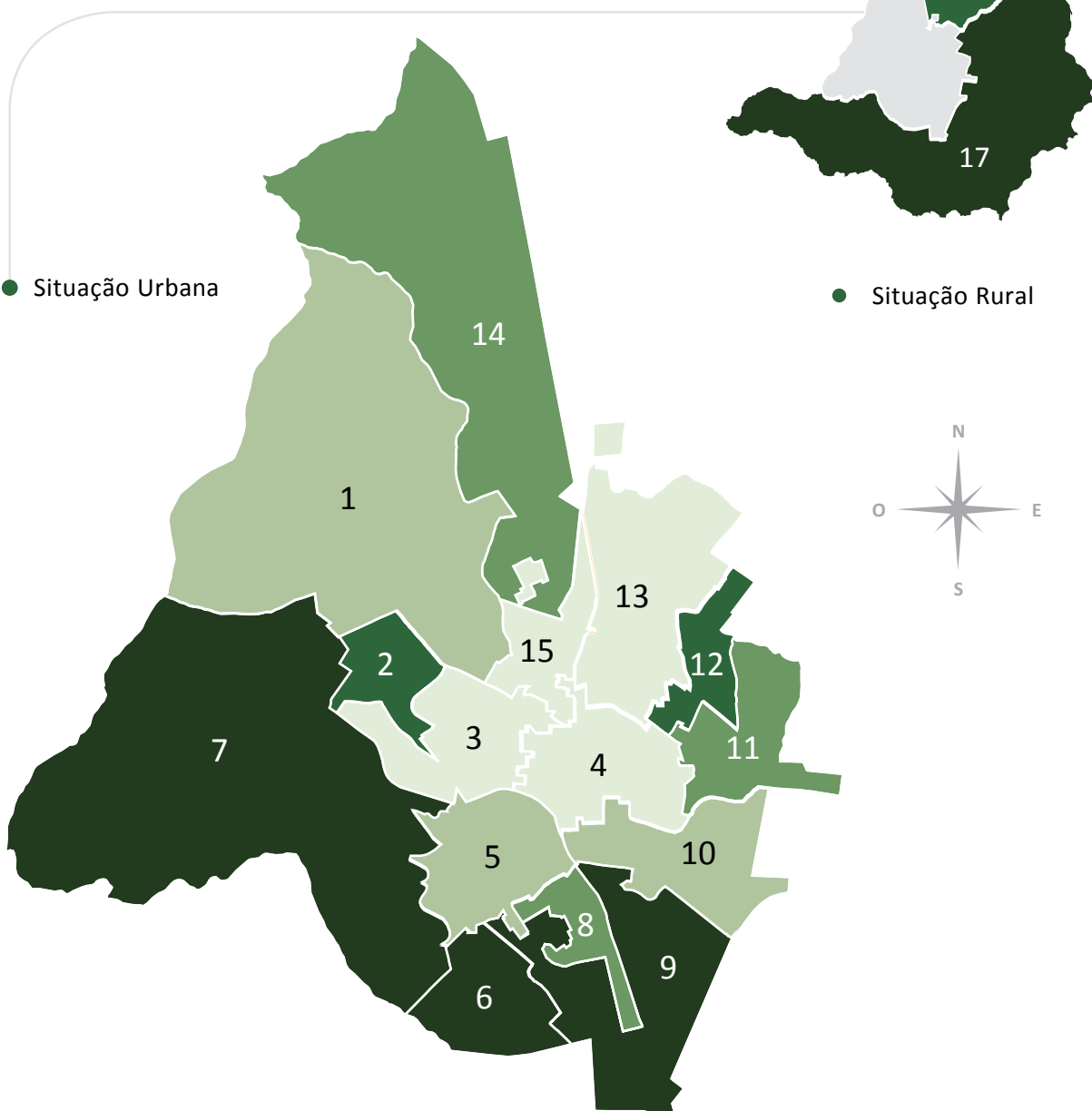
O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

● Situação Urbana

● Situação Rural



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 2: Razão de dependência total (RDT)

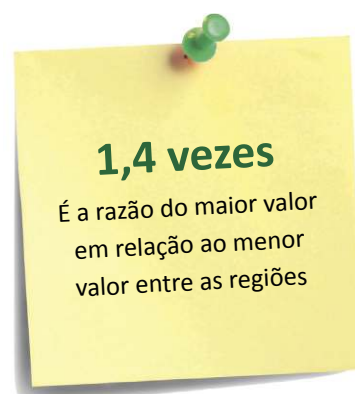
A média geral de São Carlos para este indicador é de 47,8% e os destaques de maior e menor valor ficam com Região 7 (59,3%) e Região 15 (41%) respectivamente. A razão entre o maior e o menor é de 1,4 vezes.

	Região Geográfica	População de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 e de 60 ou mais anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 15	10.637	4.358	41,0%
	Região 3	8.374	3.468	41,4%
	Região 11	14.703	6.219	42,3%
	Região 2	12.408	5.318	42,9%
Baixo	Região 1	4.646	2.006	43,2%
	Região 14	1.913	848	44,3%
	Região 8	8.369	3.767	45,0%
Médio	Região 13	8.295	3.912	47,2%
	Região 10	9.783	4.804	49,1%
	Região 9	6.303	3.099	49,2%
	Região 12	6.471	3.184	49,2%
Alto	Região 5	22.978	11.313	49,2%
	Região 6	12.560	6.331	50,4%
	Região 17	2.156	1.151	53,4%
Muito Alto	Região 16	3.444	1.849	53,7%
	Região 4	14.219	8.419	59,2%
	Região 7	2.881	1.709	59,3%
	Município	150.140	71.755	47,8%

Definição

População de 0 a 14 anos e de 60 anos e mais de idade, dividido pela população de 15 a 59 anos de idade, vezes 100

Menor Valor	Região 15	41,0%
Média	São Carlos	47,8%
Maior Valor	Região 7	59,3%

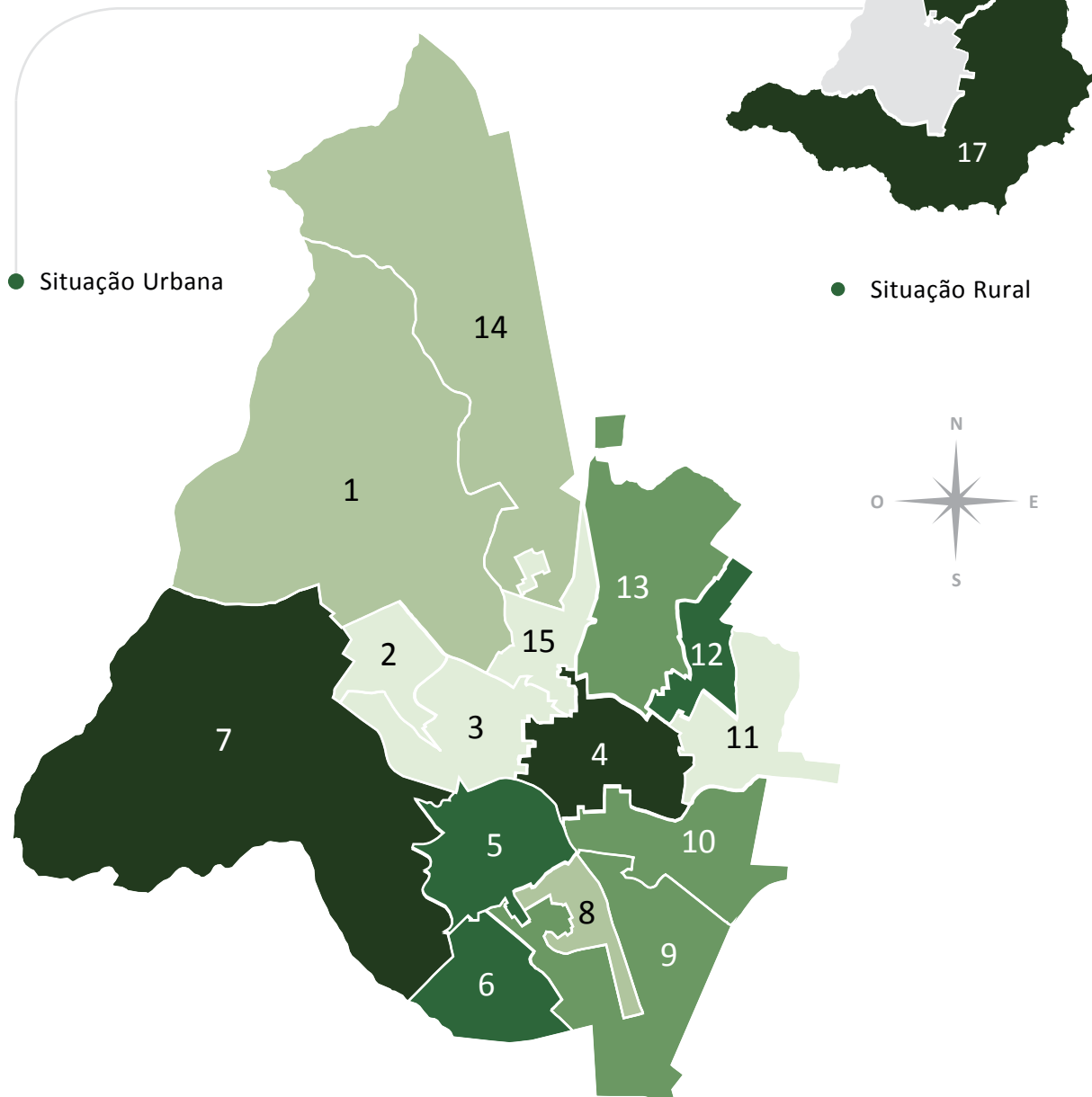


Fonte: IBGE, 2010.

Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 3: Responsáveis por domicílio não alfabetizados

A razão entre as regiões é muito significativa neste indicador: 13,2 vezes entre o maior e menor valor. A Região 4 aparece com o menor valor (1,1%) e a Região 7 possui o maior percentual, (14,5%), taxa percentual de aproximadamente 65% acima da segunda maior da série, o que remete atenção prioritária para ações de enfrentamento ao analfabetismo, neste território.

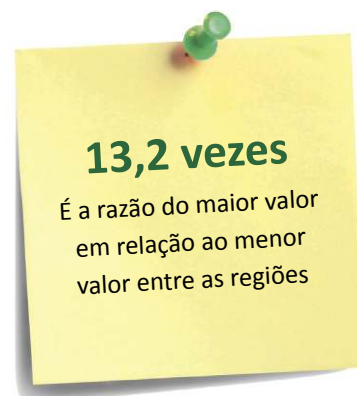
	Região Geográfica	Pessoas Responsáveis	Responsáveis por domicílio não alfabetizados	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	8.594	97	1,1%
	Região 3	4.034	71	1,8%
	Região 1	2.125	40	1,9%
	Região 10	4.804	99	2,1%
Baixo	Região 11	6.660	154	2,3%
	Região 5	11.382	313	2,7%
	Região 15	5.117	183	3,6%
Médio	Região 8	3.726	153	4,1%
	Região 13	4.150	171	4,1%
	Região 2	5.235	235	4,5%
Alto	Região 14	874	42	4,8%
	Região 12	2.943	163	5,5%
	Região 16	1.624	131	8,1%
Muito Alto	Região 9	2.711	224	8,3%
	Região 6	5.486	472	8,6%
	Região 17	987	87	8,8%
	Região 7	1.294	188	14,5%
	Município	71.746	2.823	3,9%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

Responsáveis por domicílio não alfabetizados, dividido pelo total de responsáveis por domicílios, vezes 100

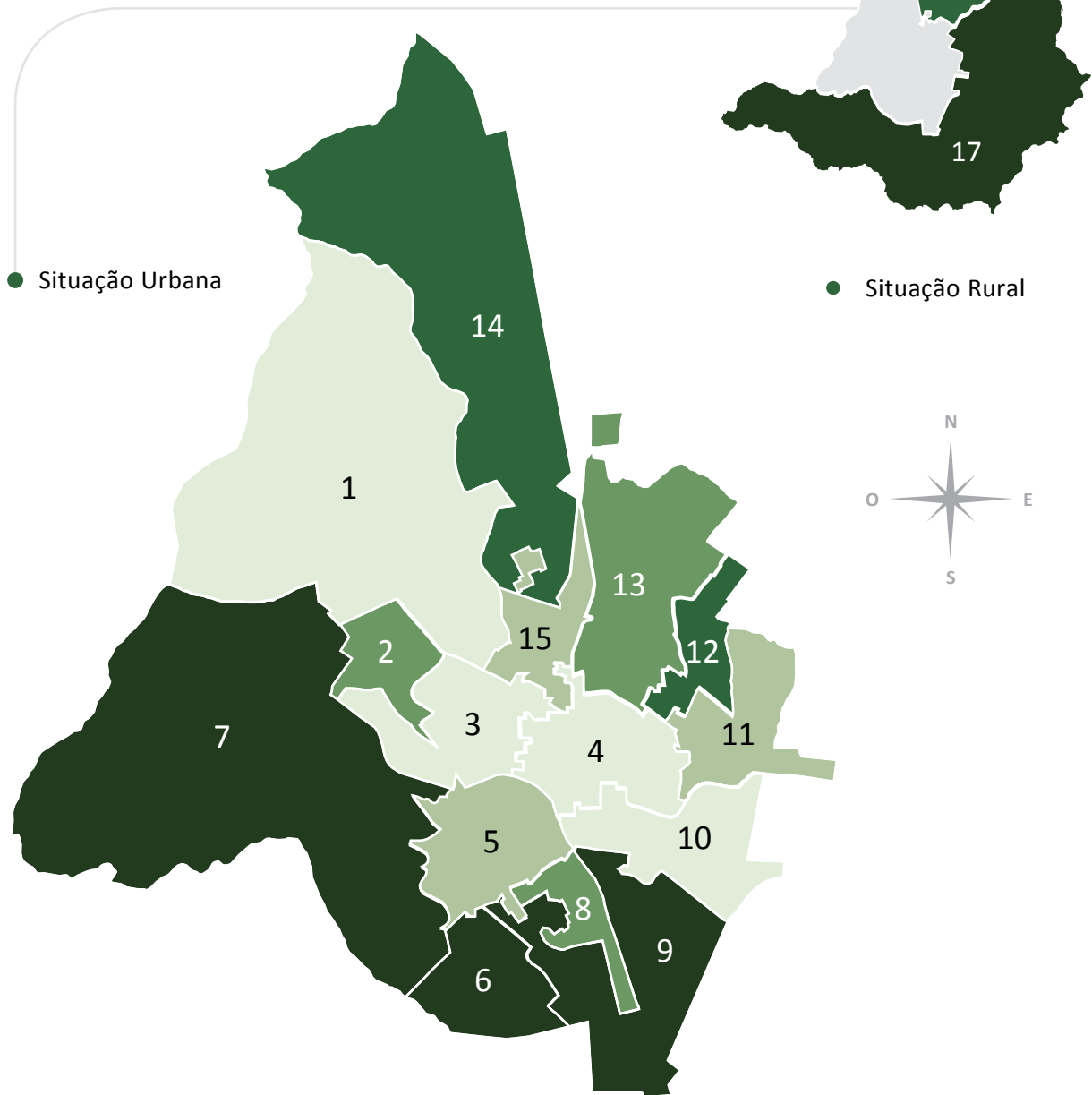
Menor Valor	Região 4	1,1%
Média	São Carlos	3,9%
Maior Valor	Região 7	14,5%



Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 4: Renda nominal *per capita*

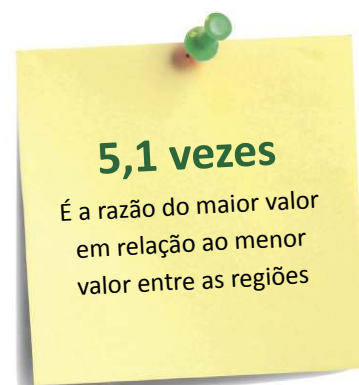
A renda nominal per capita, segundo o Censo do IBGE de 2010 mostra que a Região 3 possui o maior valor R \$1.730,90 e a Região 7 o menor valor da série, R\$ 339,70, região de alta prioridade, para projetos de geração de renda. A razão entre a maior e a menor valor neste indicador é de 5,1 vezes. Considerando que o salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00, indica que as Regiões 6,7 e 9 a renda nominal per capita é inferior a 1 (um) Salário Mínimo.

	Região Geográfica	População Total	Renda Nominal Total (R\$)	Indicador (R\$)
Muito Baixo	Região 3	11.842	20.497.809,00	1.730,90
	Região 4	22.689	39.098.640,00	1.723,20
	Região 14	2.761	4.692.654,00	1.699,60
	Região 1	6.652	9.616.084,00	1.445,60
Baixo	Região 15	14.995	15.949.788,00	1.063,70
	Região 13	12.207	11.803.920,00	967
	Região 10	14.587	13.911.544,00	953,7
Médio	Região 11	20.922	17.896.326,00	855,4
	Região 5	34.291	27.821.457,00	811,3
	Região 8	12.136	8.592.638,00	708
Alto	Região 17	3.311	2.270.714,00	685,8
	Região 16	5.293	3.203.057,00	605,1
	Região 2	17.726	10.464.526,00	590,3
Muito Alto	Região 12	9.655	5.412.870,00	560,6
	Região 9	9.402	4.125.373,00	438,8
	Região 6	18.891	7.617.284,00	403,2
	Região 7	4.590	1.559.119,00	339,7
Município		221.950	204.533.803	921,50

Definição

Renda nominal total, dividida pela população total.

Maior Valor	Região 3	1.730,90
Média	São Carlos	921,50
Menor Valor	Região 7	339,70



Fonte: IBGE, 2010.

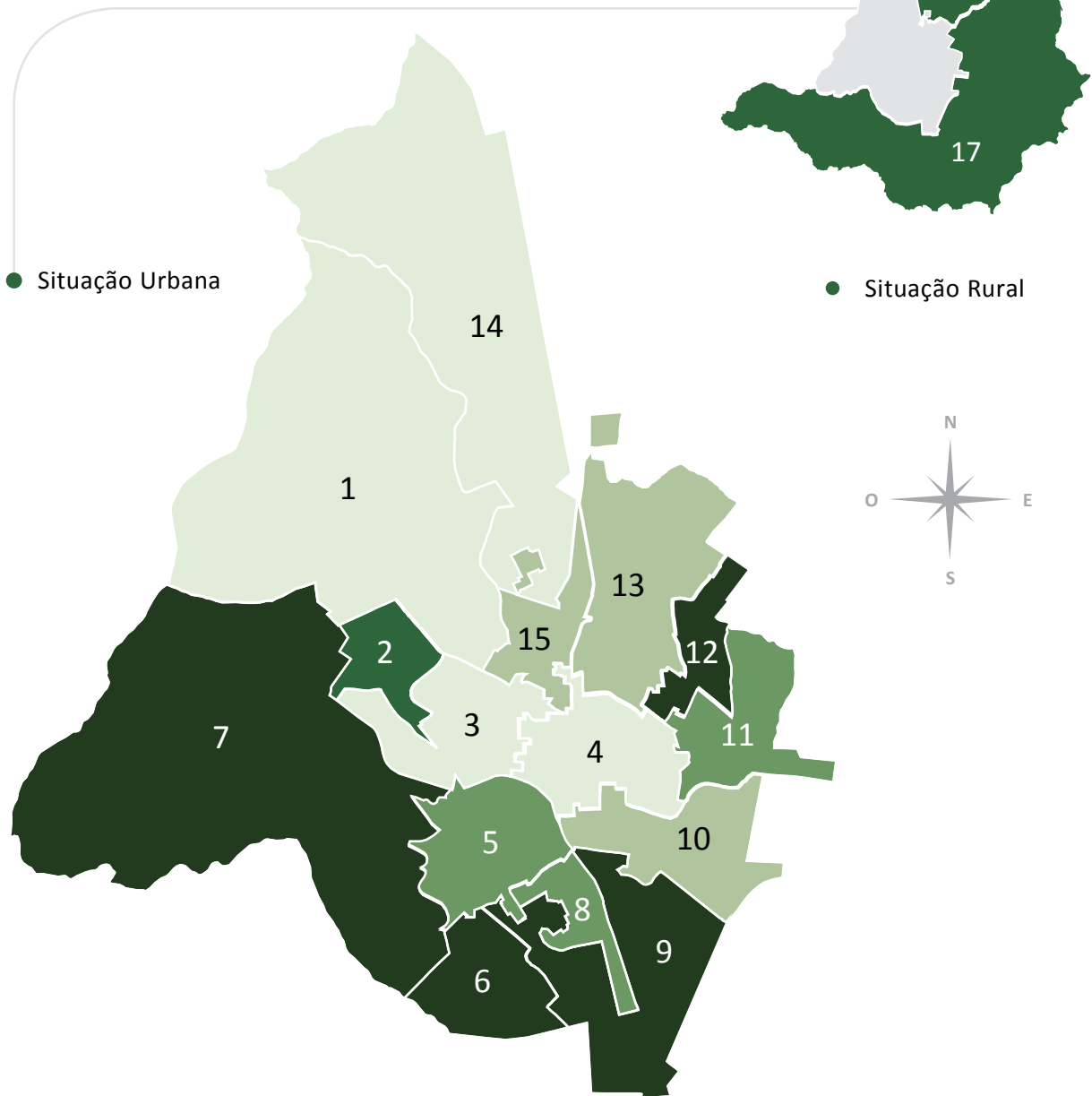
Nota 1: Para este indicador quanto maior o valor da renda per capita nominal, melhor a condição econômica da população.

Nota 2: Salário mínimo em 2010 igual a R\$ 510,00.

Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 5: Renda per capita domiciliar de até 1/2 salário mínimo

A média geral da renda per capita domiciliar de até 1/2 SM em São Carlos é de 9,8%. A razão entre as regiões é muito significativa: 13,8 vezes entre a Região 7 de maior valor (35,8%) e a Região 4 de menor valor (2,6%). Neste indicador se confirma a prioridade de atenção em ações voltadas à geração de renda para as famílias residentes na Região 7.

	Região Geográfica	Total de domicílios	Domicílios com renda per capita de até 1/2 SM	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	8.585	224	2,6%
	Região 3	4.027	163	4,0%
	Região 1	2.125	109	5,1%
	Região 10	4.797	257	5,4%
Baixo	Região 13	4.147	251	6,1%
	Região 5	11.379	724	6,4%
	Região 11	6.651	444	6,7%
Médio	Região 15	5.116	352	6,9%
	Região 14	872	70	8,0%
	Região 8	3.726	337	9,0%
Alto	Região 2	5.229	643	12,3%
	Região 12	2.939	493	16,8%
	Região 17	931	171	18,4%
Muito Alto	Região 16	1.622	306	18,9%
	Região 9	2.709	630	23,3%
	Região 6	5.478	1.420	25,9%
	Região 7	1.268	454	35,8%
Município		71.601	7.048	9,8%

Definição

Domicílios com renda per capita domiciliar de até 1/2 Salário Mínimo, dividido pelo total de domicílios, vezes 100.

Menor Valor	Região 4	2,6%
Média	São Carlos	9,8%
Maior Valor	Região 7	35,8%

13,8 vezes

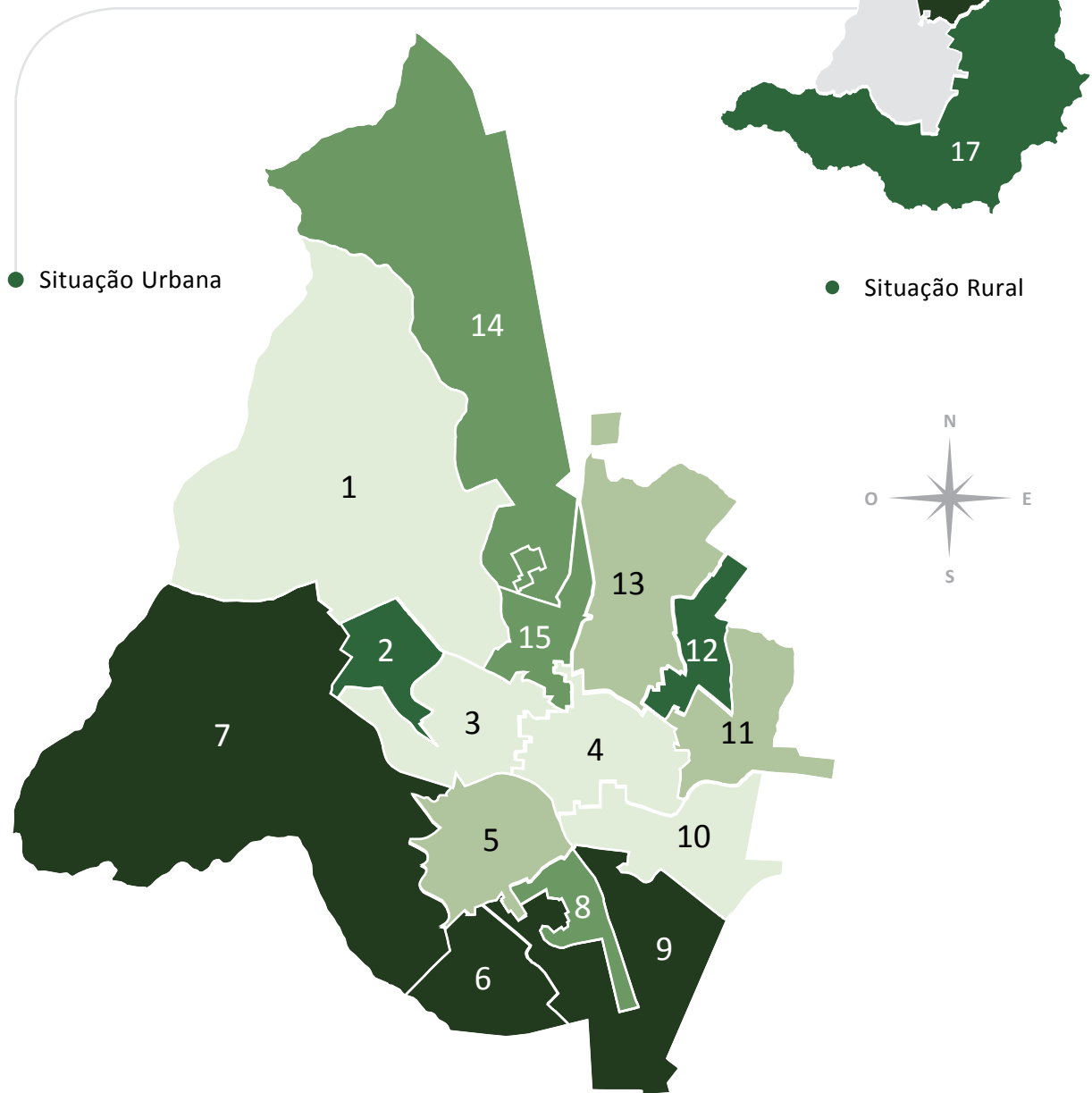
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 6: População residente com idade de 5 anos ou mais não alfabetizada

Segundo o censo demográfico de 2010, a média geral da população de 5 anos ou mais, não alfabetizada de São Carlos é de 4,9%. Para este indicador a razão entre as regiões é de 7,6 vezes.

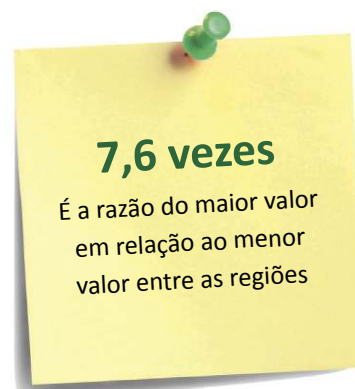
	Região Geográfica	População total de 5 anos ou mais	População não alfabetizada de 5 anos ou mais	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	21.822	392	1,8%
	Região 3	11.224	331	2,9%
	Região 10	13.923	482	3,5%
	Região 5	32.554	1.160	3,6%
Baixo	Região 11	19.497	770	3,9%
	Região 1	6.172	244	4,0%
	Região 15	14.244	589	4,1%
Médio	Região 8	11.497	495	4,3%
	Região 13	11.611	558	4,8%
	Região 14	2.552	134	5,3%
Alto	Região 2	16.610	954	5,7%
	Região 12	8.967	571	6,4%
	Região 17	3.065	237	7,7%
Muito Alto	Região 9	8.667	707	8,2%
	Região 16	4.952	425	8,6%
	Região 6	17.232	1.551	9,0%
	Região 7	4.155	568	13,7%
	Município	208.744	10.168	4,9%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

População não alfabetizada com idade de 5 anos e mais, dividido pela população com idade de 5 anos e mais, vezes 100.

Menor Valor	Região 4	1,8%
Média	São Carlos	4,9 %
Maior Valor	Região 7	13,7%

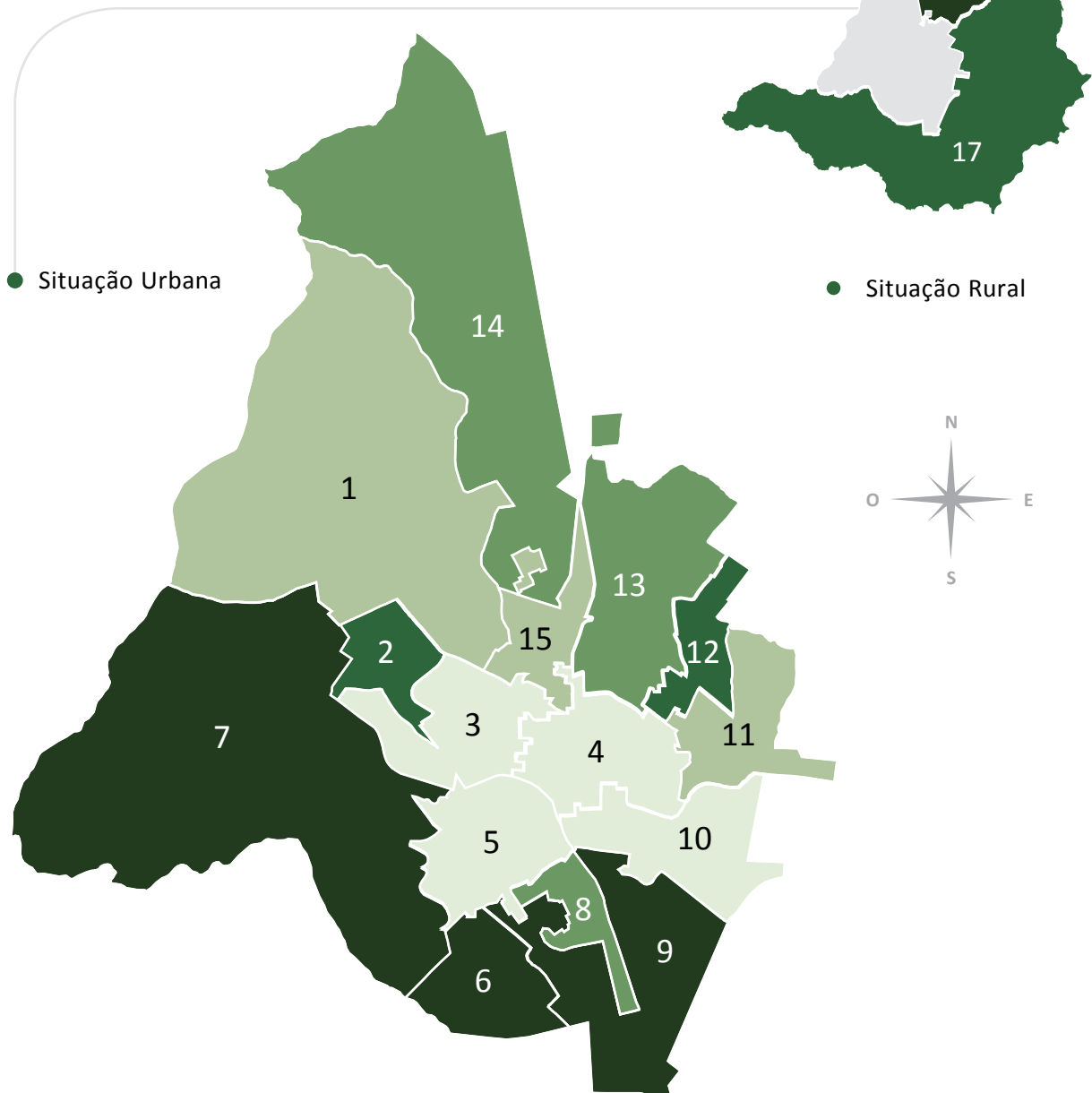


Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 7: População residente com idade de 0 a 17 anos

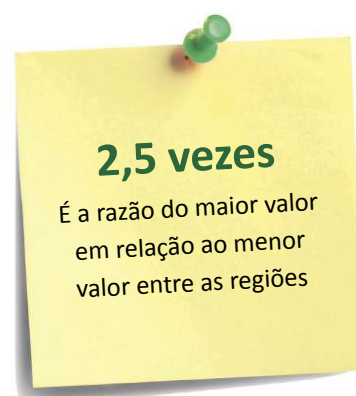
A população de 0 a 17 anos, segundo o Censo Demográfico de 2010, corresponde à 23,9% da população total residente no município. A Região 7 tem o maior percentual desta faixa etária (38,5%) e a Região 4 o menor percentual (15,4%). A razão entre as regiões é de 2,5 vezes. São Carlos tem menos participação de crianças e adolescentes em relação ao total da população, se comparado com Brasil (29,5%) e São Paulo (26,3%).

	Região Geográfica	População Total	População de 0 a 17 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	22.689	3.488	15,4%
	Região 10	14.587	2.796	19,2%
	Região 13	12.207	2.345	19,2%
	Região 15	14.995	3.071	20,5%
Baixo	Região 5	34.291	7.153	20,9%
	Região 3	11.842	2.567	21,7%
	Região 8	12.136	2.740	22,6%
Médio	Região 11	20.922	5.309	25,4%
	Região 1	6.652	1.730	26,0%
	Região 14	2.761	730	26,4%
Alto	Região 2	17.726	4.880	27,5%
	Região 12	9.655	2.692	27,9%
	Região 16	5.293	1.491	28,2%
Muito Alto	Região 17	3.311	971	29,3%
	Região 9	9.402	2.970	31,6%
	Região 6	18.891	6.449	34,1%
	Região 7	4.590	1.765	38,5%
	Município	221.950	53.147	23,9%

Definição

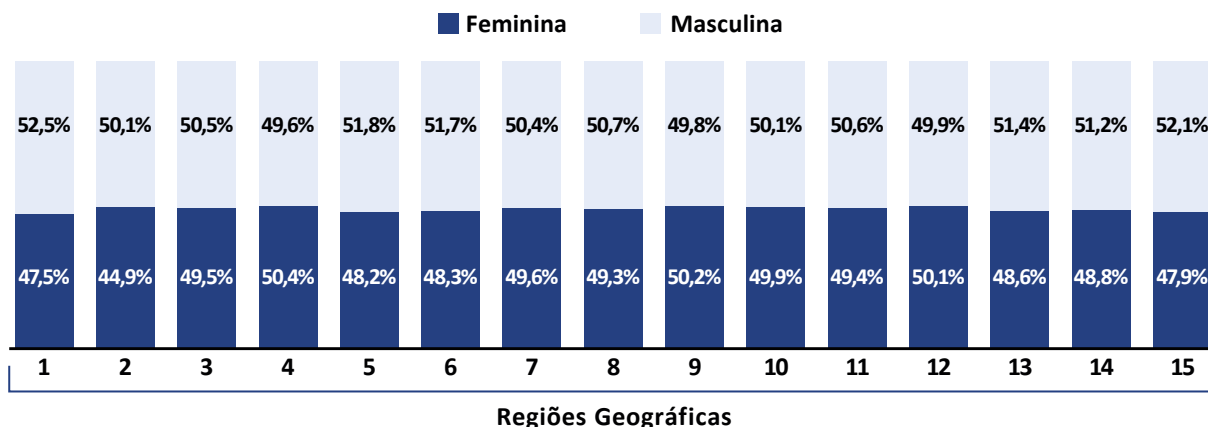
População residente com idade de 0 a 17 anos dividido pela população total, vezes 100

Menor Valor	Região 4	15,4%
Média	São Carlos	23,9%
Maior Valor	Região 7	38,5%



Fonte: IBGE, 2010.

População residente com idade de 0 a 17 anos, segundo o sexo



Representação gráfica do indicador por região geográfica

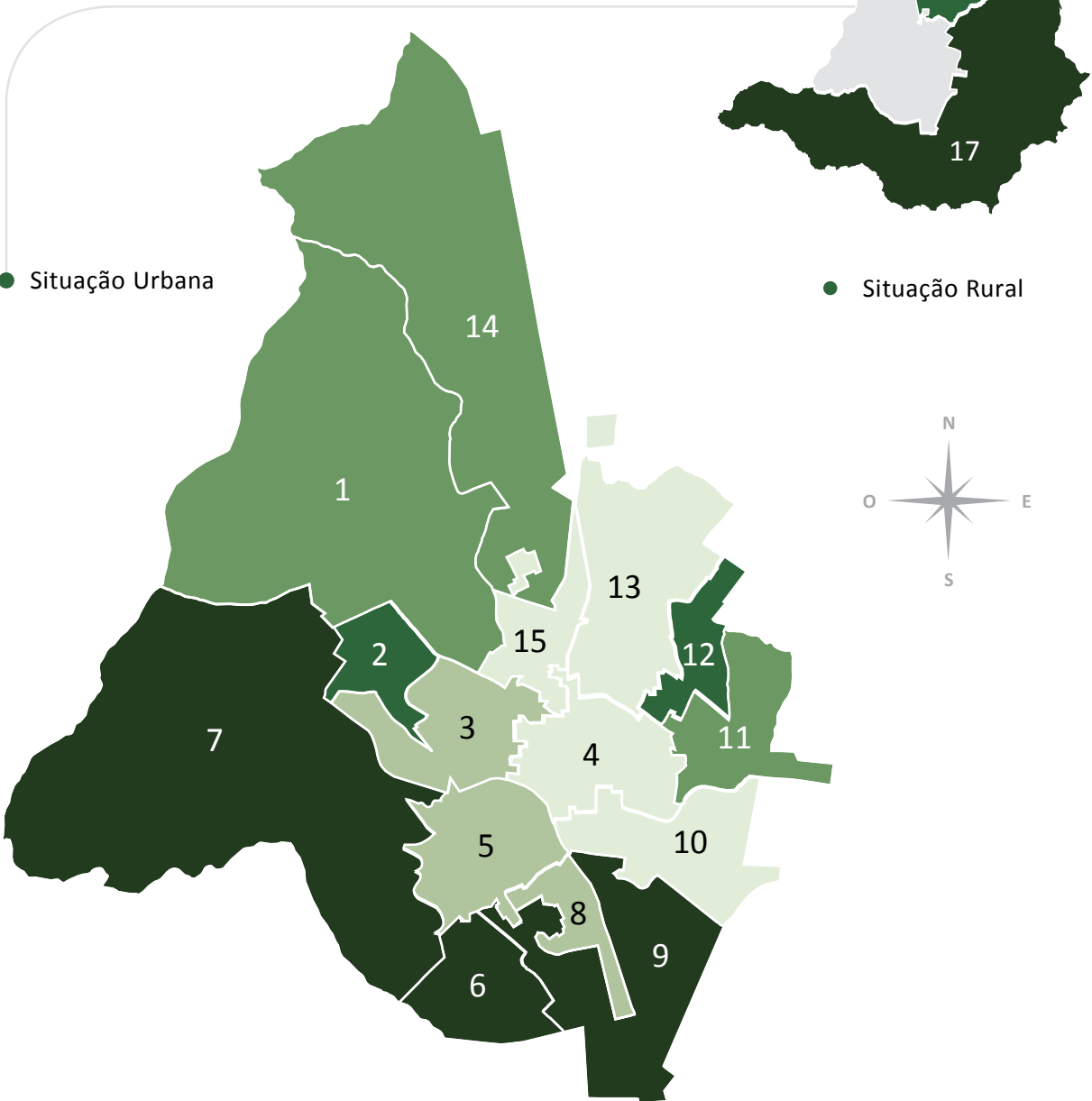
O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



● Situação Urbana

● Situação Rural



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 8: População residente com idade de 0 a 5 anos

A faixa de idade da primeira infância representa 7,2% em São Carlos, segundo o último censo demográfico. A Região 7 possui o maior percentual 11,7% e a Região 4 o menor percentual 4,4%. A razão é de 2,7 vezes entre as regiões.

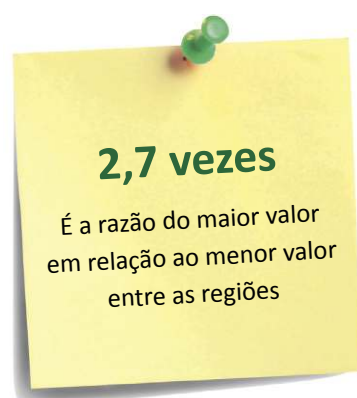
	Região Geográfica	População Total	População de 0 a 5 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	22.689	994	4,4%
	Região 10	14.587	815	5,6%
	Região 13	12.207	719	5,9%
	Região 15	14.995	899	6,0%
Baixo	Região 5	34.291	2.089	6,1%
	Região 8	12.136	778	6,4%
	Região 3	11.842	764	6,5%
Médio	Região 2	17.726	1.352	7,6%
	Região 16	5.293	421	8,0%
	Região 11	20.922	1.733	8,3%
Alto	Região 12	9.655	818	8,5%
	Região 17	3.311	289	8,7%
	Região 1	6.652	590	8,9%
Muito Alto	Região 9	9.402	869	9,2%
	Região 14	2.761	260	9,4%
	Região 6	18.891	1.978	10,5%
	Região 7	4.590	537	11,7%
	Município	221.950	15.905	7,2%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

População residente com idade de 0 a 5 anos dividido pela população total, vezes 100

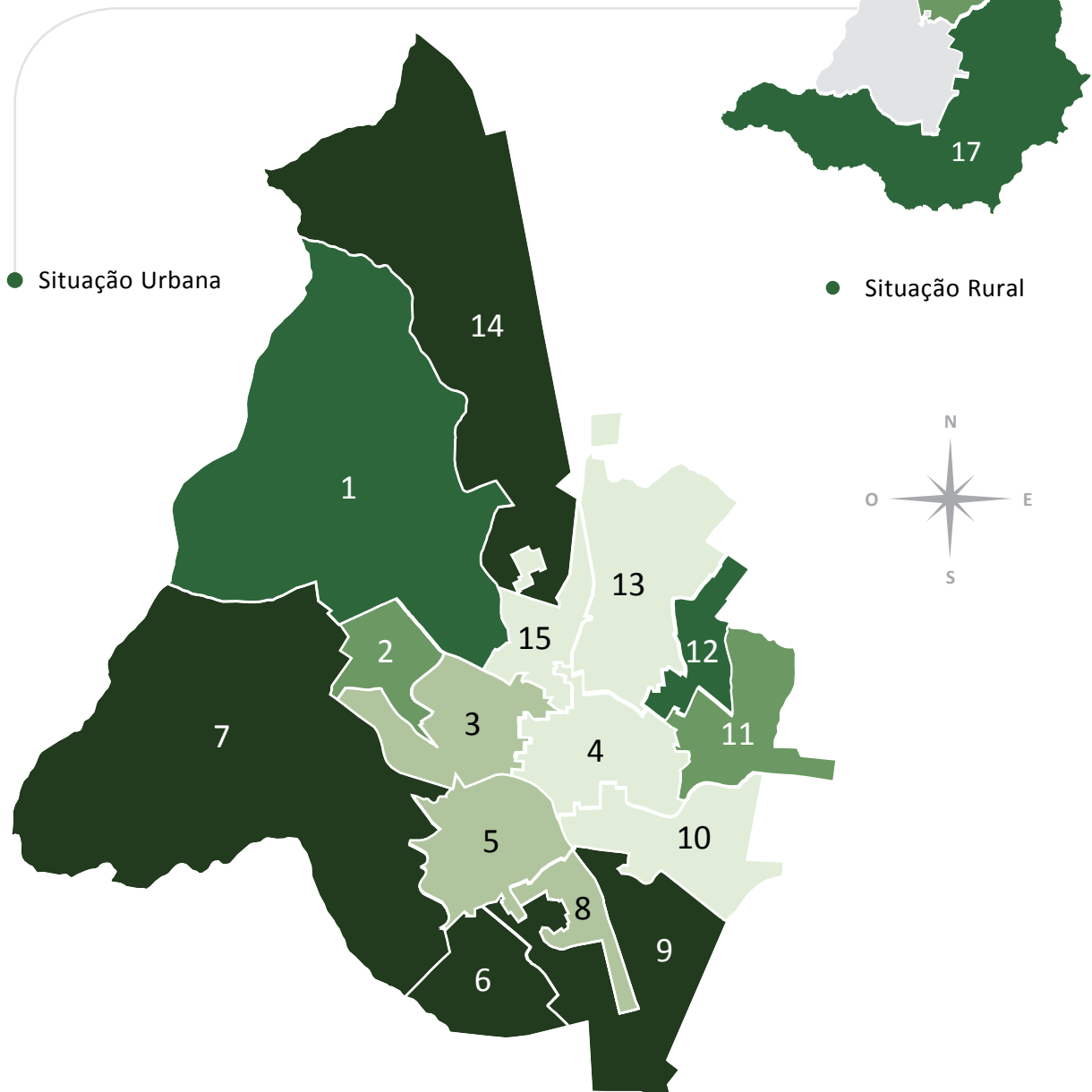
Menor Valor	Região 4	4,4%
Média	São Carlos	7,2%
Maior Valor	Região 7	11,7%



Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 9: População residente com idade de 6 a 11 anos

A população de 6 a 11 anos participa com 7,9% em relação à população total residente em São Carlos, de acordo com o censo de 2010. A Região 7 vem com a maior participação (13,1%) e a Região 4 com a menor participação (4,8%), desta população. A razão entre o maior e menor valor é 2,7 vezes.

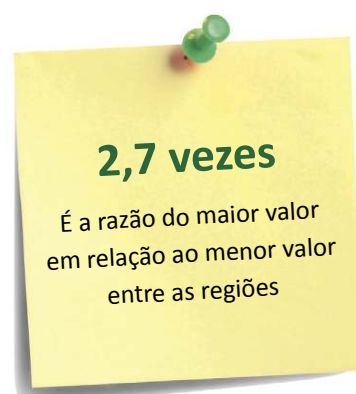
	Região Geográfica	População Total	População de 6 a 11 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	22.689	1.088	4,8%
	Região 13	12.207	742	6,1%
	Região 10	14.587	920	6,3%
	Região 15	14.995	983	6,6%
Baixo	Região 5	34.291	2.331	6,8%
	Região 3	11.842	818	6,9%
	Região 8	12.136	899	7,4%
Médio	Região 11	20.922	1.758	8,4%
	Região 14	2.761	234	8,5%
	Região 16	5.293	480	9,1%
Alto	Região 12	9.655	879	9,1%
	Região 2	17.726	1.637	9,2%
	Região 1	6.652	615	9,2%
Muito Alto	Região 17	3.311	320	9,7%
	Região 9	9.402	1.035	11%
	Região 6	18.891	2.132	11,3%
	Região 7	4.590	601	13,1%
	Município	221.950	17.472	7,9%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

População residente com idade de 6 a 11 anos, dividido pela população total, vezes 100

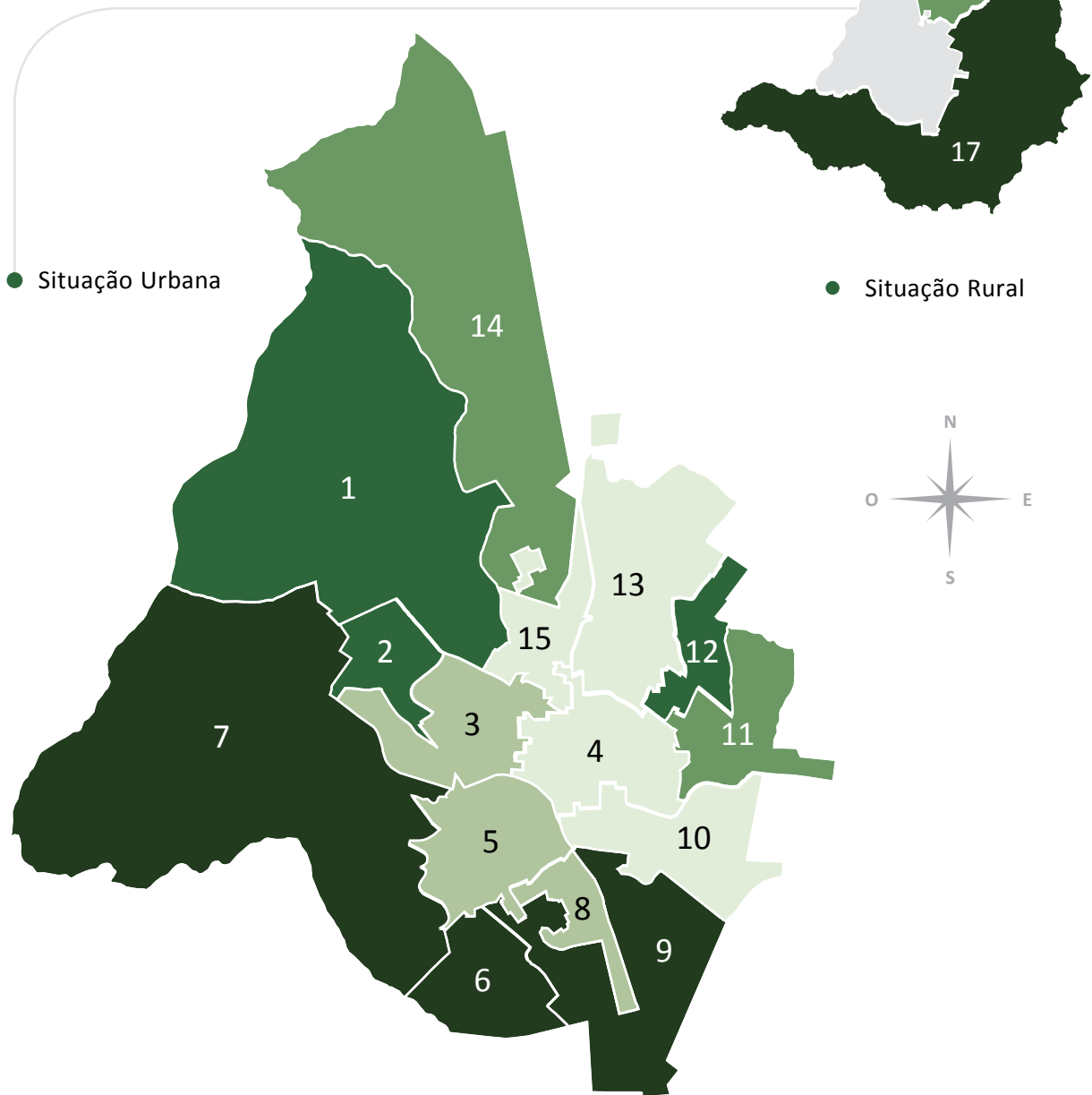
Menor Valor	Região 4	4,8%
Média	São Carlos	7,9%
Maior Valor	Região 7	13,1%



Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 10: População residente com idade de 12 a 14 anos

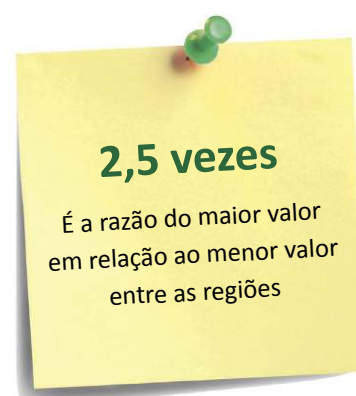
A distribuição da população com idade de 12 a 14 anos entre as regiões se apresenta homogênea, com pequena variação em torno da média (-1,8% + 2,9%).

	Região Geográfica	População Total	População de 12 a 14 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	22.689	661	2,9%
	Região 13	12.207	428	3,5%
	Região 10	14.587	517	3,5%
	Região 15	14.995	578	3,9%
Baixo	Região 5	34.291	1.331	3,9%
	Região 1	6.652	275	4,1%
	Região 3	11.842	492	4,2%
Médio	Região 8	12.136	524	4,3%
	Região 11	20.922	906	4,3%
	Região 14	2.761	126	4,6%
	Região 2	17.726	922	5,2%
Alto	Região 12	9.655	518	5,4%
	Região 17	3.311	180	5,4%
	Região 16	5.293	295	5,6%
Muito Alto	Região 9	9.402	532	5,7%
	Região 6	18.891	1.112	5,9%
	Região 7	4.590	334	7,3%
	Município	221.950	9.731	4,4%

Definição

População residente com idade de 6 a 11 anos, dividido pela população total, vezes 100

Menor Valor	Região 4	2,9%
Média	São Carlos	4,4%
Maior Valor	Região 7	7,3%



Fonte: IBGE, 2010.

Representação gráfica do indicador por região geográfica

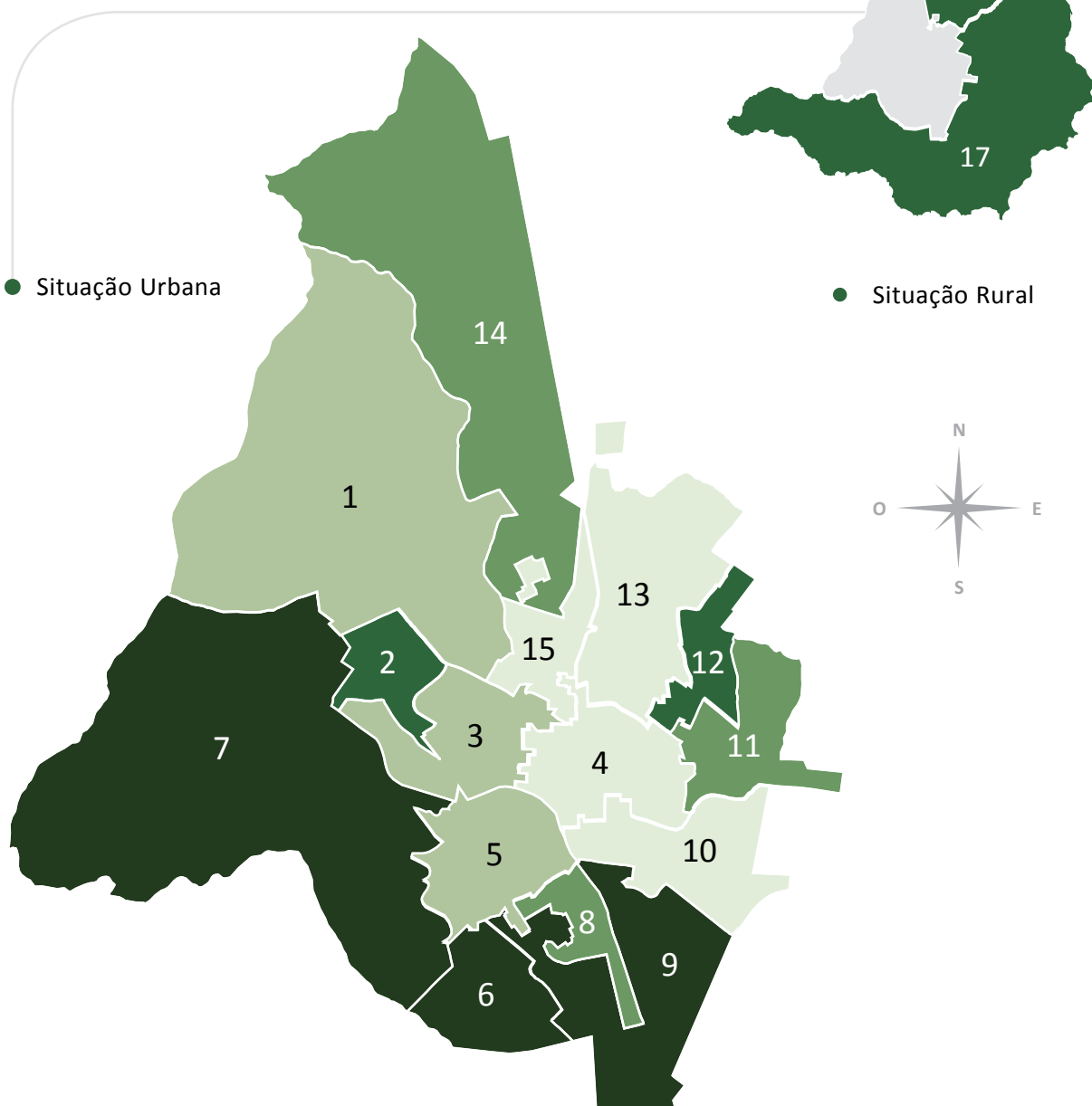
O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

● Situação Urbana

● Situação Rural



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 11: População residente com idade de 15 a 17 anos

A população de 15 a 17 anos, de acordo com o último censo demográfico, participa com 4,5% sobre a população total residente em São Carlos. A Região 6, o maior valor da série (6,5%) e a Região 4 tem o menor valor (3,3%). A razão entre o maior e o menor valor para este indicador é de 2,0 vezes.

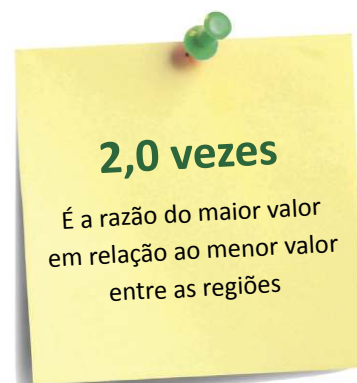
	Região Geográfica	População total	População de 15 a 17 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 4	22.689	745	3,3%
	Região 10	14.587	544	3,7%
	Região 13	12.207	456	3,7%
Baixo	Região 1	6.652	250	3,8%
	Região 14	2.761	110	4,0%
	Região 15	14.995	611	4,1%
Médio	Região 5	34.291	1.402	4,1%
	Região 3	11.842	493	4,2%
	Região 11	20.922	912	4,4%
Alto	Região 8	12.136	539	4,4%
	Região 12	9.655	477	4,9%
	Região 2	17.726	969	5,5%
Muito Alto	Região 17	3.311	182	5,5%
	Região 16	5.293	295	5,6%
	Região 9	9.402	534	5,7%
	Região 7	4.590	293	6,4%
	Região 6	18.891	1.227	6,5%
	Município	221.950	10.039	4,5%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

População residente com idade de 15 a 17 anos, dividido pela população total, vezes 100

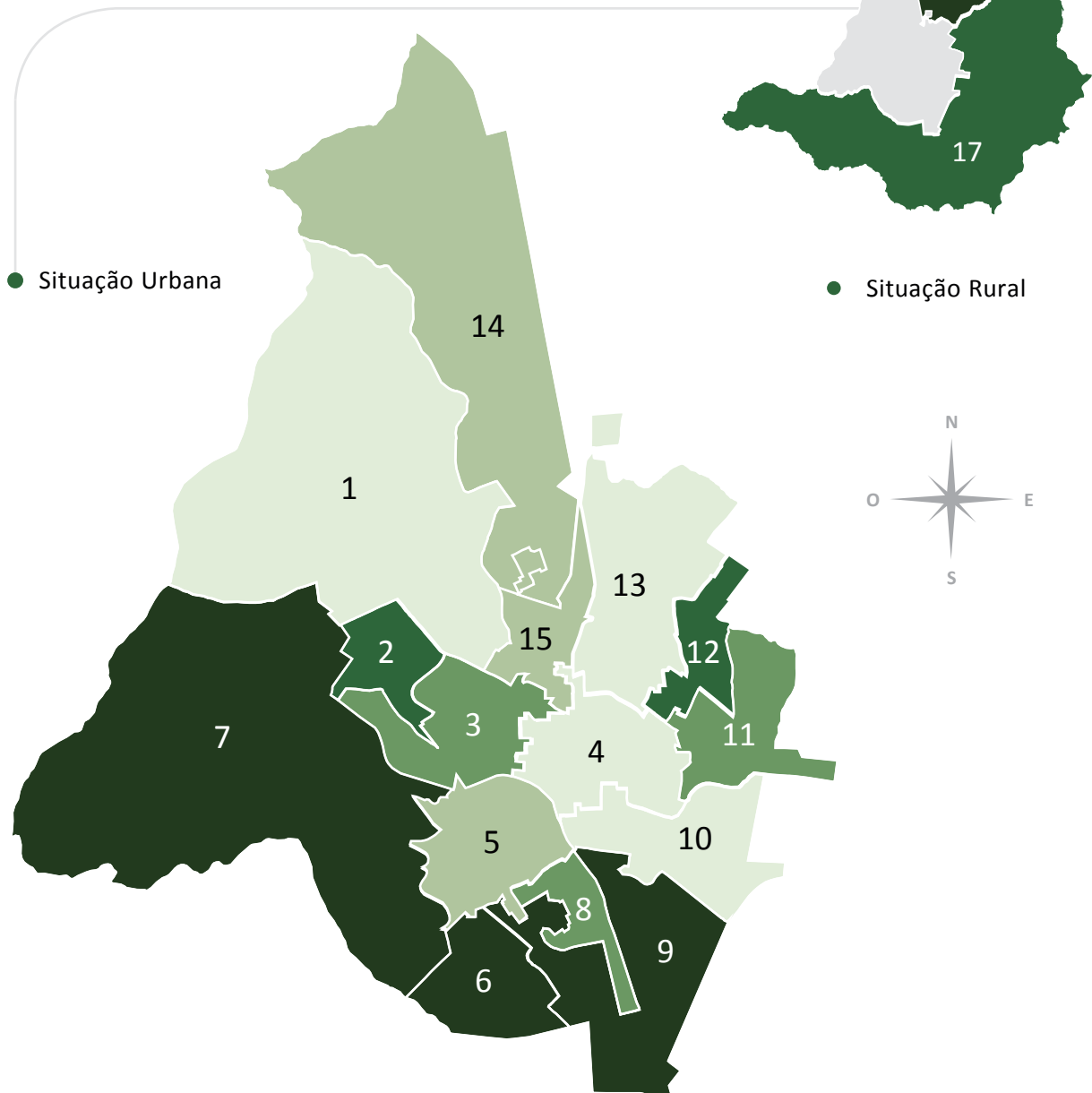
Menor Valor	Região 4	3,3%
Média	São Carlos	4,5%
Maior Valor	Região 7	6,5%



Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

Indicador 12: População residente com idade de 18 a 21 anos

A população de 18 a 21 anos, segundo o IBGE-CD2010, representa 6,5% sobre a população total de São Carlos. A Região 7 tem a maior participação entre as regiões (7,8%) e a Região 1 a menor participação (5,7%). A variação entre as regiões para esta faixa etária é a menor em relação às faixas etárias apresentadas anteriormente.

	Região geográfica	População total	População de 18 a 21 anos	indicador (%)
Muito Baixo	Região 1	6.652	378	5,7%
	Região 4	22.689	1.324	5,8%
	Região 14	2.761	164	5,9%
	Região 17	3.311	199	6,0%
Baixo	Região 13	12.207	736	6,0%
	Região 11	20.922	1.265	6,0%
	Região 5	34.291	2.091	6,1%
Médio	Região 3	11.842	732	6,2%
	Região 10	14.587	922	6,3%
	Região 16	5.293	338	6,4%
	Região 12	9.655	644	6,7%
Alto	Região 8	12.136	827	6,8%
	Região 2	17.726	1.279	7,2%
	Região 15	14.995	1.100	7,3%
Muito Alto	Região 9	9.402	690	7,3%
	Região 6	18.891	1.456	7,7%
	Região 7	4.590	359	7,8%
Município		221.950	14.504	6,5%

Definição

População residente com idade de 18 a 21 anos, dividido pela população total, vezes 100.

Menor Valor	Região 4	5,7%
Média	São Carlos	6,5%
Maior Valor	Região 7	7,8%

1,4 vezes

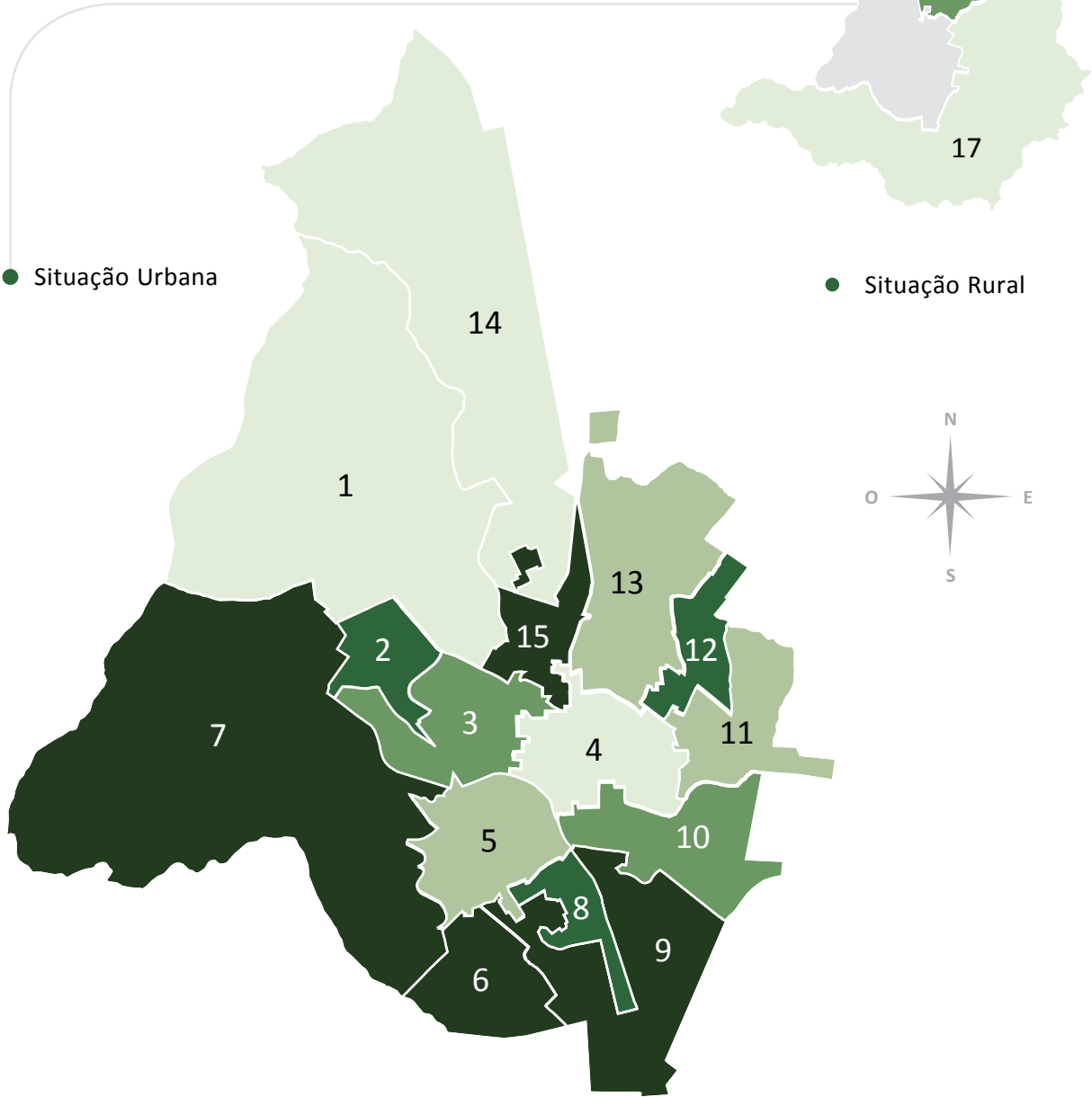
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas (nº e nome)

1	Santa Felícia I	6	Aracy I	11	São Carlos VIII 3	16	Rural I
2	Santa Felícia II	7	Aracy II	12	São Carlos VIII 1	17	Rural II
3	Santa Felícia III	8	Pacaembú I	13	São Carlos VIII 2		
4	Centro I	9	Pacaembú II	14	Jockey II		
5	Centro II	10	Pacaembú III	15	Jockey I		

4.1. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Neste Mapa Social foram considerados somente os indicadores socioeconômicos com a finalidade de identificar as regiões mais vulneráveis nos aspectos econômicos e sociais.

O resultado deste mapa contribui para compreender melhor a realidade de cada região e suas necessidades.

Matriz dos Indicadores do Perfil Demográfico e Socioeconômico – classificados acima da média do município

Classificação Quintil	Parâmetro		> 3,1	< 47,8%	> 3,9%	> 921,50	> 9,8%	> 4,9	Classificação conforme parâmetro	
	Região Geográfica		Indicadores do Direito à Convivência Familiar e Comunitária - 5 Indicadores							
	Código Região	Nome	Densidade Domiciliar (média de moradores)	Razão de Dependência Total -RDT (%)	Responsável não alfabetizado (%)	Rendimento nominal per capita (R\$)	Renda per capita domiciliar de até ½ SM (%)	População de 5 anos e mais, não alfabetizada (%)	Contagem de indicadores por região	Percentual sobre o total de Indicadores
	1	Santa Felícia I	3,1	43,2%	1,9%	1.445,60	5,1%	4,0%	-	-
	3	Santa Felícia III	2,9	41,4%	1,8%	1.730,90	4,0%	2,9%	-	-
	15	Jochey I	2,9	41,0%	3,6%	1.063,70	6,9%	4,1%	-	-
	4	Centro I	2,6	59,2%	1,1%	1.723,20	2,6%	1,8%	1	16,7%
	10	Pacaembú III	3	49,1%	2,1%	953,7	5,4%	3,5%	1	16,7%
	11	São Carlos VIII 3	3,1	42,3%	2,3%	855,4	6,7%	3,9%	1	16,7%
	13	São Carlos VIII 2	2,9	47,2%	4,1%	967	6,1%	4,8%	1	16,7%
	5	Centro II	3	49,2%	2,7%	811,3	6,4%	3,6%	2	33,3%
	8	Pacaembú I	3,3	45,0%	4,1%	708	9,0%	4,3%	3	50,0%
	14	Jochey II	3,2	44,3%	4,8%	1.699,60	8,0%	5,3%	3	50,0%
	2	Santa Felícia II	3,4	42,9%	4,5%	590,3	12,3%	5,7%	5	83,3%
	6	Aracy I	3,4	50,4%	8,6%	403,2	25,9%	9,0%	6	100,0%
	7	Aracy II	3,6	59,3%	14,5%	339,7	35,8%	13,7%	6	100,0%
	9	Pacaembú II	3,5	49,2%	8,3%	438,8	23,3%	8,2%	6	100,0%
	12	São Carlos VIII 1	3,3	49,2%	5,5%	560,6	16,8%	6,4%	6	100,0%
	16	Rural I	3,3	53,7%	8,1%	605,1	18,9%	8,6%	6	100,0%
	17	Rural II	3,6	53,4%	8,8%	685,8	18,4%	7,7%	6	100,0%
Média do município			3,1	47,8%	3,9%	R\$ 921,50	9,8%	4,9%		

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2020.

Nota 1: o cálculo do percentual na última coluna desta matriz, corresponde ao total de indicadores por região, dividido pelo total de indicadores da matriz, vezes 100.

Nota 2: os indicadores considerados na contagem acima da média ou abaixo da média geral do município (parâmetro), estão sinalizados com cor verde.

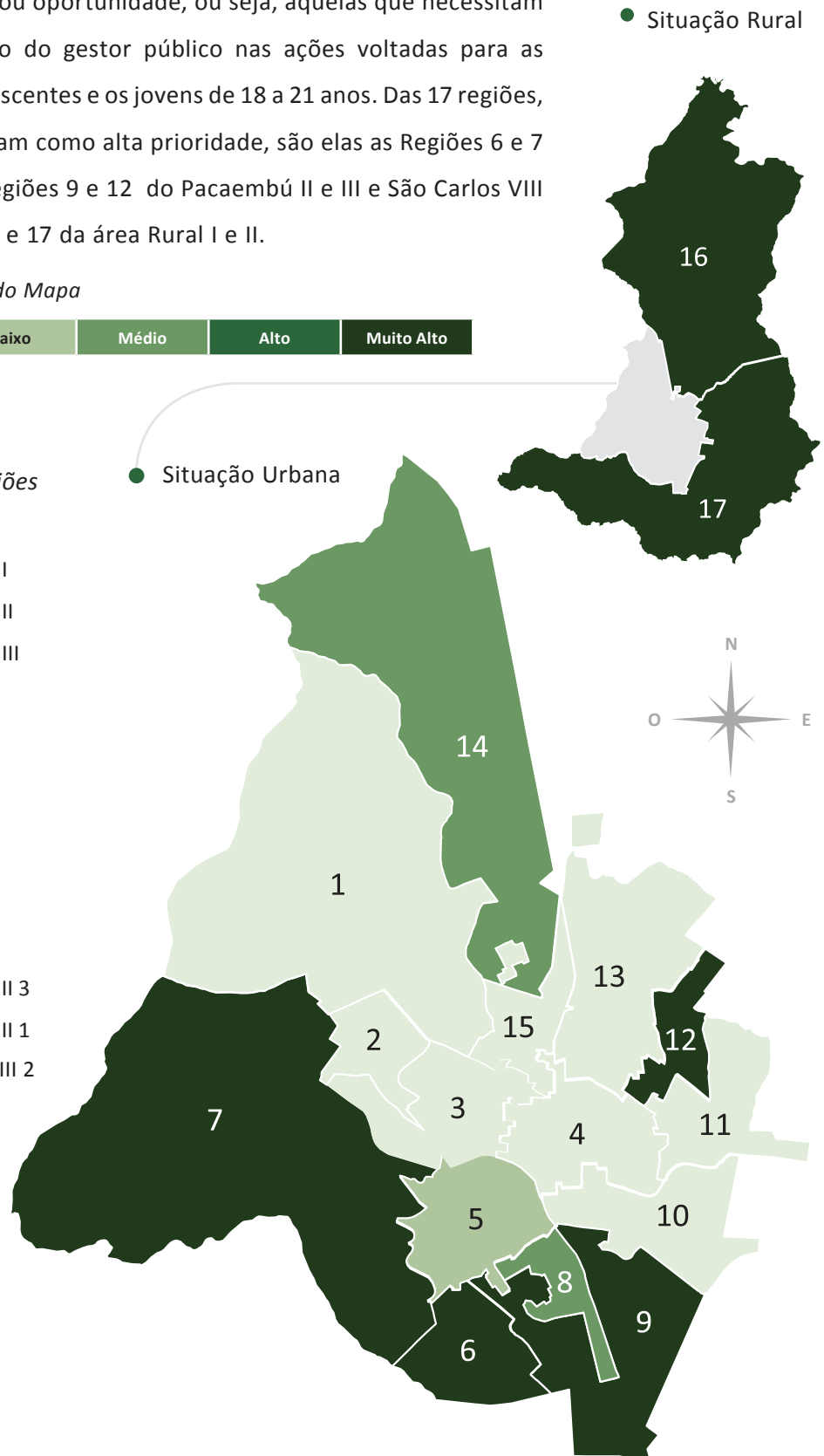
A contagem das regiões cujos valores das taxas percentuais estão acima da média geral do município, tem como principal finalidade retratar de forma simplista o perfil socioeconômico, identificando quais regiões possuem maior fragilidade, potencialidade e ou oportunidade, ou seja, aquelas que necessitam de maior atenção do gestor público nas ações voltadas para as crianças, os adolescentes e os jovens de 18 a 21 anos. Das 17 regiões, seis (6) se destacam como alta prioridade, são elas as Regiões 6 e 7 do Aracy I e II, Regiões 9 e 12 do Pacaembú II e III e São Carlos VIII 1 e as Regiões 16 e 17 da área Rural I e II.

Legenda de Cores do Mapa



Legenda das Regiões Geográficas

- 1 Santa Felícia I
- 2 Santa Felícia II
- 3 Santa Felícia III
- 4 Centro I
- 5 Centro II
- 6 Aracy I
- 7 Aracy II
- 8 Pacaembú I
- 9 Pacaembú II
- 10 Pacaembú III
- 11 São Carlos VIII 3
- 12 São Carlos VIII 1
- 13 São Carlos VIII 2
- 14 Jockey II
- 15 Jockey I
- 16 Rural I
- 17 Rural II



4.2. DADOS GERAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A promulgação da Constituição Federal no Brasil em 1988 foi um marco na garantia de direitos fundamentais e sociais para todos os cidadãos brasileiros, incluindo no artigo 23 a proteção e a garantia das pessoas com deficiência. Para regulamentar tais ditames constitucionais outros instrumentos normativos têm sido incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, sobre sua integração, inclusão social e acessibilidade (Lei nº 7.853/1989, Decreto nº 3.298/1999, 5.294/2004 e Lei nº 10.098/2000), atendimento prioritário em locais públicos e políticas de educação e serviço de saúde (Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 10.048/2000), com destaque as ratificações internacionais sobre o tema (Convenção Interamericana de 1999, e Convenção Internacional em 2006) e ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

O conceito de pessoa com deficiência vem evoluindo em todo o mundo, principalmente após 1981, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente e aprovação em 1982 do Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência. Em 2001 a ONU aprovou a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIF), cujos princípios enfatizam o apoio, os contextos ambientais e as potencialidades dos indivíduos, ao invés de valorizar suas incapacidades e limitações. Para fins de conceito, segundo o art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Veja-se, que este conceito é amplo, possibilitando a inserção de vários tipos e níveis de deficiência, confirmando a preocupação legal com a sua inclusão na sociedade.

Em termos de dados estatísticos e oficiais sobre a pessoa com deficiência, o Brasil e o mundo vem ainda se organizando. Segundo o Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), cerca de 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência. Segundo dados do último Censo (IBGE, 2010) a população com todos os graus de deficiência descritos no Quadro 6 corresponde a 23,9% da população brasileira, no Estado de São Paulo a taxa é de 22,65% da população e no município de São Carlos a taxa totaliza 17,49% da população. No entanto, quando a estatística brasileira retrata apenas os casos de severidade que serão tratados adiante, as taxas se comparam com a taxa mundial divulgada pela UNRIC.

População com alguma deficiência		
Motora ou Física	14.221	6,41%
Visual	25.507	11,49%
Mental ou Intelectual	2.387	1,08%
Auditiva	9.643	4,34%
Total de deficiência declarada	51.758	23,32%
Total de pessoas com deficiência	38.808	17,49%

Fonte: IBGE, 2010.

Nota 1: uma pessoa pode ter uma ou mais deficiência.

Nota 2: considerado todos os graus de deficiência "não consegue de modo algum", "grande dificuldade" e "alguma dificuldade", o percentual foi calculado em relação ao total da população residente no município em 2010 (221.980).

Quadro 6 – Definições dos graus de deficiência utilizados pelo IBGE

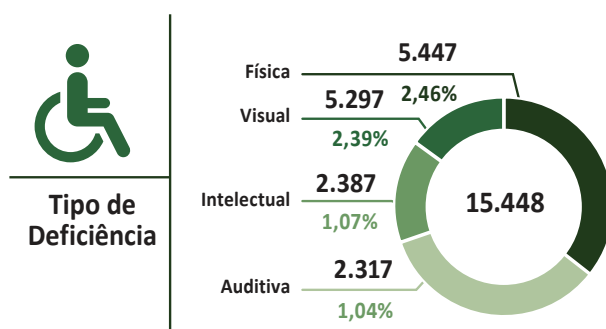
Grau	Deficiência visual	Deficiência auditiva	Deficiência motora
Não consegue de modo algum	Pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar	Pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir	Pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa
Grande dificuldade	Pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato	Pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo	Pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar
Alguma dificuldade	Pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato	Pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo	Pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar
Nenhuma dificuldade	Pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de enxergar, ainda que precisando usar óculos ou lentes de contato	Pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de ouvir, ainda que precisando usar aparelho auditivo	Pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que precisando usar prótese, bengala ou aparelho auxiliar

Fonte: IBGE, 2010.

Importante esclarecer, que de acordo com as notas técnicas do IBGE 2010 os tipos de deficiência foram analisados conforme as categorias dos graus de severidade apresentados no Quadro 6, tendo sido considerado apenas as respostas “sim, grande dificuldade” e “sim, não consegue de modo algum” na contagem da deficiência permanente.

A população com deficiência de alta severidade “não consegue de modo algum” e “grande dificuldade” se equivale ao indicador divulgado pela UNRIC. Segundo o censo de 2010, São Carlos totaliza uma população de 15.448 (6,96%) o estado de São Paulo 3.008.617 (7,29%) e o Brasil 15.750.969 (8,26%).

População com deficiência permanente “não consegue de modo algum” e grande dificuldade



Fonte: IBGE, 2010.

Nota 1: uma pessoa pode ter uma ou mais deficiência.

Nota 2: considerado todos os graus de deficiência “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” e “alguma dificuldade”, o percentual foi calculado em relação ao total da população residente no município em 2010 (221.980).

A seguir, conforme definição do IBGE, apresentam-se as deficiências por grau de severidade na faixa etária de 0 a 17 anos. A deficiência intelectual representa 0,69% nesta faixa de idade.

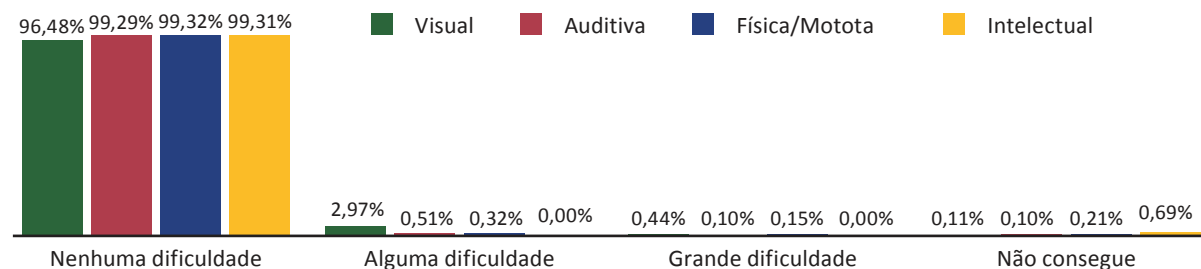
Tabela 1 – População de 0 a 17 anos de idade, por tipo de deficiência

Grau de dificuldade	Visual		Auditiva		Física/Motora		Intelectual	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Nenhuma dificuldade	51.284	96,48%	52.770	99,29%	52.787	99,32%	52.782	99,31%
Alguma dificuldade	1.572	2,97%	270	0,51%	170	0,32%	-	-
Grande dificuldade	231	0,44%	52	0,10%	77	0,15%	-	-
Não consegue	60	0,11%	55	0,10%	113	0,21%	365	0,69%
População de 0 a 17 anos	53.147	100%	53.147	100%	53.147	100%	53.147	100%

Fonte: IBGE, 2010.

*Terminologia utilizada pelo IBGE para categorizar pessoas com deficiência total (cegueira, surdez, etc.).

Uma pessoa pode ter mais de um tipo de deficiência.



Fonte: Ministério da Cidadania. RAIS, 2019.

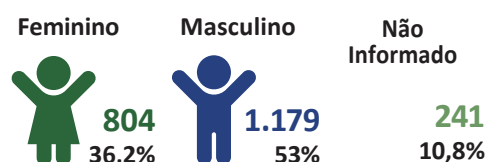
A Secretaria Municipal Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade de São Carlos – cuja atribuição é assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das Pessoas com Deficiência – possui um cadastro municipal de pessoas com deficiência, com predominância do sexo masculino (53,0%). A faixa etária de 0 a 17 anos representa 21,5% do total de pessoas cadastradas.

Perfil de pessoas cadastradas na SMPDMR

Faixa Etária

De 0 a 5 anos	110	4,9%
De 6 a 11 anos	200	9,0%
De 12 a 14 anos	85	3,8%
De 15 a 17 anos	83	3,7%
De 18 a 21 anos	90	4,0%
Acima de 21 anos	1637	73,6%
Não informado	19	0,9%

Sexo



Em relação ao tipo de deficiência, a maior frequência é a física com 32,2% (31,3% permanente e 0,9% temporária), seguida da intelectual com 29,1%.

Tabela 2 – Frequência por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Quant.	(%)
Física permanente	697	31,3%
Intelectual	647	29,1%
Transtorno do espectro autista	305	13,7%
Auditiva	196	8,8%
Visual	183	8,2%
Não informado	111	5,0%
Outra	65	2,9%
Física temporária	20	0,9%
Total	2.224	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, 2020.

Ainda segundo dados do IBGE, entre as pessoas de 0 a 17 anos com pelo menos uma deficiência identificada, as faixas etárias que menos frequentam a escola são a de 0 a 4 anos (40,8%) e de 15 a 17 anos (13,6%).

Tabela 3 – Quantidade de pessoas com deficiência identificada por região

Região	Quant.	(%)	
Região 6	402	18,1%	
Região 5	277	12,5%	
Região 2	257	11,6%	
Região 7	205	9,2%	
Região 11	181	8,1%	
Região 8	136	6,1%	
Região 4	135	6,1%	
Região 15	124	5,6%	
Região 13	116	5,2%	
Região 10	109	4,9%	
Região 1	100	4,5%	
Região 9	72	3,2%	
Região 3	36	1,6%	
Região 12	29	1,3%	
Região 16	28	1,3%	
Não informado	10	0,4%	
Região 14	4	0,2%	
Região 17	3	0,1%	
Total	2.224	100,0%	

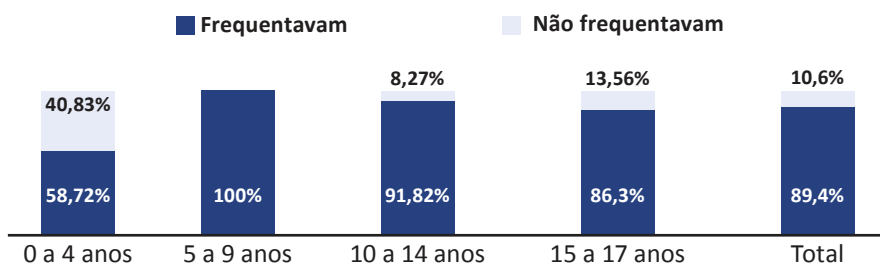
Fonte: Secretaria Municipal Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, 2020.

Ainda segundo dados do IBGE, entre as pessoas de 0 a 17 anos com pelo menos uma deficiência identificada, as faixas etárias que menos frequentam a escola são a de 0 a 4 anos (40,8%) e de 15 a 17 anos (13,6%).

Tabela 4 – População de 0 a 17 anos com alguma deficiência, que frequentam escola

Faixa etária	Frequentavam		Não frequentavam		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
0 a 4 anos	128	58,7%	89	40,8%	218	100,0%
5 a 9 anos	578	100,0%	-	-	578	100,0%
10 a 14 anos	1066	91,8%	96	8,3%	1161	100,0%
15 a 17 anos	649	86,3%	102	13,6%	752	100,0%
Total	2421	89,4%	287	10,6%	2708	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.



4.3. PERFIL DOS ADOLESCENTES E JOVENS DE SÃO CARLOS SOB A PERSPECTIVA DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÃO

Uma das propostas do Diagnóstico da Infância, Adolescência e Juventude do município de São Carlos-SP é, além de reunir e apresentar estatísticas oficiais e indicadores sociais de instituições de pesquisa e de toda a rede de atendimento municipal, que ele seja participativo e inclua aspectos qualitativos da rotina, do comportamento, opinião e pensamento do público alvo deste estudo: crianças, adolescentes e jovens. Assim, com objetivo de investigar com maior profundidade tais aspectos foi realizada uma pesquisa de percepção com adolescentes e jovens residentes do município abordando temas que envolvem comportamento, opinião e questões relacionadas a temas como cidadania, família, sexualidade, drogas, violência, esporte e cultura, organizados por eixos de direito e apresentados em seus respectivos volumes.

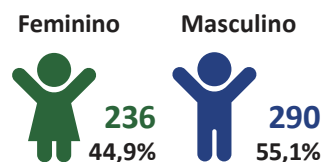
Neste volume 1 estão inseridas as informações gerais da pesquisa, como perfil e comentários.

Segundo dados do Censo de 2010, 24% da população de São Carlos é formada por crianças e adolescentes, e outros 6,5% por jovens na idade entre 18 e 21 anos. Com base na metodologia estatística quantitativa, foi calculado um plano amostral estratificado por região territorial e também por faixa etária, para que os dados investigados pudessem trazer um retrato social das diferentes regiões do município.

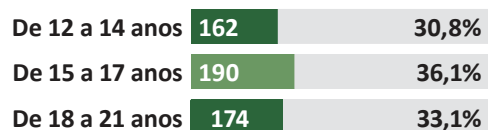
Tabela 5 – Amostra da pesquisa aplicada com adolescentes e jovens de 12 a 21 anos

Região geográfica	Adolescentes de 12 a 17 anos	Jovens de 18 a 21 anos	Total da amostra
Região 1	21	10	31
Região 2	25	21	46
Região 3	12	5	17
Região 4	22	10	32
Região 5	28	32	60
Região 6	40	17	57
Região 7	24	14	38
Região 8	22	5	27
Região 9	20	6	26
Região 10	23	12	35
Região 11	19	12	31
Região 12	14	6	20
Região 13	31	5	36
Região 14	21	6	27
Região 15	16	3	19
Região 16	8	9	17
Região 17	6	1	7
Total Geral	352	174	526

Sexo



Faixa Etária



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020.

Os perfis das faixas etárias de 12 a 17 anos e de 18 a 21 anos são muito próximos. Observa-se uma tendência maior da faixa etária de 18 a 21 anos em ter filhos, com 19,0%, enquanto na de 12 a 17 anos é de 2,3%.

12 a 17 anos

Nacionalidade

Brasileiro	351	99,7%
Estrangeiro	1	0,3%

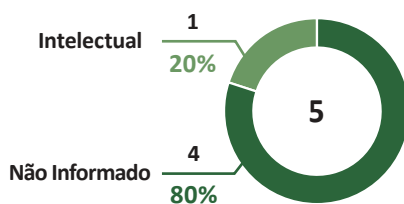
Têm Filhos?

Não	344	97,7%
Sim	8	2,3%

Possui deficiência?

Não	348	98,9%
Sim	4	1,1%

Tipo de deficiência?



Orientação Sexual

Heterossexual	286	81,3%
Bissexual	47	13,4%
Homossexual	10	2,8%
Não sabe	4	1,1%
Assexual	3	0,9%
Pansexual	2	0,6%

18 a 21 anos

Nacionalidade

Brasileiro	352	100%
------------	-----	------

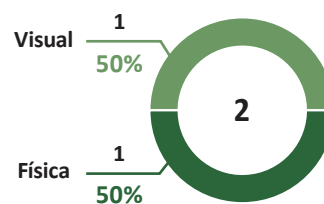
Têm Filhos?

Não	141	81%
Sim	33	19%

Possui deficiência?

Não	172	98,9%
Sim	2	1,1%

Tipo de deficiência?



Orientação Sexual

Heterossexual	134	77%
Bissexual	22	12,6%
Homossexual	16	9,2%
Transexual	1	0,6%
Não informado	1	0,6%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020.

Foi perguntado aos entrevistados sobre gostar de morar no município, e responderam que sim 93,2% dos adolescentes e 87,9% dos jovens de 18 a 21 anos. Dos entrevistados que declararam não gostar de morar no município (45 de 526), 30,9% informaram ter poucos atrativos e opções de lazer e diversão, 11,7% por querer morar em outra cidade, e 10,6% por não ter muitas oportunidades. As outras citações representam menos de 10%.

12 a 17 anos

Gostaria de morar nesta cidade?

Sim	328	93,2%
Não	24	6,8%

18 a 21 anos

Gostaria de morar nesta cidade?

Sim	153	87,9%
Não	21	12,1%

Por que não?

Tem poucos atrativos de lazer e diversão	29	30,9%
Gostaria de morar em outra cidade	11	11,7%
A cidade não tem muitas oportunidades	10	10,6%
Gostaria de voltar a morar na minha cidade	8	8,5%
Gostaria de morar em outro país	6	6,4%
Não gosto de morar aqui	6	6,4%
Gostaria de morar perto da família	6	6,4%
As pessoas são muito ignorantes	4	4,3%
A cidade não é muito desenvolvida	4	4,3%
Não informado	3	3,2%
Não é bom pra morar aqui	2	2,1%
Por questões de estudos	2	2,1%
Violência policial	2	2,1%
A cidade é meio feia e mal cuidada	1	1,1%

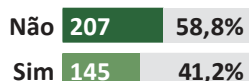
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020 .

Nota: Resposta de múltipla escolha um entrevistado pode apresentar mais de uma alternativa de resposta.

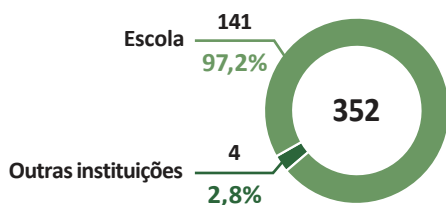
Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, um pouco menos da metade dos entrevistados declarou ter conhecimento (41,2% na faixa etária de 12 a 17 anos e 43,7% na de 18 a 21 anos), sendo a escola o principal local de disseminação da informação. Mais de 90% dos entrevistados respondeu conhecer o Conselho Tutelar. Já sobre o CMDCA, menos da metade respondeu saber o que é.

12 a 17 anos

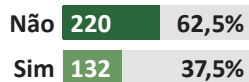
Algum palestrante já falou sobre o ECA?



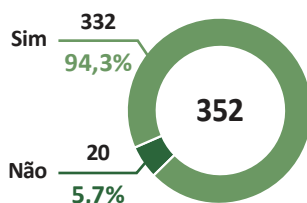
Se Sim, onde?



Sabe o que é o CMDCA?

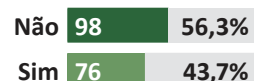


Sabe o que é o Conselho Tutelar?

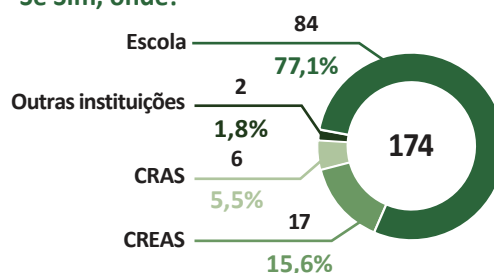


18 a 21 anos

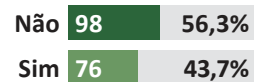
Algum palestrante já falou sobre o ECA?



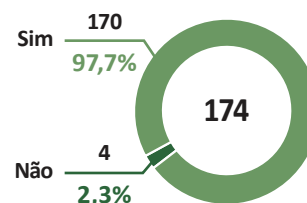
Se Sim, onde?



Sabe o que é o CMDCA?



Sabe o que é o Conselho Tutelar?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020.

Tabela 6 – Amostra da pesquisa aplicada com adolescentes e jovens de 12 a 21 anos

Comentários e sugestões dos entrevistados	Citações	(%)
Sem comentários ou sugestões	276	52,5%
Achei legal a pesquisa	34	6,5%
Achei interessante	30	5,7%
Queria mais oportunidades de emprego	27	5,1%
Quero me realizar profissionalmente	27	5,1%
Gostaria que a pandemia acabasse logo	26	4,9%
Ótima pesquisa!	25	4,8%
Obrigado pela oportunidade!	20	3,8%
Quero construir uma família e ter um futuro bom	14	2,7%
Sou uma pessoa feliz	14	2,7%
Achei boa	13	2,5%
Gostei muito do questionário, parabéns	11	2,1%
Foi muito boa	10	1,9%
Gostaria de mudar menos de cidade	8	1,5%
A população deveria ser menos preconceituosa	7	1,3%
Gostaria que existisse menos preconceito e cada pessoa cuidasse da sua vida	7	1,3%
Gosto de frequentar o clube com os amigos e praticar esportes	7	1,3%
Quero realizar meus sonhos pessoais	7	1,3%
Gostaria que voltassem as aulas	6	1,1%
Gosto de andar de Skate	6	1,1%
Gosto de jogar bola	6	1,1%
Precisamos de uma cidade mais cultural!	6	1,1%
Achei muito necessário, gostei de conversar sobre essas coisas	4	0,8%
Nunca utilizar nenhum tipo de bebidas ou drogas porque vai prejudicar a sua saúde	4	0,8%
Achei algumas perguntas desnecessárias	3	0,6%
Espero que essa pesquisa nos ajude em algo	3	0,6%
Espero ter ajudado	3	0,6%
Estou muito feliz	3	0,6%
Gostaria que houvesse psicólogos e palestrantes para orientar os jovens	3	0,6%
Meu sonho era ser jogador de futebol	3	0,6%
Muito bom, isso é importante para os jovens	3	0,6%
Quero um mundo mais igual para todos	3	0,6%
A família deveria ser o lugar onde mais deveríamos nos sentir confortável e amado	2	0,4%
Achei as perguntas muito boas e importantes	2	0,4%
Acho a proposta dessa pesquisa muito importante, para melhorar nossa comunidade e trazer segurança às crianças e adolescentes	2	0,4%
Acho importantíssimo essas ações, obrigado!	2	0,4%
Acho legal a existência de palestras de assuntos citados na pesquisa	2	0,4%
Acho muito importante os pais conversarem com seus filhos a respeito a sexo, drogas e doenças sexualmente transmissíveis	2	0,4%
Acho o ensino das escolas muito superficial	2	0,4%
As escolhas deveriam dizer mais sobre cuidados com estupro	2	0,4%
Cada um deveria cuidar mais da própria vida	2	0,4%

Desejo terminar minha faculdade e ter minha própria empresa	2	0,4%
Desenvolver essa pesquisa nas escolas	2	0,4%
Deveria ter atividades para ocupar os jovens na região	2	0,4%
Devia melhorar	2	0,4%
Difícil ter sonhos grandes sendo de baixa renda, todo dia lutando ao dobro pra uma conquista mínima	2	0,4%
Espero que façam algo aqui no bairro porque as crianças precisam	2	0,4%
Estou com saudades dos treinos de futebol	2	0,4%
Estou me sentindo invadido	2	0,4%
Eu acho que iluminação pública é muito importante para a segurança dos jovens, não só nas ruas, mas também nas praças	2	0,4%
Eu desejo que as pessoas reconheçam o quão ruim é o álcool, tenho diversos amigos que acham muito "maneiro" e curtem, porém eu vejo como algo totalmente negativo, principalmente porque meu pai bebe bastante	2	0,4%
Eu me sinto ansiosa demais	2	0,4%
Eu queria que São Carlos tivesse mais atividades para jovens	2	0,4%
Excelente	2	0,4%
Explicar as siglas	2	0,4%
Falta incentivo para o jovem	2	0,4%
Faltou perguntar se eu moro com meus pais	2	0,4%
Fico feliz ao ver que as pessoas se preocupam com as necessidades dos jovens	2	0,4%
Geralmente me sinto triste	2	0,4%
Gostaria de mais cursos voltados à arte	2	0,4%
Gostaria de mais estrutura para o lazer de adolescentes	2	0,4%
Gostaria de mais respeito com os motoboys e igualdade	2	0,4%
Gostaria de ser jogador de futebol, mas não tive oportunidade	2	0,4%
Gostaria de ser um empresário de sucesso	2	0,4%
Gostaria que tivesse palestras motivacionais e temas de direitos humanos	2	0,4%
Melhoras em questão das chuvas	2	0,4%
Minha opinião é que as escolas falassem mais sobre os assuntos de drogas e vida sexual	2	0,4%
Muitas perguntas	2	0,4%
Nessa cidade não temos muitas opções de lugares para passear	2	0,4%
Poderiam disponibilizar psicólogo e programas pra quem tem ansiedade como eu	2	0,4%
Por que fez essas perguntas?	2	0,4%
Quero mais balada aqui na cidade	2	0,4%
Quero saber se a prefeitura vai fazer alguma coisa com essas informações	2	0,4%
São Carlos é bom de se viver, mas poderia ter mais segurança, vigilantes, câmeras nos parques	2	0,4%
Sei lá, achei meio estranho	2	0,4%
Só entender sobre a pesquisa mesmo	2	0,4%
Sofro violência dentro de casa	2	0,4%
Sugiro que haja mais campanhas sobre educação sexual nas escolas	2	0,4%
Tá sendo bom morar aqui, só que tem que melhorar algumas coisas	2	0,4%
Tem que saber mesmo como os jovens estão se sentido, porque ninguém ouve a gente e é assim que a gente faz coisa errada	2	0,4%
Acho feio corrupção	1	0,2%

Acho que levo uma vida boa e livre de males e espero continuar assim pra sempre	1	0,2%
Adoro estar no clube e poder jogar vôlei	1	0,2%
Adoro os finais de semana no clube com minhas amiga e namorado	1	0,2%
Ajuda se as atividades forem próximas umas das outras	1	0,2%
Amo meu filho e faço tudo por ele	1	0,2%
As escolas deveriam trabalhar a auto estima dos jovens	1	0,2%
Bom pra sociedade	1	0,2%
Concentrar em locais as atividades para os jovens ou distribuir próximas aos bairros	1	0,2%
Corona desgraçado	1	0,2%
Dentro de casa eu tenho total conforto e liberdade pra conversar independentemente do assunto, no máximo eu levo bronca mas não tem nada de agressão, assim como eu respeito minha família ela também sabe me respeitar	1	0,2%
Desejo entrar na faculdade e que saia logo a vacina contra a covid19	1	0,2%
Desejo fazer faculdade de Direito e ajudar minha família	1	0,2%
Desejo me formar na faculdade e construir uma família	1	0,2%
Desejo morar fora do país, pois já realizei intercâmbio e gostei muito	1	0,2%
Desejo voltar a morar no Sul	1	0,2%
Deveria haver preocupação maior com a saúde e infraestrutura	1	0,2%
Eu vejo muitas pessoas que precisariam de ajuda na cidade	1	0,2%
Gostaria de ganhar mais	1	0,2%
Gostaria de morar com meu pai e ter mais atenção dele	1	0,2%
Gostaria de morar junto com minha filha	1	0,2%
Gostaria de ser uma bailarina famosa	1	0,2%
Gostaria de ter mais incentivo da cidade no quesito esportivo e cultural	1	0,2%
Gostaria de ter meu próprio dinheiro	1	0,2%
Gostaria que em São Carlos tivéssemos mais grupos de teatro, balé acessível	1	0,2%
Gostaria que meu pai parece de usar drogas	1	0,2%
Gostaria que minha mãe deixasse eu morar com meu pai	1	0,2%
Gostaria que não existisse racismo	1	0,2%
Gosto de jogar futebol e praticar outros esportes, bicicleta, skate	1	0,2%
Gosto muito de aulas de Tênis, pratico aulas de Ballet e amo minha família	1	0,2%
Jovens precisam disso	1	0,2%
Mais amor, por favor!	1	0,2%
Mais eventos culturais na cidade seria essencial!!	1	0,2%
Melhor coisa que aconteceu na minha vida foi o nascimento do meu filho	1	0,2%
Meu sonho é ser médica	1	0,2%
Meus sonho é me casar e ter filhos	1	0,2%
Minha filha mudou a minha vida	1	0,2%
Muitas pessoas precisam de ajuda na cidade, diferente de mim que tenho uma família que me ama	1	0,2%
Não deixem que a falta de empatia te desanime	1	0,2%

Não tenho problema em relação a minha aparência e orientação sexual. Uso as drogas que citei com pouca frequência e apenas quando não estou deprimido, para assim evitar alguma dependência. Também evito fumar, principalmente tabaco por conta da nicotina, em relação da maconha prefiro comer em alguma receita. Gostei das perguntas	1	0,2%
O que importa é ser feliz	1	0,2%
Olá! Foi bem difícil escolher como me sinto na maioria do tempo, mas reconheci que no meu caso, a ansiedade permeia todas as demais sensações	1	0,2%
Paz mundial!	1	0,2%
Peço todos os dias que os jovens tenham mais fé e se aproximem de Deus	1	0,2%
Me sinto muito angustiado	1	0,2%
Que este ano acabe logo	1	0,2%
Queria que tivessem mais pistas de skate	1	0,2%
Quero fazer minha cirurgia logo para voltar a andar	1	0,2%
Quero jogar futebol e ganhar bastante dinheiro	1	0,2%
Quero montar meu próprio negócio	1	0,2%
Quero que as coisas voltem logo ao normal	1	0,2%
Quero ser uma ótima mãe para minha filha	1	0,2%
Quero terminar minha faculdade e fazer um intercâmbio	1	0,2%
Quero uma profissão digna para o futuro	1	0,2%
Saudades da escola	1	0,2%
Se existisse mais empatia e amor ao próximo o mundo seria um lugar melhor	1	0,2%
Seria perfeito se as escolas fizessem trabalhos para o jovem aceitar a si mesmo	1	0,2%
Sinto falta de ter coisas gratuitas pra fazer a noite com meus amigos	1	0,2%
Sou muito de família, não saio muito, só com amigos. Gosto dos meus estudos	1	0,2%
Tudo vai passar	1	0,2%
Total	526	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020 .

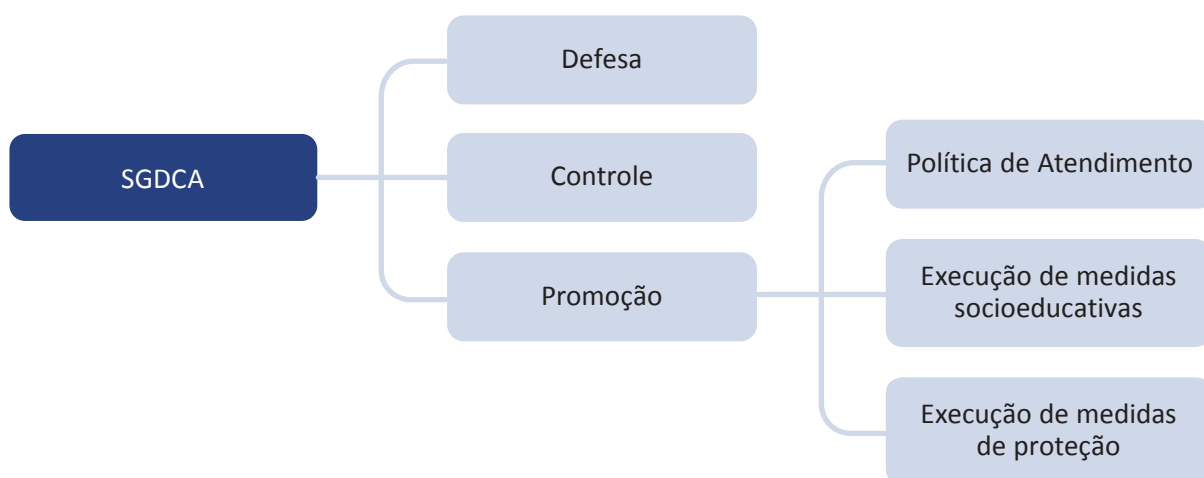
Nota: o entrevistado que respondeu essa pergunta, pode fazer mais de um comentário ou sugestão .

5. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, concebido pelo ECA, constitui-se na articulação de forma integrada e sistemática das instâncias públicas governamentais – a nível federal, estadual-distrital e municipal – e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e na elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.⁷

Em um primeiro momento, o mapeamento foi realizado com base em fontes secundárias oficiais, e no decorrer da coleta de dados foram validadas pela Comissão de Acompanhamento, resultando no atual desenho da rede de atendimento. Foram utilizadas como fonte de dados os cadastros e sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Prefeitura Municipal de São Carlos e das Secretarias Municipais; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; do Tribunal de Justiça e Ministério Público do Estado de São Paulo. Considerou-se ainda as instituições ativas cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O mapeamento teve como norte a Resolução 113/2016 do CONANDA, de que trata dos parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do SGDCA, de modo a delinear sobre o papel dos atores na operacionalização das políticas públicas direcionadas à efetivação das garantias e direitos fundamentais preconizados pela Constituição Federal e pelo ECA. Assim, como fundamento normativo legal, observou os preceitos contidos da referida Resolução quanto à sua classificação, uma vez que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que o integram o SGDCA deverão exercer suas funções em rede a partir de três eixos estratégicos de ação – Defesa, Controle e Promoção.



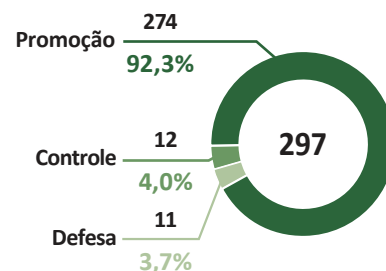
⁷ Artigos 70-A e 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em São Carlos foram mapeadas 317 instituições, órgãos ou entidades que compõem a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescentes (SGDCA), classificadas pelos eixos estratégicos de ação conforme tabelas seguintes detalhadas.

Tabela 7 – Instituições por Eixo Estratégico de Ação do SGDCA

Eixos Estratégico de Ação	Quant.	(%)
Defesa	11	3,7%
Promoção	274	92,3%
Controle	12	4,0%
Total de instituição, órgãos ou entidades	297	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.



5.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA

Este eixo representa 11 do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pela garantia do acesso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos da infância e adolescência, compostos pelos órgãos públicos judiciais; Ministério Público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; Advocacia Geral da União e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Tabela 8 – Instituições do Eixo Estratégico de Defesa (3,7%)

Defesa	
Descrição	Quant.
Conselho Tutelar	2
Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo	1
Vara Judicial da Infância e Juventude	1
Defensoria Pública do Estado de São Paulo	1
Defensoria Pública	1
Ministério Público do Estado de São Paulo	1
Promotoria de Justiça	1
Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo	6
Delegacia Especializada de atendimento à mulher, criança e adolescente	1
Delegacia de Polícia Civil	5
Total de instituições, órgãos ou entidades	11

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

5.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO

Este eixo representa 294 do total de instituições mapeadas, e é caracterizado pela promoção e efetivação dos direitos humanos das crianças e adolescentes, por meio da política de atendimento desenvolvida estrategicamente de maneira transversal e intersetorial, de modo a articular todas as políticas públicas em favor da proteção integral. Assim, neste eixo são considerados os atores envolvidos na execução de serviços e programas em três frentes de atuação: voltadas para as políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento; as de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e as de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Tabela 9 – Instituições do Eixo Estratégico de Promoção (92,3%)

Promoção	
Descrição	Quant.
Secretarias Municipais	20
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	1
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	1
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social	1
Secretaria Municipal de Comunicação	1
Secretaria Municipal de Educação	1
Secretaria Municipal de Esportes e Cultura	1
Secretaria Municipal de Fazenda	1
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	1
Secretaria Municipal de Governo	1
Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano	1
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação	1
Secretaria Municipal de Obras Públicas	1
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	1
Secretaria Municipal de Saúde	1
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social	1
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	1
Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda	1
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	1
Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude	1
Unidades de atendimento	225
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	6
Centro de Referência de Assistência Social Especializado (CREAS)	1
Centro da Juventude	1
Núcleo de atendimento Integrado	1
Unidade de Saúde	12
Estratégia Saúde da Família (ESF)	23
Assistência Farmacêutica	2
Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSI)	1
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	2
Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	1
Hospitais - Públicos ou conveniados	2
Hospitais - Privados	4
Unidade de Pronto Atendimento	3

* Fonte: Censo Escolar. INEP, 2017. Foram consideradas todas as unidades educacionais, independentes de sua vinculação administrativa (privada, pública municipal, estadual ou federal).

8 Prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito da política de promoção e proteção dos direitos humanos.

Promoção	
Descrição	Quant.
Unidades de atendimento (continuação)	
Unidade de Saúde Escola	1
Unidade de Suporte Avançado	2
Unidade de Suporte Básico	4
Unidades educacionais - Escolas Estaduais	40
Unidades educacionais - Escolas Federais	3
Unidades educacionais - Escolas Municipais	67
Unidades educacionais - Escolas Privadas	48
Sistema Nacional de Emprego - SINE	1
Instituições Não Governamentais**	
	29
Associação Amigos de São Judas Tadeu	1
Associação de Amigos São Pedro Julião Eymard - ASPE	1
Associação de Artes de São Carlos - AASC	1
Associação de Capacitação, Orientação e desenvolvimento do Excepcional - ACORDE	1
Associação de Pais e Amigos da Natação de São Carlos -APANASC	1
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	1
Associação Desportiva, Educacional e Social dos Metalúrgicos - ADESM	1
Associação para Missão Evangélica para Assistência à Criança - Casa da Criança"	1
Associação São Carlense de Ciclismo	1
Casa do Caminho	1
Cátias Paroquial São Nicolau de Flue	1
CEJA-Centro De Educação de Jovem e Adultos	1
Centro Assistencial Santo Antônio de Vila Prado	1
Centro de Aprendizagem e Técnicas "Emílio Manzano" - CATEM	1
Centro Esportivo Multi Esporte	1
CIEE-Centro de Integração Empresa Escola de São Carlos	1
Círculo de Amigos da Paróquia de Santa Madre Cabrini	1
Confederação Brasileira de Desportos na Neve - CBDN	1
Espaço Azul	1
Liga Central de Natação	1
Nosso Lar	1
Obras sociais da Associação Espírita Francisco Thiesen	1
Pró Tennis	1
PROARA	1
RASC-Rede de Assistência Socioeducacional cristã	1
Sal da Terra	1
Salesianos	1
Veracidade	1
Via de Acesso	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	294

* Fonte: Censo Escolar. INEP, 2017. Foram consideradas todas as unidades educacionais, independentes de sua vinculação administrativa (privada, pública municipal, estadual ou federal).

****Nota técnica:** Como definição, não governamentais são entidades de iniciativa privada, sem fins lucrativos, que atuam prestando serviços de caráter público na área social. Podem ter várias denominações como Organização Não Governamental (ONG), Instituição, Fundação, Associação, dentre outras. Porém todas têm o mesmo objetivo e possuem papel expressivo no complemento da política pública em termos de assistência e proteção à população na garantia dos direitos sociais. As instituições que almejem receber aporte de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência deverão proceder sua inscrição no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

5.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE

Este eixo representa 4,0% do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pelo controle social no planejamento, acompanhamento, e monitoramento das ações de promoção e defesa dos direitos fundamentais. Tal controle é realizado pelos conselhos de direito, conselhos setoriais e órgãos de controle interno e externo definidos pela Constituição Federal. Os Conselhos são instâncias públicas colegiadas, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais, de entidades sociais e da sociedade civil.

Tabela 10 – Instituições do Eixo Estratégico de Controle (4,0%)

Controle	
Descrição	Quant.
Conselho de Direito	2
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)	1
Conselho Municipal do Idoso	1
Conselhos Setoriais	10
Conselho Municipal da Educação	1
Conselho Municipal de Assistência Social	1
Conselho Municipal de Saúde	1
Conselho Municipal de Turismo	1
Conselho Municipal de Política Cultural e do Patrimônio Histórico	1
Conselho Municipal do Meio Ambiente	1
Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado	1
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	1
Conselho Municipal da Defesa Civil	1
Conselho Municipal de Habitação Popular	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	12

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

O ECA prevê a criação de conselhos municipais, estaduais e federal dos direitos da criança e do adolescente, com poder deliberativo e função controladora da política pública, composto de forma paritária, por representantes governamentais e não governamentais. Além dos conselhos de direitos, são previstas também a criação de conselhos setoriais e do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Os Conselhos têm papel fundamental no controle social como instrumento na discussão, formulação e deliberação da política social com a participação popular nas decisões estatais. **Quatro anos após a criação do ECA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos foi instituído pela Lei Municipal nº 10.878 de 23 de agosto de 1994,** que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo artigo 5º estabelece a criação do Conselho e do seu fundo de recursos em conformidade com os dispositivos do referido Estatuto. O Fundo tem por objetivo financiar as despesas dos programas e projetos que visem à preservação e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, nos termos da Lei.

5.3.1. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado e instituído, consagrou o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes, atribuindo ao poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos seus direitos fundamentais, por meio, entre outros fatores, da destinação privilegiada de recursos públicos. Para tanto estabeleceu diretrizes e criou mecanismos de aplicação e fiscalização da política de atendimento, dentre as quais a criação da tríade: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, seu Fundo de recursos, e Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui a atribuição legal de promover a articulação do SGDCA, otimizando a atuação de cada organização e coordenando as intervenções conjuntas e/ou interinstitucionais de modo a atender as demandas existentes no município (DIGIÁCOMO, 2013). A definição do papel do Conselho Municipal é feita pelo próprio Estatuto, e dentre elas está a responsabilidade pela gestão do Fundo a ele vinculado (artigo 88, Inciso IV e artigo 214) e pela fixação dos critérios de utilização das receitas do Fundo por meio de planos de aplicação dessas receitas (artigo 260, § 2º). De acordo com a Resolução 137/2010, artigo 9º, inciso IX, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), cabe aos Conselhos desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo.

Também atribuiu como sua competência o registro das inscrições e de alterações de entidades⁹ e de programas de atendimento¹⁰ (art. 90, § 1º), de avaliar tais programas (art. 90, § 3º; art. 91, § 2º), e de negar o registro da entidade, em razão do não cumprimento de determinados requisitos (art. 91, § 1º). Aos Conselhos Tutelares, incumbiu a fiscalização de tais entidades (art. 95), juntamente com o Poder Judiciário e com o Ministério Público.

Assim, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos, em cooperação com a Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude, é gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD). O Fundo, criado pela Lei Municipal nº 11.326 de 29 de julho de 1997, tem por objetivo captar os recursos que serão destinados especificamente para financiar as despesas dos programas e projetos na área da infância e adolescência. Além de recursos públicos, o Fundo pode receber doações de pessoas físicas e jurídicas com incentivo fiscal.

Abaixo a série histórica da fonte de receitas do FUMCAD dos últimos cinco anos demonstra uma tendência de variação de queda e recuperação a cada dois anos. No ano de 2019 o total de

9 O Estatuto da Criança e do Adolescente classificou como entidades de atendimento aquelas que oferecem programas socioeducativos e de proteção a crianças e adolescentes (art. 90), determinando somente se poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 91). Tais entidades deverão ser constituídas com personalidade jurídica privada (não governamental) e sem fins lucrativos.

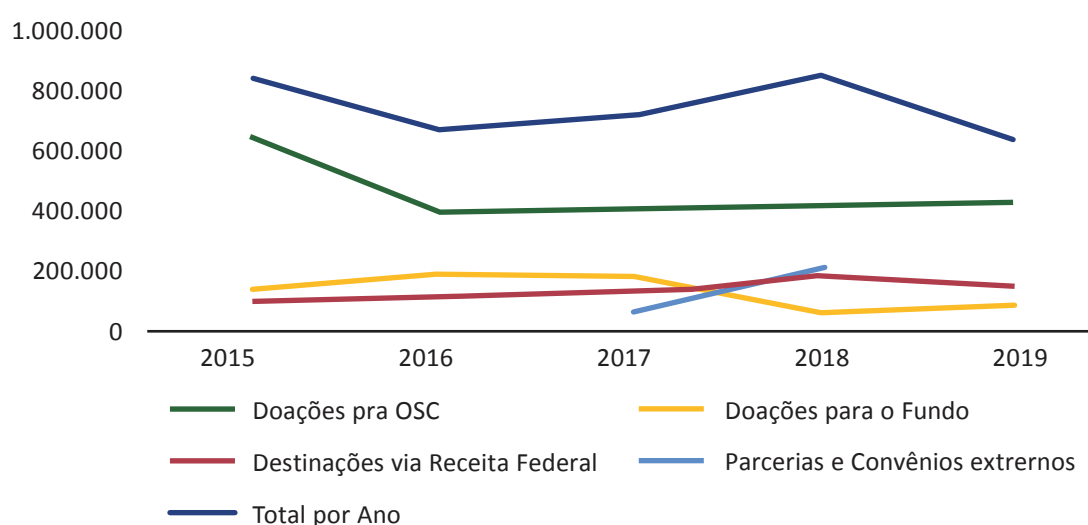
10 As entidades não governamentais devem ser registradas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que não ocorre com as entidades governamentais. Ambas, porém, devem inscrever, junto ao Conselho, seus programas de proteção e socioeducativos, categorizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em oito “regimes” (art. 90, caput e § 1º).

receita foi o menor de toda a série. Com a exceção das doações para OSC, todas as demais fontes tiveram um decréscimo no valor, sendo que os recursos para parcerias e convênios externos caiu a zero.

Tabela 11 – Fontes das receitas da FUMCAD, período 2015 a 2019

Fonte da receita	2015	2016	2017	2018	2019
doações para OSC	643.904,25	396.375,11	388.511,31	429.543,83	420.974,77
doações para o Fundo	123.420,84	178.675,08	170.486,79	47.672,74	80.309,60
destinações via Receita Federal	82.841,49	105.891,63	117.806,48	177.217,06	139.477,77
Parcerias e Convênios externos	-	-	50.000,00	200.000,00	-
Total por ano	850.166,58	680.941,82	726.804,58	854.433,63	640.762,14

Fonte: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos, 2015-2019.



O material de apoio à execução de suas funções, edição dos Conselhos Municipais os Direitos da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq, elenca passos e metas a serem seguidos para a mobilização de recursos para o Fundo, dentre os quais destacam-se:

a) Planejar ações com o poder executivo municipal, na busca de recursos da dotação orçamentária municipal ou de créditos adicionais para financiar programas e projetos de proteção e de promoção de direitos;

b) Propor programas ou projetos para serem apoiados com recursos repassados ao Fundo Municipal pelo Fundo Nacional ou pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Planejar ações para divulgação, às pessoas e empresas situadas no município e na região, com possibilidade de realização de doações incentivadas;

Com relação as receitas via dedução no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, prevista pelo ECA e regulamentada em legislação tributária específica, o qual prevê que parte do imposto de renda devido (até 6% para pessoa física e 1% pessoa jurídica) pode ser destinada ao financiamento de programas sociais de promoção e proteção dos direitos de crianças e

adolescentes, via doação ao Fundo Municipal.

Observando a linha de tendência das receitas oriundas de destinação da Receita Federal, ao longo dos anos é possível perceber um crescimento progressivo e significativo, alcançando o ápice no ano de 2018, com uma leve queda em 2019, mas ainda assim maior que nos anos anteriores. Provavelmente este aumento no ano de 2018 está relacionado a criação do aplicativo DoeFUMCAD criado por alunos da Ciência da Computação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com objetivo de facilitar o mecanismo de destinação de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas¹¹.

Segundo auditores da Agência da Receita Federal de São Carlos, o potencial de destinação do imposto de Renda (6% para pessoa jurídica) para o Fundo é de R\$ 14.054.582,00. Neste sentido, recomenda-se que o Conselho faça a identificação periódica dos valores captados e de suas respectivas fontes, principalmente no caso de doações de pessoas físicas e jurídicas, incluindo as via Receita Federal, com objetivo de identificar não só os números, mas principalmente o perfil socioeconômico daqueles que, ao longo dos anos, têm efetuando doações ao Fundo Municipal. Esta é uma forma de conhecer o público doador e também de traçar estratégias para ampliar o alcance e número de doações.

Estão registradas no CMDCA de São Carlos 92 organizações da sociedade civil, atuantes na política pública de garantia de direitos da criança e do adolescente. Destas, 30 utilizaram o FUMCAD para financiar ou subsidiar suas atividades em 2019. Juntas, estas entidades possuem uma capacidade de cerca de 5.977 vagas, todavia o que se observa é que as mesmas crianças ou adolescentes são atendidas em mais de um projeto. Além disso, também foram realizados convênios com as Secretarias Municipais da Assistência Social, da Infância e Juventude e de Esporte e Cultura.

11 Fruto de uma parceria entre a Prefeitura e a UFSCAR, o aplicativo lançado em 2018, disponível de forma gratuito para download na loja PlayStore.

6. PAINEL SOCIAL DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE DE SÃO CARLOS

Oferecer um futuro melhor para crianças e adolescentes requer identificar os principais riscos, obstáculos e problemas sociais, assim como colocar em prática políticas e programas efetivos para superá-los, garantindo a plena efetivação dos seus direitos em todos os campos.

Priorizar ações transformadoras requer conhecer a realidade social do território. São Carlos tem 23,9% de sua população na faixa etária de 0 a 17 anos e 0,5% na de 18 a 21 anos. Apesar de ter alto Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM (nota 0,805) e do avanço de diversas políticas públicas de garantia de direitos, ainda apresenta desigualdades e vulnerabilidades sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é reconhecido mundialmente como um dos mais importantes avanços legais relacionados a garantia de direitos da criança e do adolescente (DIGIÁCOMO, 2013). Esta política pública determina que para a garantia de direitos, é necessário ação articulada de diversas organizações, públicas e privadas, envolvendo a União, Estados e Municípios. Este conjunto de ações articuladas, formam o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), uma estratégia para orientar a formulação, a implementação e o controle das políticas públicas em todas as esferas do governo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui a atribuição legal de promover a articulação do SGDCA, procurando otimizar a atuação de cada organização e coordenar as intervenções conjuntas e/ou interinstitucionais atendendo a demandas existentes no município. Nesse intuito, o CMDCA em parceria junto com a Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude promoveu a contratação de uma empresa especializada para realizar um diagnóstico da situação das crianças, adolescentes e jovens.

O Diagnóstico da Infância, Adolescência e Juventude de São Carlos é um estudo participativo que busca identificar, por meio de dados e estatísticas, as áreas prioritárias e desafios por território, com objetivo de orientar a tomada de decisão do gestor público para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Sua construção durou aproximadamente um ano, e foi realizado em diferentes etapas, como:

I - O levantamento e a coleta de dados primários (de toda a rede municipal que realiza atendimento a criança, ao adolescente e jovem no município) e secundários (disponíveis em bases de dados oficiais e em órgãos da administração pública);

II - A aplicação de pesquisa de percepção, por meio de entrevistas individuais com adolescentes e jovens;

III - A realização de pesquisas em profundidade com a rede de atendimento do SGDCA e a comunidade por meio de oficinas temáticas;

IV - O cálculo de indicadores sociais;

V - A mobilização de especialistas para uma análise contextualizada e priorização de indicadores;

VI - A diagramação e publicação de um relatório de fácil compreensão, com tabelas, mapas e pintura de mapas para disseminação dos dados para a comunidade.

O diagnóstico se configura como ponto de partida e não como uma ação em si e, a partir de seus resultados os entes públicos e a sociedade civil poderão direcionar ações assertivas no que se refere a garantir, preservar e promover direitos, pois abrange todas as áreas afetadas e correlatas a crianças, adolescentes e jovens. Com certeza possibilitará trabalhos mais eficazes e impactantes, especialmente no que se refere ao investimento do orçamento público municipal e dos serviços, programas e projetos, que poderão ser melhor adequados às demandas existentes para a população de cada território.

Dessa forma, as próximas páginas se propõem a apresentar um resumo das análises e dos dados estatísticos e complementares, com os principais destaques de cada eixo de direito fundamental, e do que chamamos de mapa social, uma metodologia de trabalho desenvolvida pela Paineira Pesquisas e Consultoria, que organiza os principais indicadores sociais de cada eixo em uma matriz, indicando os territórios que se destacaram mais vezes negativamente, com valores acima da média. Para aqueles que desejarem se aprofundar na leitura dos dados técnicos - com maior nível de detalhe na metodologia de construção, nas classificações de cada indicador e do desdobramento do perfil – que reserve um tempo para ler os relatórios temáticos e reflita sobre os indicadores e o que eles significam para o município.

6.1. VIDA E SAÚDE



NATALIDADE

- Em 2019 nasceram **2.911** crianças de famílias que residem em São Carlos, que representa uma taxa de natalidade de **13,1** nascidos vivos, a cada mil habitantes.
- A taxa de prematuridade foi de **98,9** a cada mil nascidos vivos e a baixo peso ao nascer foi de **9,6%**.

PRÉ NATAL

- **410** nascidos vivos tiveram menos de **7** consultas de pré-natal, o que representa um indicador de **14,1%**. **7,6%** são de mães adolescentes (**31**).

VACINA

- O percentual médio de vacinação de crianças com menos de 1 ano de idade do Município é de **76,5%**, abaixo da meta nacional de cobertura.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

- Segundo critério da OMS, a taxa de gravidez na adolescência foi de **8,5** nascidos vivos de mulheres na faixa etária de 10 a 19 anos a cada cem nascidos vivos.
- Segundo critério do ECA, a taxa foi de **19,6** mães na faixa etária de 12 a 17 anos a cada mil habitantes da mesma faixa etária.

NUTRIÇÃO

- São Carlos conseguiu praticamente zerar a desnutrição infantil (**0,6%**). No entanto, os casos de sobrepeso e obesidade infantil têm aumentado. Em 2019 **5,0%** das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos que participaram da avaliação nutricional estavam acima do peso recomendado.



INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

- Ao total foram **23** notificações de agravos por IST, **7** na faixa etária de 0 a 17 anos e 16 na de 18 a 21 anos.
- Na faixa etária de 0 a 17 anos foram **2** notificações por doenças congênitas (sífilis e HIV) e **5** por sífilis na gravidez de adolescentes.



SAÚDE MENTAL

- Em 2019 foram acompanhadas no Capsi **549** crianças e adolescentes, o que representa uma taxa média municipal de **10,3** a cada mil habitantes da mesma faixa etária.

ÁLCOOL E DROGAS

- As pesquisas de percepção revelaram que **68,1%** dos entrevistados utilizam ou já utilizaram álcool, **27,9%** já fumou cigarro, e **69,0%** já fumou maconha.



MORTALIDADE E MORTALIDADE INFANTIL

Em 2019 foram registrados **22** casos de óbitos na faixa etária de 0 a 17 anos, representando uma taxa de **0,4** óbitos a cada mil crianças e adolescentes residentes na mesma faixa etária. Destas 4 foram por causas externas (**18,2%** do total), e 3 autoprovocadas (**13,6%**).

A taxa de mortalidade infantil indica o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida. Em 2019, foram **14** óbitos de menores de um ano, o que representa uma taxa de mortalidade infantil de **4,8** por mil nascidos vivos.

Na faixa etária de 18 a 21 anos foram **10** mortes, sendo **5** por causas externas.





PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3 instituições conveniadas atendem a demanda de pessoa com deficiência. Em 2019 foram **985** crianças e adolescentes atendidos, com uma lista de espera que representa **50%** da capacidade de atendimento.

Segundo as pesquisas de percepção com adolescentes e jovens

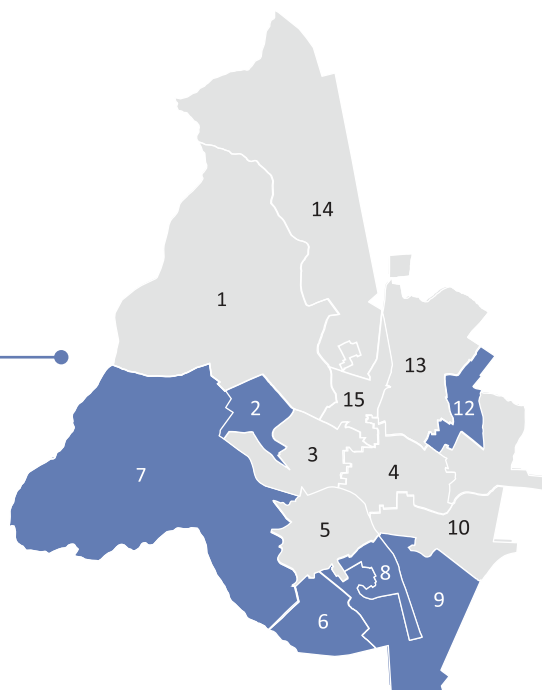
- Apenas **44,9%** dos entrevistados conversam sobre sexo com a família.
- **91,3%** sabem como prevenir-se de IST.
- Dos que não sabem:
 - **82,6%** são da faixa etária de 12 a 14 anos.
 - **73,9%** disseram não conversar sobre sexo com a família.
- **38,6%** dos entrevistados declarou já ter sido vítima de preconceito. Os mais comuns são pela aparência física (**22,8%**), pela cor da pele (**19,8%**), pela orientação sexual (**14,7%**) e por estar acima do peso ou obeso (**11,4%**).
- **9,2%** dos entrevistados já se automutilaram e **5,5%** já tentou suicídio.

No Conselho Tutelar

As notificações de violações do direito à vida e saúde representam **11,8%** do total de registros no Conselho Tutelar (**259** de **2.191**). A taxa de notificação é de **4,9**, o que significa que a cada **1.000** crianças ou adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos, **5** sofreram alguma violação de direito relacionado a este eixo de direito em 2019.

NO TERRITÓRIO

As regiões **2, 6, 7, 8, 9** e **12** são as que apresentam mais indicadores acima da média do município (10 ou mais de 14 indicadores). Estas regiões destacam-se por apresentarem os piores indicadores de violações no conselho tutelar, de acompanhamento no CAPSi e CAPS, e de gravidez na adolescência, neste eixo de direito. As Regiões **7** e **9** também se destacam negativamente nos indicadores de outros eixos de direito.



6.2. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

PANORAMA GERAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No Brasil, a organização da Educação Básica está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é formada pela:

Educação Infantil responsabilidade municipal	Educação Fundamental responsabilidade municipal e estadual	Ensino Médio responsabilidade estadual
Creche: 0 a 3 anos	Anos iniciais: 6 a 10 anos	Anos finais: 15 a 17 anos
Pré escola: 4 e 5 anos	Anos finais: 11 a 14 anos	

Segundo Censo Escolar de 2019

- **155** unidades escolares públicas e privadas oferecem educação básica **51.966** alunos matriculados na educação básica, sendo **58,9%** na rede pública e **24,1%** na privada.

Municipal

58 unidades escolares e **33%** dos matriculados

Estadual

38 unidades escolares e **42,1%** dos matriculados

Federal

2 unidades escolares e **0,8%** dos matriculados

Privada

57 unidades escolares e **24,1%** dos matriculados

Educação Infantil

Creche

Cobertura (%) **58,8%**
Acima da meta 1 PNE

Lista de espera **1.181**

Taxa **112,9**
9 crianças a cada mil habitantes desta faixa etária

Pré escola

Cobertura (%) **82,8%**
Abaixo da meta 1 PNE

Lista de espera **183**

Taxa **33,6**
9 crianças a cada mil habitantes desta faixa etária

Ensino Fundamental

- **2,2%** das crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos estão fora da escola (IBGE, 2010).

- **275** crianças e adolescentes em lista de espera para vaga nas unidades da rede municipal de ensino.

APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	DEFASAGEM	IDEB DA REDE PÚBLICA
99,8%	0,7%	0,1%	4,9%	7,1 anos iniciais 5,6 anos finais

Ensino Médio

- **12,9%** das crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos estão fora da escola (IBGE, 2010).

- **33** denúncias no Conselho Tutelar por falta de vaga nas escolas da rede estadual.

APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	DEFASAGEM	IDEB DA REDE PÚBLICA
99,3%	1,5%	0,2%	6,3%	4,8

Educação em tempo integral

- **2.629** alunos estão matriculados em tempo integral.

63,9% na rede pública municipal
31,6% na rede pública estadual
4,5% da rede privada

Educação Especial

- **3** escolas com classe exclusiva (**2** da rede municipal e **1** privada) e **37** com salas de recursos multifuncionais para AEE (**27** da rede municipal, **8** da estadual e **2** privadas).
- **1.618** educandos com deficiência estavam matriculados na rede regular de ensino em **2019**, representando **3,1%** do total das matrículas realizadas.

Educação de Jovens e Adultos

- **9.147** educandos com idade até 21 anos matriculados no EJA.
16,9% adolescentes
83,1% jovens de 18 a 21 anos
- **1,6%** da população acima de 14 anos não concluiu o EF e **16,1%** da população de 18 anos e mais não concluiu o Ensino Médio.

Projetos de Esporte e Cultura

- **2.874** crianças e adolescentes participaram de atividades de esporte e cultura oferecidas pela rede pública municipal em instituições governamentais e não governamentais das matrículas realizadas.

Segundo as pesquisas de percepção com adolescentes e jovens

- **27,6%** dos adolescentes e **26,4%** dos jovens entrevistados participam de atividades de esporte e cultura.
- Foi questionado aos entrevistados sobre o interesse em fazer atividades extracurriculares. Na faixa etária de 12 a 17 anos têm interesse.

43,8% em aulas de luta
50,9% em oficinas de instrumentos musicais
71,3% em atividades esportivas
34,7% em aulas de canto
59,7% em curso de informática
60,8% em cursos de profissionalização

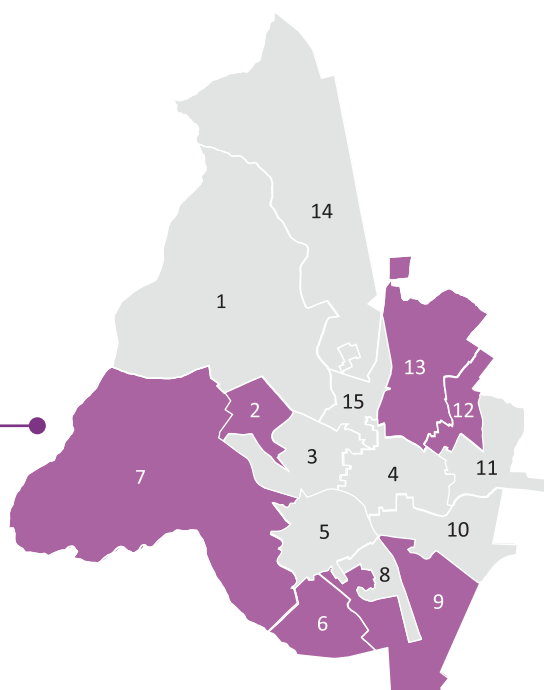
No Conselho Tutelar

As notificações de violações do direito à educação, a cultura, ao esporte e ao lazer representam **21,9%** do total de registros no Conselho Tutelar (**479** de **2.191**). A taxa de notificação é de **9,0**, o que significa que a cada **1.000** crianças ou adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos, **9** sofreram alguma violação relacionado a este eixo de direito em 2019.

A taxa de infrequência e evasão escolar é de **4,0** a cada mil habitantes.

NO TERRITÓRIO

As regiões **2, 6, 7, 9, 12** e **13** apresentam mais indicadores acima da média do município (4 ou mais de 7 indicadores). As regiões **6** e **9** apresentam todas as escolas com nota inferior no IDEB a média do Estado de SP ou do Brasil no ensino fundamental e médio. A Região **7** tem notas baixas no EF e EM e a pior média do EM do município.



6.3. LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS VIOLADOS

- A Constituição Federal e o ECA determinam que é dever da família, do Estado e da sociedade manter crianças e adolescentes à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- A taxa de denúncias por violação dos Direitos Fundamentais de crianças e adolescentes em 2019 é de 10 a cada mil habitantes com idade de 0 a 17 anos (Conselho Tutelar).

O CONSELHO TUTELAR

- Criado em 1990 pelo ECA, o Conselho Tutelar atua com o objetivo de aplicar medidas protetivas à criança e ao adolescente com direitos ameaçados ou violados. Cada sede do Conselho Tutelar é composta por cinco conselheiros eleitos pela comunidade, para mandatos de 4 anos (com a possibilidade de recondução).

- Possui duas sedes, ambas localizadas na região central, e cada uma responsável por atender regiões específicas no território.



VIOLÊNCIA DE QUALQUER NATUREZA

- **17,1%** das denúncias registradas no Conselho Tutelar são por algum tipo de violência ou a combinação de mais de uma delas (**375 de 2.191**).

• Perfil das violências por faixa etária

De 0 a 5 anos - situações de negligência e abandono;

de 6 a 11 anos - violência física e sexual;

de 12 a 14 anos - violência psicológica;

de 15 a 17 anos - exploração sexual comercial.

VIOLÊNCIA SEXUAL

- Foram registradas **130** denúncias de violência sexual no Conselho Tutelar, **118** por violência ou abuso e **12** por exploração sexual comercial, o que significa uma taxa de **2,4** a cada mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

- Do total de **67** notificações no SINAN violência ou acidentes, foram **15** registros de 0 a 17 anos e **4** de 18 a 21 anos, total de 19 registros de violência sexual na faixa etária de 0 a 21 anos.

- No CREAS foram **87** acompanhados por motivo de violência sexual, estupro ou risco de abuso, destes, **84 (96,6%)** são crianças e adolescentes com idade de 0 a 17 anos.

- As vítimas de violência sexual acompanhados pelo PAVAS no ano de 2019, foram **146 (80,7%)** crianças e adolescentes com idade de 0 a 17 anos e **35** jovens de 18 a 21 anos.

REGISTROS NO SINAN VIOLÊNCIA OU ACIDENTES

- Foram registradas **67** notificações de agravos por violência ou acidentes no SINAN na idade de 0 a 21 anos, gerando uma taxa de **1** a cada mil habitantes da mesma faixa etária vítima de violência.

ATOS INFRACIONAIS

- Em 2019 foram registrados em São Carlos, pela Secretaria de Segurança Pública, **359** ocorrências de atos infracionais cometidos por adolescentes, uma taxa de **1,6** a cada mil habitantes de 12 a 17 anos.



45,1%

Envolviam tráfico



7,0%

Posse ilegal de drogas



10,3%

Furto



8,9%

Lesão corporal

CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA (MSE)

- O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) regulamenta a execução das medidas socioeducativas para responsabilizar o adolescente que cometeu ato infracional ou contravenção penal.

- Em 2019, **210** adolescentes de São Carlos e **32** jovens de 18 a 21 anos estavam cumprindo medida socioeducativa, sendo **61,4%** de liberdade assistida.

- Os programas de MSE em meio aberto (LA e PSC) são de responsabilidade do município e os de meio fechado (internação e semiliberdade) do estado.

Tipos de MSE

- Advertência;
- Obrigação de reparar o dano;
- Prestação de serviços à comunidade (PSC);
- Liberdade assistida (LA);
- Regime de semiliberdade;
- Internação em estabelecimento educacional.

Segundo as pesquisas de percepção com adolescentes e jovens

- **71,9%** dos entrevistados de 12 a 17 anos e **84,5%** dos de 18 a 21 anos respondeu saber onde procurar ajuda no caso de sofrer alguma violação ou violência;

- Na faixa etária de 12 a 17 anos **12,2%** já praticaram automutilação, e **7,1%** já tentaram suicídio;

- **35,8%** dos entrevistados de 12 a 17 anos e **44,3%** de 18 a 21 anos já foram vítimas de algum tipo de preconceito. Dentre os motivos, predomina a aparência física (**22,8%**) e a raça ou cor da pele (**19,8%**);

- **2,8%** dos entrevistados de 12 a 17 anos e **14,4%** dos de 18 a 21 anos declararam ter ou já ter tido envolvimento com o tráfico de drogas.

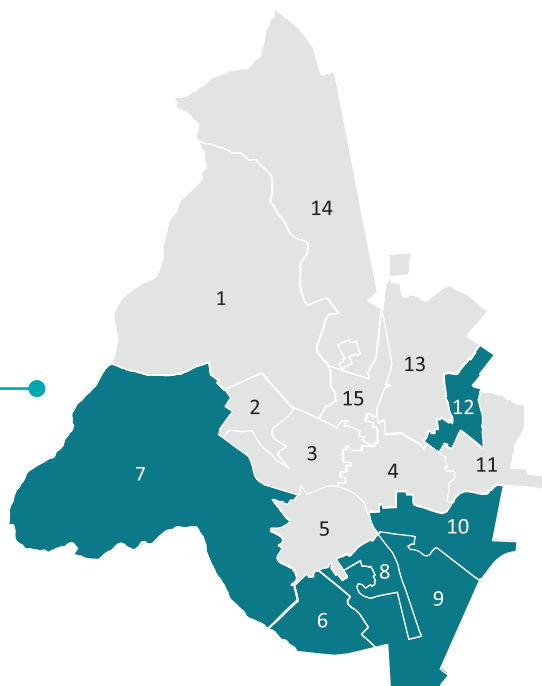
	12 a 17 anos	18 a 21 anos
Sofreu violência	36,1%	38,5%
Sofreu mais de um tipo	29,1%	13,4%

No Conselho Tutelar

As notificações de violações do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade representam **17,7%** do total de registros no Conselho Tutelar (**387** de **2.191**). A taxa de notificação é de **7,3**, o que significa que a cada **1.000** crianças ou adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos, **7** sofreram alguma violação relacionado a este eixo de direito em 2019.

NO TERRITÓRIO

As regiões **6, 7, 8, 9, 10** e **12** apresentam mais indicadores acima da média do município. A Região **7** se destaca por apresentar o maior valor para taxas de violação de direitos (Conselho Tutelar), de notificações por violência de qualquer natureza (incluindo violência física, sexual), ato infracional e cumprimento de MSE. As Regiões **7** e **9** também se destacam negativamente em outros eixos de direito.



6.4. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

FAMÍLIA

- A família é reconhecida pela legislação brasileira como um lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, sendo responsável por criar, cuidar, educar, brincar, proteger e garantir o desenvolvimento de seus filhos, com o apoio da comunidade e do Estado.
- Em São Carlos **71.601** famílias foram registradas vivendo no município no último Censo de 2010, das quais **0,3%** têm adolescentes como responsáveis como chefe de família.



RENDIA

- Conforme apontado pelo Censo de 2010, **1,9%** das famílias têm renda *per capita* inferior a ¼ do SM, ou seja, estas famílias merecem atenção especial por parte do poder público e de toda a sociedade.

BENEFÍCIOS SOCIASSISTENCIAIS

- Famílias que recebem até meio salário mínimo por integrante, ou renda mensal total de até três salários mínimos, devem ser cadastradas no CadÚnico, um sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas sociais do Governo Federal e ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
- Estima-se que cerca de: em março/2021 um total de **17.067** famílias estavam cadastradas no CadÚnico com **42.783** pessoas, destas, **19.855 (46,4%)** como beneficiários do PBF.



SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Proteção Social Básica

Desenvolvido nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF, que possui como objetivo fortalecer e prevenir a ruptura dos vínculos familiares nos territórios com vulnerabilidade social.

Em 2019, foram atendidas e acompanhadas pelo PAIF 335 crianças, adolescentes e suas famílias. As regiões geográficas do Aracy e de Santa Felícia concentram mais da metade dos atendimentos, com respectivamente 29,3% e 25,1%.

Além do CRAS, as organizações da sociedade civil possuem importante papel na oferta de serviços de proteção social básica às famílias de São Carlos, como é o caso dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Juntos, poder público e as organizações da sociedade civil trabalham para fortalecer as relações familiares e comunitárias e prevenir situações de risco social.

Em 2019 foram atendidas 735 crianças e adolescentes pelo SCFV, o que representa 0,6% da população de 6 a 17 anos. Apenas 7,6% são público prioritário, % aquém do mínimo recomendado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), cujo principal motivo é a vivência de violência ou negligência (75,0%).

Proteção Social Especial

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI é ofertado pelo CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, para o apoio, orientação e acompanhamento das famílias nas quais os direitos da criança e do adolescente já foram violados, ou estão em situação de risco.

Em 2019, foram acompanhadas pelo PAEFI **243** crianças e adolescentes, sendo que 50% dos atendimentos foram de novas famílias com casos de violação de direitos contra crianças e adolescentes.

Acolhimento

Acolhimento é uma medida de proteção prevista pelo ECA, para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, que visa a proteção da integridade física, psicológica e moral.

Em São Carlos:

Em 2019 foram **110** crianças e adolescentes acolhidos no Município, representando uma média de **0,2%**, dos quais: **75,5%** em abrigo institucional, **22,7%** em abrigo institucional para mulheres, e **1,8%** em programa de família acolhedora.

Adoção

A adoção é o procedimento legal pelo qual alguém assume como filho, de modo definitivo e irrevogável, uma criança ou adolescente nascido de outra pessoa.

Em 2019 foram sentenciados 8 processos de destituição do poder familiar com encaminhamento para adoção.

Segundo as pesquisas de percepção com adolescentes e jovens

- Respetivamente **79,5%** e **13,1%** dos adolescentes entrevistados disseram sentir “sempre” ou “quase sempre” acolhidos na família. Menos de **1%** respondeu “nunca” ou “quase nunca”, pela falta de apoio dos pais ou pela vivência de violência psicológica.

- Apenas **1,8%** dos entrevistados na faixa etária de 12 a 17 anos não costumam conversar em família sobre assuntos como projeto de vida, política, drogas, sexualidade, preconceito, etc.

- A família foi citada como local de ocorrência de situações de violência por **36,8%** dos que sofreram violência sexual, **23,9%** dos que sofreram violência física, e **7,6%** dos que sofreram violência psicológica (faixa etária de 0 a 17 anos).

- **42,9%** dos entrevistados de 0 a 17 anos e **43,7%** dos entrevistados de 18 a 21 anos afirmaram participar de grupos sociais.

No Conselho Tutelar

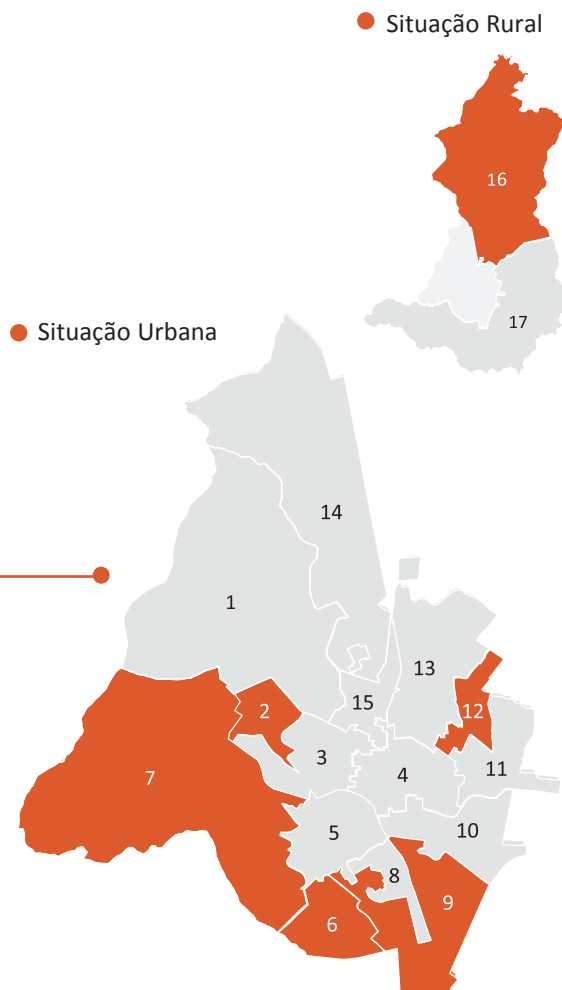
As notificações de violações do direito à convivência familiar e comunitária representam **47,0%** do total de registros no Conselho Tutelar (**1.029** de **2.191**), cuja taxa é de **19,4** a cada mil habitantes de 0 a 17 anos.

- **24,7%** dos atendimentos são por denúncias envolvendo algum tipo de conflito familiar.

- A taxa de denúncia de abandono e/ou negligência em São Carlos é de **3,1** notificações a cada mil habitantes de 0 a 17 anos.

NO TERRITÓRIO

As regiões **2, 6, 7, 9, 12** e **16** são as que apresentam mais indicadores acima da média do município. Estas regiões destacam-se por apresentarem os piores indicadores de renda domiciliar per capita de extrema pobreza, de acolhimento de crianças e adolescentes, de denúncias no conselho tutelar, de conflito familiar e negligência ou abandono. As Regiões 6 e 7 concentram grande parte das famílias acompanhadas no PAIF e PAEFI e também se destacam negativamente em outros eixos de direito, incluindo violações como trabalho infantil, acesso à educação e vivência de situações de violência.



6.5. PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

- Em 2019, **3,0%** do total de matriculados no município (**1.534**) cursavam o nível técnico profissional.
- Fazendo um recorte nas matrículas do ensino médio, **15,8%** estão cursando educação profissional técnica integrada ou concomitante.
- A rede pública federal e estadual absorvem **53,3%** da demanda.

LEI E TRABALHO

- No Brasil, os adolescentes podem iniciar a sua vida profissional a partir de 14 anos, sendo expressamente proibido pela legislação qualquer forma de trabalho abaixo desta idade.

Abaixo de 14 anos
Proibido qualquer tipo
e forma de trabalho

Entre 14 e 15 anos
Permitido apenas
na forma de
aprendizagem

Entre 16 e 17 anos
É permitido, desde que
não seja noturno,
insalubre ou perigoso

A partir de 18 anos
É permitido, sem
nenhuma restrição
legal

- Segundo o último Censo (IBGE, 2010) **9,2%** das crianças e adolescentes e **55,7%** de jovens na faixa etária de 18 a 21 anos estão em situação de trabalho.

TRABALHO INFANTIL

- Segundo o IBGE (2010) **2,5%** das crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 13 anos estão em situação de trabalho infantil.
- A Nas pesquisas de percepção, **6,8%** dos adolescentes entrevistados (12 a 17 anos) estão em situação irregular de trabalho, com fortes indícios de se caracterizar trabalho infantil.
- Oficialmente o Conselho Tutelar registrou 5 denúncias de trabalho infantil e 12 situações de exploração sexual comercial. No Cadúnico não há marcação de trabalho infantil.

VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO

- Estavam trabalhando formalmente em dezembro de 2019.

944 adolescentes entre 14 e 17 anos, sendo **54,9%** por contrato de aprendizagem.

7.610 jovens na faixa etária de 18 a 21 anos, dos quais **84,6%** por contrato CLT urbano.

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

- A taxa de contratação no Programa Jovem Aprendiz no município é de **38,6** adolescentes contratados a cada mil habitantes da faixa etária de 14 a 17 anos.

- Apenas **28,8%** do potencial de cotas de aprendizagem é preenchida (RAIS, 2019).

- **6** instituições oferecem **414** vagas para o programa (2019).

Segundo as pesquisas de percepção com adolescentes e jovens

- **4,4%** dos entrevistados de 14 a 17 anos são jovens aprendizes.
- **6,8%** dos adolescentes declararam trabalhar na informalidade, não tendo seus direitos trabalhistas garantidos.
- **58,0%** dos jovens na faixa etária de 18 a 21 anos declaram trabalhar, dos quais **30,7%** na informalidade.

No Conselho Tutelar

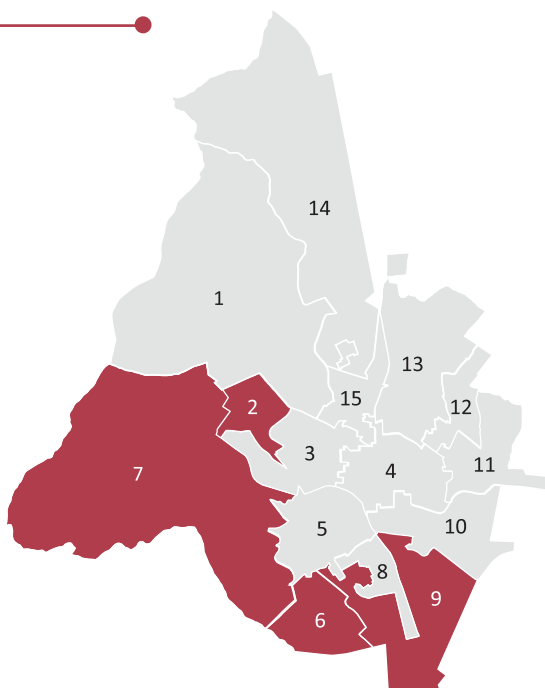
As violações do direito à profissionalização e proteção no trabalho representam **11,8%** do total de notificações (11 de **2.191**):

- **54,5%** são por falta de vaga, inacessibilidade ou ausência de condições para formação técnica e profissional.
- **45,5%** por trabalho infantil.

NO TERRITÓRIO

As regiões **2, 6, 7 e 9** são as que apresentam mais indicadores acima da média do município. Estas regiões destacam-se por apresentarem os piores indicadores de RDJ, baixa renda e de violações no conselho tutelar neste eixo de direito. As Regiões 7 e 9 também apresentam as taxas mais altas de indícios de trabalho infantil.

Por outro lado, as Regiões 7, 9 e 17 também são as que apresentam maior número de adolescentes no Programa Jovem Aprendiz, segundo as pesquisas de percepção.



7. PESQUISA QUALITATIVA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, fenômeno que é compreendido como parte da realidade social, considerando que o ser humano se distingue não apenas por agir, mas por refletir sobre suas ações e a maneira como ela afeta os que estão à sua volta (MINAYO, 2013, p.21).

A técnica utilizada foi a da pesquisa em profundidade que, de acordo com Minayo (2013), permite ao participante responder livremente, dando mais profundidade às reflexões.

7.1. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM CRIANÇAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Em reunião da comissão do Diagnóstico foi definido qual público participaria da pesquisa e onde buscá-los. Considerando que os projetos sociais e as escolas municipais ainda não haviam retomado as atividades presenciais até a data prevista para a realização dos grupos, escolhemos apenas escolas estaduais, que atendem alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

Foram elencadas 3 escolas, mas realizamos os grupos em 2 apenas. Esta decisão se deu em razão do princípio de saturação, dado que os resultados obtidos passaram a apresentar redundância (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Por meio de contato telefônico, foi solicitado à diretora e ao vice-diretor que selecionassem os alunos mais participativos para fazer parte do grupo.

O roteiro utilizado foi previamente validado pela comissão do Diagnóstico, composta por profissionais que atuam na rede socioassistencial e aborda questões relacionadas aos eixos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Vida e à Saúde; Direito à Educação; à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e por último, o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Aqui apresentaremos os dados obtidos em Roda de conversa realizada nas unidades de ensino citadas, nos dias 11 e 12 de agosto.

7.1.1. Resultados e Discussão

Participaram da pesquisa 11 alunos com 11 anos de idade, de ambos os sexos, matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino.

Após a apresentação do projeto e introdução ao tema dos direitos da criança e do adolescente foi investigado se os participantes tinham conhecimento em relação ao ECA e aos órgãos de defesa e proteção. Apenas 2 afirmam ter algum conhecimento sobre o ECA, entretanto

nenhum deles sabe o que é o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA). Quanto ao Conselho Tutelar (CT) todos admitem já ter ouvido falar.

Demos continuidade à conversa com o tema convivência familiar e comunitária. Dois dos participantes afirmam que não gostam de morar em São Carlos. Um deles refere que veio de outro estado e apesar de morar aqui há muito tempo, ainda sente falta de sua cidade natal. Apesar de a maioria admitir que gosta da cidade, muitos afirmam que não pretendem morar aqui no futuro, conforme ilustra a fala a seguir: “eu quero mudar se eu puder visitar os meus pais sempre que eu quiser”, ou ainda: “não, porque eu quero conhecer lugares novos. Eu quero conhecer o mundo”.

Todos percebem a família como protetora e sentem-se acolhidos por ela. Embora 4 deles admitam que não se sentem à vontade para falar sobre qualquer assunto. O que pode ser evidenciado pelas seguintes falas: “a gente fica sem jeito”, “porque, ‘cê’ fala e nossos pais já querem bater”, e por último: “meu pai não é assim, mas eu não tenho tanta liberdade para conversar”. Na percepção de muitos deles o pai é uma figura mais distante que não permite esse tipo de intimidade, a genitora, entretanto foi apontada por um dos alunos como alguém em quem confia e com quem fala sobre qualquer assunto, bem como a avó. Apenas um revela que não tem com quem conversar.

Quando o assunto é sexo ou namoro, os irmãos mais velhos são os eleitos para trocar confidências. Conforme podemos perceber no relato a seguir: “eu falo com meu irmão, mas não é sobre isso (sexo). É que tem uma menina de 14 anos que gosta dele, mas ele não gosta dela. Ele fala que é pedofilia porque ele já é de maior”. Uma outra aluna afirma que assiste filmes e séries de conteúdo sexual com as irmãs e é com elas que esclarece as dúvidas que surgem sobre o tema. Contudo, este não parece ser um tema muito abordado por eles. Quando questionados se tem vergonha de falar sobre sexo, um dos alunos respondeu: “que nojo!”.

Ainda no âmbito familiar, todos os participantes referem que auxiliam nas tarefas domésticas, dedicando cerca de duas horas diárias nessas atividades. No entanto, o relato de dois alunos em especial, chamou a atenção. Um deles, inclusive, afirmou que gostaria de sair mais cedo da aula às sextas-feiras para que possa ter tempo de cumprir com suas obrigações:

“Eu arrumo a casa inteira. Eu varro o chão, passo pano, tiro sujeira do sofá e dobro as cobertas. Eu tenho três irmãs e tenho que cuidar delas. Uma tem 10 anos e faz bagunça para caramba, a outra tem 6. Eu cuido delas quando minha avó vai no postinho, porque o braço dela tá doendo”.

O trecho a seguir traz a fala de outro participante:

“Eu lavo, dobro e passo. Minha mãe me ensinou a cozinhar. Até minha irmã mais nova sabe. Sabe fazer arroz, fritar um ovinho... uma fofa! Ela só não sabe temperar, porque ela não sabe diferenciar os temperos, aí eu tempero. Normalmente eu chego da escola e vou tomar banho, mas tem dias que eu tenho ginástica. Quando minha mãe está muito cansada eu faço a janta. Quando eu não tenho aula, se minha mãe não quer fazer o almoço, eu faço”.

Diante destes relatos é possível identificar que alguns alunos dedicam muitas horas do seu dia às atividades da casa, o que pode nos levar a questionar se há sobrecarga de responsabilidade.

Ao abordar o tema educação, a maioria dos alunos afirma que gosta da escola, com exceção de três deles que não se manifestaram. Falaram com animação sobre as atividades que serão desenvolvidas em breve: “vai abrir os clubes daqui da escola. Eu não consigo explicar muito bem, mas a diretora disse que vai abrir os clubes. Antes era só de tarde, aí agora vai ter de manhã”. De acordo com o relato de outro aluno, entre essas atividades estão jogos de tabuleiro, dança, esportes e culinária. Os alunos parecem satisfeitos com a infra-estrutura da escola, que conta com biblioteca, laboratório de informática (que possui telão e projetor) e quadra poliesportiva.

Quando se veem com dúvidas acerca do conteúdo dado, tiram dúvidas com a professora ou o tutor, além de pesquisar na internet ou nos livros.

As principais queixas quanto ao ambiente escolar referem-se à refeições servidas: “quero que a escola melhore o café da manhã, que põe leite com Toddy e bolacha”, “podia ter suco na hora do almoço” e “teria que melhorar a cantina na hora do café e do almoço”. Foram ainda mencionados a falta de papel higiênico no banheiro masculino e que deveria melhorar o respeito entre os alunos. Outro participante lamentou que não é permitido fechar as janelas da sala - em razão da pandemia - e diz que sente muito frio. Com relação à pandemia, as carteiras estavam dispostas de modo a respeitar o distanciamento social e havia na sala de aula um frasco de álcool em gel à disposição para que os alunos pudessem usar.

Ainda sobre o contexto escolar, falamos sobre bullying, preconceito e violência. Apenas 3 alunos referem ter queixas nesse sentido. Segundo um dos alunos, foi vítima de bullying porque estuda lá há pouco tempo e ainda não está completamente adaptado. Uma aluna diz que também ocorreu com ela porque é muito estudiosa e é chamada de nerd: “eu fico chateada. Aí eu reclamo e dou o troco neles, mas não resolve. Quando eu chego em casa, levanto meu colchão e soco ele”. A fala a seguir ilustra a queixa de mais um aluno:

“Uma vez, tem uma mesa de ping pong ali, aí teve um dia, que eu tinha uma blusa um pouco grande, e ficaram falando que era blusa de mulher. e isso me incomodou, mas eu não fiz nada, Deixei ele falando sozinho, eu fiquei chateado, mas fiquei melhor depois”.

Quanto à violência, duas alunas relataram situações ocorridas em outra escola que frequentaram:

“Não uma criança, foi uma professora mesmo. Ela era muito grossa com os alunos. Acho que ela é daquelas professoras muito antigas, que já tinham o costume de dar bronca, beliscar a criança. E ela já... não aconteceu comigo, foi com um amigo meu. Ela bateu o caderno na cabeça desse menino. E ela era muito grossa com as pessoas. Ela batia, batia a régua nas costas e também, as vezes ela briga com outros alunos, sem ser os alunos dela. Ela já chegou a puxar um menino pela blusa, quase espancou o menino no corredor”.

“(Outra aluna falando da mesma professora) Olha, teve uma vez que ela gritou na sala de aula, a minha sala era uma sala do lado, um pouco mais para cima, no terceiro ano e ela falou que se fosse mudar de sala teria que falar com a diretora, aí ela fez um barraco na sala de aula. Começou a gritar e dava para escutar no fim do corredor no andar de baixo. Eu escutei muito bem, porque eu ficava do lado da porta. Fiquei assustada!”.

Segundo o relato dos alunos, nenhum deles sofreu negligência ou foi vítima de violência na

escola ou no ambiente familiar.

Em seguida demos continuidade à conversa falando sobre profissionalização e trabalho e, mesmo sendo muito novos, foi questionado se algum deles trabalhava, quando um dos alunos responde: “Claro que não, né, professora?”, outro ainda afirma: “tem um moleque da outra classe que vende sonho, pão”. Alguns alunos revelam ter conhecimento de adolescentes que iniciaram no mundo do trabalho a partir dos 14 anos, através do programa Jovem Aprendiz.

Muitos deles já sabem que profissão desejam seguir. Dentre as respostas, surgiu: médico, jogador de vôlei, CEO de marketing, policial, Mc e um dos participantes conta que pretende ser “veterinário e lutador”, outro diz “vou dar aula de português” e um deles respondeu que quer trabalhar em um posto de gasolina. Apenas 3 referem que não definiram que carreira pretendem seguir.

O estudo e o trabalho são apontados como maneira de alcançar seus objetivos: “vou estudar, trabalhar...”, “eu quero uma casa para morar, um teto pelo menos. Vou conseguir isso trabalhando. Porque casando, ó, vai ter briga aí no meio!”.

Em consequência da pandemia, nenhum deles está inserido em projetos no contraturno escolar. Contudo, vários alunos contam que participam de atividades no PROARA e afirmam que estão sentindo falta. Aqueles que não participavam antes, revelam a intenção de iniciar logo que for possível, a prática de esportes foi a área que despertou mais interesse entre os participantes, outros ainda citaram o interesse em aprender a tocar instrumentos musicais e culinária.

7.1.2. Recomendações

- ✓ “Podia ter um centro de esportes aqui no bairro”;
- ✓ “Podia abrir mais praças”;
- ✓ “Devia ter mais lixeiras nas praças”;
- ✓ “Podia ter natação, esporte, basquete. É bem legal isso!”;
- ✓ “Deveria tapar os buracos das ruas”;
- ✓ “Deveria ter mais jogos de Primavera (competições esportivas)”;
- ✓ “Deveria ter mais acesso para as pessoas que têm deficiência nos lugares públicos (nenhum deles tem pessoas com deficiência na família)”.

7.1.3. Referências bibliográficas

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cadernos de saúde pública, v. 24, p. 17-27, 2008.

MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

7.2. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM ADOLESCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Em reunião da comissão do Diagnóstico foi definido qual público participaria da pesquisa e onde buscá-los. Considerando que os projetos sociais e as escolas municipais ainda não haviam retomado as atividades presenciais até a data prevista para a realização dos grupos, escolhemos apenas escolas estaduais, que atendem alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

Foram elencadas 3 escolas, mas realizamos os grupos em 2 apenas. Esta decisão se deu em razão do princípio de saturação, dado que os resultados obtidos passaram a apresentar redundância (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Por meio de contato telefônico, foi solicitado à diretora e ao vice-diretor que selecionassem os alunos mais participativos para fazer parte do grupo.

O roteiro utilizado foi previamente validado pela comissão do Diagnóstico, composta por profissionais que atuam na rede socioassistencial e aborda questões relacionadas aos eixos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Vida e à Saúde; Direito à Educação; à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e por último, o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Aqui apresentaremos os dados obtidos em Roda de conversa realizada nas unidades de ensino citadas, nos dias 11 e 12 de agosto.

7.2.1. Resultados e discussão

Participaram da pesquisa 27 alunos da rede estadual de ensino, com idades entre 12 e 17 anos, sendo 18 do sexo feminino e 9 do sexo masculino.

Para dar início à conversa foi realizada a apresentação do projeto e introdução ao tema dos direitos da criança e do adolescente. Ao serem indagados se tinham conhecimento em relação ao ECA e aos órgãos de defesa e proteção, todos os participantes afirmaram ter algum conhecimento sobre o ECA e o Conselho Tutelar (CT), entretanto 7 deles admitem não saber o que é o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA).

Seguimos a conversa falando sobre como é morar em São Carlos, todos os presentes afirmam que gostam da cidade. Segundo um deles, “por causa das pessoas” e de acordo com outros alunos:

“

Gosto porque não é uma cidade nem tão pequena, nem tão grande. Gosto de todo mundo aqui, minha mãe mora aqui. Pretendo fazer faculdade por aqui. Quero fazer letras e ser professora”;

“... porque foi onde eu cresci. Quero ter toda minha trajetória aqui. Quero me formar, quero passar na faculdade. Quero fazer medicina aqui”;



“... porque eu acho que é uma cidade que ainda tá em formação, não é muito grande. Então ainda tem bastante oportunidade para se abrir empresa, essas coisas...”.

Entretanto, muitos deles contam que não pretendem continuar vivendo aqui futuramente. Conforme ilustram as falas a seguir: “as coisas é muito cara e não tem muita coisa, muito lugar pra sair. Acho que é sem graça, sabe? A única coisa melhorzinha que tem aqui, é só o zoológico. Eu gosto da escola, mas no futuro eu não moraria aqui, não”, “mudaria porque prefiro minha cidade natal. Vim para cá com 12 anos. Até me acostumei aqui, mas prefiro lá”, “já conheço bastante aqui. Eu prefiro morar num sítio, numa fazenda. Eu quero morar com a minha vó”, além de: “eu gostaria de sair para seguir meu sonho de me tornar uma atriz internacional, porque eu acredito que se eu ficasse aqui não ia conseguir”.

O fato de ter universidades e, segundo eles, muitas oportunidades, é razão para que alguns deles queiram permanecer aqui.

No âmbito familiar, 7 participantes confessam que não se sentem acolhidos pela família. A falta de afinidade e as cobranças em função da religião estão entre os principais obstáculos para uma relação mais próxima com os genitores, como podemos identificar nos trechos a seguir:



“... família é tudo ninho de cobra! A minha pelo menos é. Todo mundo fala mal do outro e depois tá todo mundo se abraçando. Não dá certo! Todo mundo fala de mim, umas coisas que eu não faço. Só o povo da minha casa dá para contar, o resto, não! Moro com os meus tios - o pai sumiu e a mãe faleceu”.

“Também não gosto muito, não. Acho que é pela convivência que eu não tive com a minha mãe. A gente não se dá muito bem! Eu tô aqui hoje mesmo, por já ter brigado um monte com ela”.

“... minha família é muito religiosa e eu não! Às vezes eu tenho que fingir alguém que eu não sou para minha família. E também, eles costumam julgar muito os filhos das outras pessoas. Meu estilo é totalmente diferente do deles, então, as vezes eu não me sinto muito bem”.

“O meu é totalmente a mesma coisa! Minha família é bem religiosa eles querem que eu siga a mesma coisa que eles, mas isso não é o que eu quero, entendeu? Eu quero viver minha vida”.

A maioria sente-se mais à vontade para conversar com os amigos mais próximos ou os primos. Um deles refere que a cunhada é a pessoa com quem divide suas experiências, enquanto outros alunos citam uma tia paterna, o padrasto e outro aluno menciona o pai e o padrasto. A mãe é apontada apenas uma vez. Deste modo, é possível perceber que os pais não são os favoritos para conversar sobre determinados temas:



“Depende do assunto... que nem o lance de religião... minha mãe é muito de boa. Na verdade, ela é muito religiosa e a gente é o oposto. Eu sou bem cética e ela é bem crente, mas ela conversa de boa sobre essas coisas”.

“

“Eu até converso com a minha mãe, mas a gente vive se matando. É que ela conversa gritando e gritando eu não quero! Quero conversar baixo”.

“Na minha casa é igual UFC, só fala brigando. Meu pai é do tipo que grita, não consegue falar baixo”.

“Conversar tudo assim, não. Meu pai e minha mãe são bem mais reservados, sabe? Nossa relação é da hora, mas não converso sobre tudo. Graças aos meus irmãos. Meus irmãos são tudo mais velhos, aí é lá que nós troca ideia. É mais fácil. Um tem 25 e é que nem o meu paizão”.

Sexo é um tema bastante debatido entre eles, mas essas discussões ocorrem entre os pares. Apenas uma adolescente afirma estar namorando e refere ainda que não está satisfeita com seu relacionamento porque é “um namoro forçado:”

“

“Se eu resolvesse terminar, eu acho que eu ficaria fora de casa. [...] Eu conheço ele da igreja, [...] a minha família gostava dele, e o meu padrasto falou: ‘Ah eu deixo você namorar com ela’, e aí ele quis. Há mais ou menos uns 4 meses a gente ficou sem se falar, porque eu não queria, aí ele ficou bem chateado. Minha mãe começou a entrar bastante na minha cabeça e começou a falar: ‘não, você tem que namorar com o menino!’, aí veio com aquela história de orar, porque minha família é toda Cristã”.

Outro aluno, contudo, tem uma opinião diferente a respeito de namoro: “namorar não é bom. Dá trabalho. Eu namorei com uma menina que ela queria lanche toda semana! Queria sair toda noite!”.

O distanciamento com os pais nessa fase da vida é esperado, tendo em vista que o adolescente busca por autonomia. Mesmo assim, alguns familiares são admirados por serem trabalhadores, por conta do caráter ou por serem afetuosos:

“

“A minha prima. Ela já é formada, tem graduação. Ela é uma pessoa muito boa, que me ajuda muito”.

“Minha prima e a mãe dela. A mãe dela é enfermeira e a minha prima tá fazendo faculdade de computação, mas eu me inspiro nelas mais pelo jeito delas serem, de conseguir resolver as coisas da vida de uma forma mais fácil.”

“O meu tio. Por causa que desde criança ele estudou muito e sempre falou para gente: “estuda que você sempre consegue!”, e hoje ele é dono de duas empresas”.

“A minha mãe. Ela batalhou muito para chegar onde ela tá, me inspira!”

“O meu vô. Ele é um homem muito trabalhador, porque na época que ele nasceu as pessoas já trabalhavam - desde pequenas. E aí ele construiu uma casa linda e bem grande. [...] Ele voltou a estudar aos 35 anos. Ele é uma pessoa muito trabalhadora, muito honesta e é muito bom para as pessoas. Até quando eu tô com uma dúvida na lição, ele vem me ajudar”.

“Me inspiro na minha mãe, no meu pai e numa influenciadora. Não é pela pessoa que ela é, até porque influencer, a gente nunca sabe como eles são. Mas é pelo que ela tem, pelo que ela se tornou, porque ela era pobre, humilde, ela morava

“

na favela. Hoje em dia ela tem carro, ela tem apartamento, ela tem tudo que ela sempre sonhou e ela sempre fala que a gente tem que correr atrás dos nossos sonhos e que não pode deixar para amanhã o que você pode fazer hoje. Então ela me faz refletir muito sobre esse lado da vida, na parte mais material. E na parte de ser uma pessoa, eu me inspiro no meu pai e na minha mãe”.

“Talvez na minha mãe, pela forma que... assim, por mais que a gente seja totalmente diferente, ela respeita a opinião das pessoas, mesmo não concordando”.

O trabalho e o estudo são aspectos valorizados nessas falas e se reflete na relação que eles estabelecem com a escola. De maneira que todos os alunos se dizem satisfeitos com o ambiente escolar.

“

“Aqui em São Carlos, essa é a melhor escola que eu estudei. Porque no Degan e no Orlando não aprendi nada”!

“Aqui a gente termina o ensino médio e o técnico¹² ao mesmo tempo. No final do curso a escola encaminha para o mercado de trabalho”.

Contudo, os alunos matriculados no curso técnico queixam-se que as matérias do núcleo comum (Inglês, Artes e Educação Física) foram retiradas da sua grade.

Na escola situada no bairro Santa Felícia, são oferecidos para os alunos do Ensino Médio curso pré-vestibular e de informática aos sábados.

Aqueles que residem próximo à escola, vão à pé. Entre os que moram mais distante, um deles vai de bicicleta, uma vai de ônibus, o genitor leva uma das alunas e outra ainda revela que as vezes vai de Uber.

Quanto às refeições servidas na escola, a maioria afirma que gosta e alguns deles sugerem que poderia ser servido um suco e sorvete de sobremesa.

Ainda no âmbito escolar, quando apresentam dificuldades com algum conteúdo dado, muitos alunos procuram esclarecer suas dúvidas diretamente com o professor da disciplina ou pesquisando na internet. Uma das participantes, entretanto, busca uma solução menos convencional: “eu procuro pular esse conteúdo e ir para o mais fácil. Às vezes minha mãe fala para eu ir pesquisar, aprender. Na hora da prova, eu vou na fé!”. Há ainda os que admitem que “chutam” as respostas na hora da prova ou os que “pedem cola” aos amigos. Uma das alunas, inclusive, revela que “colou” uma única vez, mas se sentiu tão culpada que contou à professora e teve que refazer a prova.

Tendo em vista que a escola é onde passam grande parte do dia, não é raro que ocorram desentendimentos, sendo assim, ao serem questionados se já sofreram situações de bullying/preconceito ou violência no ambiente escolar, alguns adolescentes referem que já passaram por isso.

Um deles conta que era normal que todos tivessem apelido e, a partir do momento que

12 A escola oferece curso técnico em Recursos Humanos e Serviços Jurídicos.

não davam muita importância aquela situação, ela deixava de existir da mesma forma que surgiu. Eis o relato de um dos alunos:

“Eu sofria bullying mais por causa da minha aparência. Ele (apontando para um dos colegas) que era o responsável e ele também (apontando para o colega de trás), mas passou um tempo e a gente viu que aquilo era bobeira e pegamos amizade mesmo. Agora a gente é muito unido, mas antes ele enchia muito meu saco. Era no sexto ano. Aí agora eu desconto quando tenho uma oportunidade (risos)”.

Ao abordarem esse tema, os participantes foram questionados sobre o que pensam sobre ser julgado pela aparência e uma das adolescentes respondeu:

“... eu acho que não existe pessoa bonita ou pessoa feia, cada um tem seu perfil e seu estilo de ser e as pessoas têm que aceitar! Quem não aceita, paciência! O importante é você se aceitar! Se você se aceita, tá ótimo! Não tem que ligar para opinião das outras pessoas! Porque você vai contar com você o tempo inteiro, não com as outras pessoas! Mas acontece, fazer o quê? A gente está sujeito a passar por isso só pelo fato da gente pisar fora da nossa casa, pelo fato de existir! Porque, querendo ou não, tem padrão de beleza! E quem não se encaixa acaba sendo vítima. Muitas das vezes, é isso que acontece”.

Situações de violência eram mais comuns quando eram mais novos e eles resolviam “na mesma moeda”.

“Além de me xingar, eles me batiam, mas assim, era coisa de 4º ano, 5º ano. Lembro até de uma vez que me derrubaram. Eu não sei porque eles faziam isso! Eu ficava sozinha, não tinha o que fazer! Ninguém via. Eu simplesmente era linda, né? fazer O quê? (risos). Eu contava para minha mãe, mas ela não levava muito a sério essas coisas e não era resolvido. Então eu fui resolvendo com o tempo, quando eu aprendi a me defender ...”

“Eu já, quando era mais nova. Eu resolvi batendo nos outros. Eu era pequenininha, mas saía batendo em todo mundo.”

Algumas alunas mencionaram situações que ocorreram com uma professora:

“... eu era a menina mais tímida da sala, aí, a professora tinha me confundido com uma menina [...] e apertou a minha boca. E como eu era pequena meus dentes era tudo molinho [...] minha boca começou a sangrar e eu comecei a chorar. O inspetor viu e ligou para minha mãe, ele achou que meu dente tinha caído, essas coisas...”.

“Eu tirava notas boas - ainda tiro - e aí ela (a professora) começava a colocar, tipo assim, 3, 4, 5 e o meu pai ficava muito nervoso, porque ele queria que eu tirasse nota boa. E minha mãe falou: “vamos corrigir tudo isso daqui, para ver se tá certo ou tá errado”. Eu respondi as mesmas respostas e tava correto. Meu pai foi na escola, falou com a diretora e a diretora falou que não ia mudar ela porque ela é muito boa, mas teve que me mudar de sala...”.

“Eu acho que era a mesma professora que ela tá falando. Eu tinha a mania de trocar a prova com a minha amiga de trás. A gente tirava nota boa e tal. Aí, essa professora viu e achou que a gente tava colando aí ela foi e me olhou, aí ela falou comigo, me pegou pelo braço e chacoalhou bem forte e começou a gritar na minha cara”.

De acordo com o relato de muitos alunos, era recorrente que a professora agisse dessa forma em situações cotidianas. A escola, por sua vez alegava que esta era uma de suas melhores professoras e nada poderia ser feito a esse respeito.

Ao falarmos sobre negligência, uma das alunas revela que passa por isso desde a infância:



“A minha mãe [...] não faz comida, tipo, ela tem a família dela, com meu padrasto, aí ela não faz comida para mim. Então eu compro as minhas coisas (ela recebe pensão), faço a minha comida. Se preciso de um médico, por exemplo, [...] ela não leva... aí tem que ir na escola, reunião... vixe... é assim desde sempre. E tem várias outras coisas [...]. Minha mãe sempre foi assim! Quando eu era mais nova e ela era casada com meu pai, aí eu tinha ele para amenizar, mas o meu pai faleceu”.

Com relação ao mundo do trabalho, muitos alunos têm ideia sobre a profissão que desejam seguir futuramente. Foram mencionados, Engenharia Civil, Filosofia, Veterinária, Psicologia, um aluno diz que quer ser “fotógrafo de paisagem”, um pretende ser policial, outro bombeiro e uma das participantes conta que pretende fazer “Direito, Artes Cênicas e Astronomia”.

A maior parte dos alunos dedica-se apenas aos estudos e cursos complementares. Quanto às responsabilidades com a organização da casa, todos os alunos auxiliam nos afazeres domésticos, dedicando cerca de 2 horas por dia nessas atividades. Com exceção de 2 participantes: “minha mãe não pede” e “eu pergunto para minha mãe se ela quer que eu faça alguma coisa e ela diz que não precisa, mas eu arrumo meu quarto”.

Somente 5 alunos afirmam que exercem atividades remuneradas. Um deles trabalha em dias alternados, pelo programa Jovem Aprendiz e os demais trabalham com o pai ou padrasto na construção civil ou em serviços de jardinagem. Uma aluna trabalha como babá.

Quanto ao mercado de trabalho, uma das participantes acredita que o município não oferece acesso à profissionalização e ao primeiro emprego. Conta que sua irmã está buscando e tem encontrado dificuldade para a inserção no mercado de trabalho: “minha irmã vive procurando e não consegue. Pelo que eu vi é bem difícil conseguir um emprego. Precisava ter mais cursos”. Outra participante concordou com a afirmação e disse ainda: “curso profissionalizante abre mais porta, mas pra minha idade não tem. Tem o Jovem Aprendiz, mas é difícil de se inscrever, nem todo mundo consegue”.

No futuro muitos deles se veem trabalhando, tendo conquistado sua casa e carro. Apenas uma adolescente revela que deseja se casar e nenhum deles quer ter filhos.

7.2.2. Recomendações

- ✓ Criação de um centro de esportes com instrutores em diversas modalidades;
- ✓ Criação de pontos turísticos;
- ✓ Cursos profissionalizantes com encaminhamento para o primeiro emprego;
- ✓ Cursos de informática e de idiomas;
- ✓ Aulas de desenho;
- ✓ Aulas de dança.

7.2.3. Referências bibliográficas

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cadernos de saúde pública, v. 24, p. 17-27, 2008.

MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

7.3. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM PAIS E RESPONSÁVEIS

Foram convidados para este grupo 15 pessoas. Destes, apenas 4 conseguiram participar no horário previamente agendado. Para os demais foi oferecida a alternativa de entrevista individual por telefone em horário de sua escolha, que teve a adesão de 2 participantes. Para os demais, foi enviado o roteiro e 6 deles encaminharam suas respostas. Apenas 3 dos convidados não responderam ao questionário.

Dentre os participantes, 6 deles foram indicados pela diretora. Outros 5 são pais de adolescentes que participaram da fase quantitativa do Diagnóstico e para completar tivemos a participação de 1 mãe indicada. Os 3 que não responderam são pais indicados pelo vice-diretor desta última instituição de ensino.

A roda de conversa realizada de maneira remota com pais e responsáveis no dia 19 de agosto de 2021, com duração de 2h20.

O roteiro utilizado foi previamente validado pela comissão do Diagnóstico, composta por profissionais que atuam na rede socioassistencial e aborda questões relacionadas aos eixos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Vida e à Saúde; Direito à Educação; à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e por último, o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

7.3.1. Resultados e Discussão

Dentre os participantes, 11 são do sexo feminino e 1 do masculino, 10 são pais de alunos matriculados na rede pública de ensino e 2 na rede privada, 2 famílias são monoparentais e as demais nucleares (composta por mãe, pai e filhos), entre eles há 1 criança com deficiência.

Demos início à conversa com questões que procuravam identificar se os participantes tinham algum conhecimento acerca do ECA, Conselho Tutelar (CT) e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Apenas 1 deles afirma nunca ter ouvido falar do ECA e outros 2 não têm qualquer conhecimento a respeito do CT e CMDCA.

Todos eles residem com a criança/adolescente e são os responsáveis diretos pelos cuidados.

Ao serem questionados sobre os desafios cotidianos do convívio social e da rotina familiar, os pais trouxeram aspectos relacionados à dificuldade em acompanhar o ritmo dos filhos, em proteger dos males do mundo e orientar para que tomem a melhor decisão em cada situação, buscar o equilíbrio no uso de eletrônicos e, por último, mas não menos importante, impor limites.

“

“A gente tem um convívio bom, consegue se socializar bem. Esses últimos anos mudou muito a nossa rotina (em função da pandemia), de todo mundo. Aqui em casa sempre foi um desafio, porque minha filha é deficiente. Sempre foi um desafio a questão da socialização. Ela tem necessidades específicas. Então no meu caso tem os desafios a mais e as oportunidades são diferentes”.

“Educar um adolescente hoje em dia é um desafio muito grande. Porque tem muita coisa livre a céu aberto (drogas) e a gente tem que educar, tem que instruir. Tem aquele período da curiosidade. Dá muito medo! Porque hoje em dia tudo tem fácil acesso, a gente fica bem apreensiva”.

A rotina agitada torna todas essas tarefas ainda mais complicadas e para minimizar o efeito da correria do dia a dia os pais procuram aproveitar o tempo junto aos filhos da melhor forma possível. A pandemia reduziu o contato com familiares e as reuniões ocorrem com menos frequência. Alguns dos participantes são oriundos de outros estados e não conhecem muitas pessoas aqui no município, de modo que sua vida social se restringe aos encontros na igreja. Conforme é possível perceber nos seguintes trechos:

“

“A gente passa o tempo todo aqui. Com a pandemia ficou difícil sair, mas a gente frequenta a igreja. Todos nós vamos. Quando vai fazer alguma coisa de diferente, geralmente, é aqui em casa. Tem um parquinho aqui perto de casa, de vez em quando eles vão, mais com a avó do que comigo, porque eu não saio. E comer uma pizza, ou comer um lanche de final de semana, são as coisas que a gente costuma fazer junto”.

“A gente sempre ia para casa da minha mãe, que é em outra cidade. É uma cidadezinha pequena e lá tem a praça que as crianças gostam de brincar. E a gente frequenta a igreja de final de semana e lá tem os eventos. Às vezes a gente aluga uma chácara”.

“Quando tô de folga procuro fazer de tudo um pouco. Eu procuro proporcionar para eles o máximo que eu não posso fazer no tempo que eu tô trabalhando. A cada 10 ou 15 dias eu pego uma folga ou pago para um amigo trabalhar no meu lugar. [...] Se dá para a gente comer um lanche fora, vamos comer um lanche, vamos passear. Vejo como estão os cadernos. Vamos conversar sobre organização da casa. Porque você tem que deixar ser criança mas tem que ter disciplina, tem que ter limite. É o que eu faço com eles. Eu procuro proporcionar aquilo que estou deixando em falta nos dias que tô trabalhando”.

“Eu busco nesse tempo que eu chego fazer alguma atividade com eles, andar de bicicleta, fazer uma janta juntos, vamos sentar todo mundo junto na cama e ler um livro ou assistir um filme, vamos contar histórias. Como eu passo o dia todo fora, então eu procuro saber o dia de cada um como foi. É uma satisfação imensa! Eles são bem amorosos. Tento trazer para perto. Eu vejo muita gente distante. Eu não falo de distanciamento social, é distanciamento familiar.

Todos os participantes parecem ter uma relação muito próxima com os filhos, o que favorece o diálogo. Contam que conversam sobre todos os assuntos e procuram esclarecer as dúvidas que eventualmente surgem, sempre buscando uma linguagem adequada para cada idade. Uma das mães afirma que: “acima das nossas palavras, o que conta muito pra eles, é o exemplo.

Não adianta nada dizer que não pode beber, se eu vivo embriagada”. Segue o relato de outros pais sobre este tema:

“Aqui em casa, a gente é muito aberto. Eles mesmos chegam perguntando. No começo, até para responder era meio complicado, mas com o tempo a gente consegue perceber que quando eles fazem a pergunta é porque já tem alguma noção. Eles só querem uma confirmação. Então quando eles perguntam alguma coisa eu já procuro saber onde eles ouviram e quem falou”.

“É tranquilo conversar sobre isso. Porque, como eu sou da igreja, nós ensina os princípios da igreja, da bíblia, explica, dá exemplos do que acontece. E ele é totalmente tranquilo pra entender. E eu mostro pra ele as reportagens, falo que o fim de quem se envolve com drogas é trágico. Porque não é só a bíblia, a gente tem que mostrar o que tá acontecendo no mundo também! A internet é boa por esse lado. Aí a gente mostra que o crime não compensa, que a droga não compensa. Meu filho tem só 12 anos, mas ele é maduro pra essas coisas”.

Temas como bullying também são abordados e normalmente na perspectiva de quem sofre a violência. Os pais orientam o filho a contar caso ocorra com ele. Às vezes, entretanto, é preciso lidar com a situação a partir do ponto de vista do agressor. Conforme relata uma das participantes:

“Falo muito sobre Bullying também, pelo fato dele ser grande e fora do peso. E aí aconteceu um episódio, ele entrou na escola e tinha um menino que fazia bullying com ele, aí eu fui na escola, conversamos bastante sobre isso e passou. Aí um ano depois, o pai de um aluno me procurou porque o meu filho tava fazendo bullying com o menino. Aí chamei ele e falei assim: ‘Peraí! Eu vou lá, vou na escola, A gente conversa, para um ano depois você fazer a mesma coisa? O que você aprendeu?’. Depois desse episódio não tivemos mais problemas com isso”.

O uso de eletrônicos, como fora citado anteriormente, é considerado um dos desafios da atualidade, todas as mães dizem que controlam o acesso e permitem que amplie o tempo de uso apenas aos finais de semana. Entretanto, quando deixam de cumprir algum acordo ou não fazem uma determinada tarefa perdem o direito de usar o celular, por exemplo.

A maioria das mães revela que são elas as responsáveis pela educação dos filhos. Apenas 4 admitem que divide a tarefa com o pai. Contudo, a participação deles é um tanto superficial. Conforme ilustram os trechos a seguir:

“É muito difícil você encontrar um homem que tenha essa participação total. Se meu companheiro diz que não sabe o conteúdo, eu falo pra ele, “aprenda!”. Porque eu não fiz filho sozinha. Porque quando o filho tá doente tem que ser só a mãe pra cuidar?”.

“Em casa é nós dois, mas eu converso mais, porque eu sou mais aberta pra conversar. E eu gosto de explicar mais. O pai não aprofunda a conversa, chega só por cima”.

“Nas lições de escola sou eu só. O pai não tem um pinga de paciência”.

No âmbito da educação, todos os participantes afirmam ter uma boa relação com a escola dos filhos. Dizem que são participativos e tem facilidade de acesso com a direção caso seja necessário. A pandemia, entretanto, trouxe dificuldades nessa área. Os pais se viram obrigados a

fazer as vezes de professores e ensinar as matérias aos filhos:

“

“No começo da pandemia a professora chamou um pouco de atenção, porque tava difícil para mim ter que acompanhar as aulas remotas e fazer as atividades. Eu tenho dificuldade com isso. Nunca imaginei que eu teria que ensinar às crianças coisas que eu aprendi há muito tempo”.

“Como no ano passado não teve aula, eu tive que ser professora também. Então foi bem complicado, porque ele não pegou o 5º ano completo e esse ano ele tá fazendo o 6º, estamos indo bem, mas foi um desafio porque nesse tempo que estamos vivendo com a tecnologia que tá evoluindo, facilitando também, assistindo aula dentro de casa. Parte foi um desafio porque a gente não estava habituado a conviver dentro de casa, porque era na escola e agora é aqui. Agora tem que ensinar também e muitas vezes não tenho aquele entendimento. Ano passado não teve aula, ele não sabia ler direito. Foi um desafio aprender mais”.

Com relação à educação especial, a participante que tem uma filha com deficiência refere que a escola sempre foi muito acolhedora e eles são empenhados em incluí-la em todas as atividades propostas:

“

“Minha filha frequentou a APAE, começou fazendo estimulação precoce. Ela estudou na APAE até o ano passado. Esse ano tirei ela da APAE porque não tinha como conciliar as duas escolas. Ela sempre esteve no ensino regular, meio período na escola meio período na APAE. Esse ano a escola se tornou integral e eu tive que tirar ela da APAE. Foi uma tristeza muito grande para mim. Na verdade foi uma escolha dela. Minha irmã é psicóloga também e sugeriu que eu perguntasse para ela. Minha filha está lá desde 2018”.

“Uma coisa que eu acho bem interessante é que eles fazem de tudo pra incluir minha filha. Teve a Olimpíada de Ciência e eles incluíram ela. Pediam pra fazer um vídeo com ela pra postar nas redes sociais da escola”.

Grande parte dos alunos que frequentam a escola situada no bairro Cidade Aracy, residem próximo e vão à pé. Nos demais casos, quando a escola fica distante, os pais levam.

Ao serem indagados sobre o que poderia melhorar na escola, tivemos como resposta: a aula remota, poderia ter mais atividades e poderia ter psicólogo para atender as demandas dos alunos. Um dos participantes mencionou o ensino precisa melhorar:

“

“Tenho um filho no 1º ano do ensino médio que não sabe tabuada, ele não lê direito, ele não escreve direito, ele não sabe gramática. Não cabe a mim criticar aos professores, mas não sei se é o método de ensino ou se é a pedagogia que mudou pra pior, ou se é a má vontade mesmo. Quando o governo entrou com aquela de “não se reprova aluno”, isso para mim é empurrar com a barriga! Eles querem pessoas diplomadas, não alfabetizadas”.

Segundo uma das mães, o papel da escola é: “informar e propiciar condições de cada aluno se desenvolver de acordo com seu tempo”, foi dito também que é: “tão essencial quanto o papel dos pais” na preparação para a vida.

“

“A escola é muito importante na formação das pessoas, porque as crianças passam muitas horas lá. Eu lembro de um professor que eu tive na quinta série que passava poema para gente ler, até hoje eu gosto muito de ler por causa dele. A gente leva pra vida”.

Nesse processo de preparação para a vida, ouvir e ser ouvido também se faz necessário,

de modo que os pais procuram ouvir o que os filhos têm a dizer. Suas opiniões são acolhidas inclusive em temas do cotidiano, como o que fazer para o almoço, por exemplo, ou mesmo sobre os sonhos que eles cultivam.

“

“Sim, ele sempre me fala o que quer, a opinião dele, o que ele quer ser quando crescer. Ele me ajuda aqui em casa, faz arroz, faz feijão, ele sempre me pergunta se tá bom, se eu gostei. Mesmo quando não tá muito bom eu falo para ele que tá no caminho. A gente tem que ouvir a criança, nem que ele esteja errado. Quero saber também o que ele acha da nossa disciplina aqui dentro de casa. Ele sabe que quando a gente põe de castigo é para corrigir ele”.

“Eu tento. Hoje, por exemplo, meu filho saiu pra ir pra escola, mas no meio do caminho ele me ligou pra saber se podia faltar. Aí eu escutei a tia dele falando no fundo que ele ia “pirar”. E eu perguntei se ele tava me contando só porque ela viu, mas ele disse que não. Os meninos tavam chamando ele, mas apesar de não querer ir pra escola, ele não ia faltar”.

“Sim, sempre procuramos ouvir, colocar os pontos de vista pra chegar num consenso”.

Embora o diálogo seja muito valorizado em todos os discursos, a palmada ainda é vista como forma legítima de se educar. Com a justificativa de “a palmada corrige se ele sabe porque está apanhando”, alguns pais ainda usam essa estratégia para extinguir comportamentos que consideram inadequados.

“

“Eu apanhei muito. Só de fazer pergunta a gente apanhava antigamente. A gente apanhava com o que eles tinham na mão. Era fio de ferro, tábua de carne, era o que tinha. A minha mãe batia com qualquer coisa que estivesse à mão. Hoje eu procuro não dar o que eu recebi. Então eu converso, falo muito. Eu não gosto de bater, mas esta semana, bati no meu filho de 12 anos porque ele me desrespeitou, gritou comigo como se eu não fosse nada. Mas depois ele me disse que sabia por que apanhou, porque agiu errado”.

“Não. Na verdade não (educa), mas eu aprendi apanhando, quer dizer, na verdade eu não aprendi! Aprendi dando cabeçada. Mas o meu filho dá para contar no dedo, foram três vezes que eu bati nele, mas faz anos que ele não apanha. Eu falo que é deselegante eu chegar ao ponto de ter que bater nele. Porque ele é bem maior que eu, eu o respeito muito e ele me respeita também”.

“Se não educasse eu não seria o que eu sou hoje. E eu tenho consciência do porquê de cada palmada que eu levei. Você não pode espancar, mas você precisa explicar porque chegou a esse ponto de bater. Já ouvi um juiz dizendo pra uma mãe que se ela tivesse dado umas palmadas na hora certa, não teria chegado a esse ponto”.

“Só quando pequeno e se necessário”.

Os índices de violência bem como o uso de entorpecente deixa qualquer pai ou mãe inseguro. Mesmo orientando e mostrando exemplos de quanto o uso de drogas pode ser prejudicial, todos os participantes demonstraram preocupação ao abordar esse assunto.

“

“Eu converso muito com meu filho sobre isso, quando ele tá num lugar e ele sabe que não é apropriado, ele sai. Eu fui conhecer droga na escola. Quando a pessoa quer esconder uma coisa, ela esconde de verdade. A gente não tem segurança em lugar nenhum”.

“

“Isso é a minha maior preocupação, pois o ódio é muito disseminado, pessoas pensam só em si, e o acesso a drogas é muito fácil. Não me sinto 100% segura com minhas filhas dentro da escola, mesmo com câmeras e profissionais atentos ainda ouço falar sobre casos dentro da escola e principalmente, fora”.

“Acho muito triste, porque as nossas crianças tão entrando por esses caminhos muito cedo, sempre mostro pra minhas filhas os exemplos errados que vejo e mostro pra elas que esse não é o caminho certo pra seguir e se seguir um dia tem consequências ruins”.

Com relação à saúde, a maioria dos pais revela que procura atendimento uma vez por ano para exames de rotina. Apenas uma genitora afirma que leva a filha uma vez por mês, porque ela faz acompanhamento sistemático e 4 participantes contam que têm plano de saúde. Os trechos a seguir versam sobre a qualidade do atendimento oferecido:

“

“Quase nunca tem médico na unidade. Essa semana eu tava brigando com uns vereadores por isso. Nem remédio controlado você acha mais. Daí o médico prescreve uma receita e quando você chega na farmácia, cade o medicamento? Quando precisa de pediatra, consegue consulta dali à 4 meses. Passei por atendimento para controle da pressão, marcaram para depois de 6 meses! Eu tomo remédio todo dia! Vou ter que esperar 6 meses pra pegar a receita?”.

“Eu gostava mais quando era USF. Aqui no meu bairro (Abdelnour), não tem posto de saúde. Agora a gente vai na UBS. Na UBS é uma coisa mais distante, mais fria, mas também não posso reclamar”.

“Aqui em casa graças a Deus todo mundo é bem saudável. Minha sobrinha quando veio para cá, estava com uma anemia profunda. Então levei ela mais vezes pelo fato da gente tá tratando essa anemia, a mais nova também vai com mais frequência porque ela ainda é um bebê, mas nunca precisei correr com eles por causa de alguma urgência. Eles passam por atendimento na UBS da Vila São José, porque eu acho lá melhor, mas eu passo na unidade aqui do bairro, meu filho também e não tenho do que reclamar”.

Ao falar de profissionalização e trabalho, todos os participantes contam que é um tema bastante discutido em família. Aqueles que têm filhos com idade entre 15 e 16 anos, revelam que se dependesse deles já estariam trabalhando. Dizem ainda que um curso profissionalizante faz falta e esse é o desejo de muitos deles.

“

“Meu filho faz curso técnico em RH, mas ele nem sabe direito o que tá fazendo. Mas se dependesse dele ele já tava trabalhando. Ele mesmo vê a dificuldade que ele tem em relação à escola, mas ele tem uma facilidade que a gente já identificou faz um tempo. Ele tem muito interesse por mecânica. Quero ver se ele faz um curso nessa área. Ele adora montar, desmontar, fuçar. Se eu deixasse, ele já tinha desmontado o meu carro. Como a mãe paga a pensão, vou usar esse dinheiro pra isso”.

“Mais pro meu menino. Meu filho se espelha mais na minha irmã. Porque eu só fiz o ensino técnico e a minha irmã, tá na segunda faculdade. Sei que minha filha pode seguir uma profissão, mas eu vejo que ela gosta muito de maquiagem, então ela pode trabalhar com isso”.

A maioria dos participantes afirma que os filhos têm responsabilidades na organização da casa. Em alguns casos, vira até brincadeira em família:

“

“Na hora de preparar a comida a gente faz conta de matemática, a gente estuda fração porque tem numa receita. Nessas horas sai omelete de tudo quanto é coisa, sai arroz de tudo quanto é coisa”.

“Na verdade é uma grande preocupação também, nessa nova realidade a gente tenta orientar muito, ensinamos as responsabilidades de ser ter um emprego e ensinamos como lidar com os gastos aqui em casa”.

“Procuro cobrar tarefas e estudo para as avaliações, conversa sobre profissões também. Ensino a cada uma ter sua responsabilidade dentro de casa, dividir tarefas básicas e pensar que para que mais de uma pessoa combine no mesmo ambiente, por isso a necessidade de respeitar. Sobre educação financeira já ensino a contarem e usarem o próprio dinheiro, poupar para comprar algo que querem”.

Uma queixa em comum em relação aos serviços é a ausência de áreas de lazer nos bairros, além de serviços que ofereçam atividades no período contrário ao da aula.

“

“Falta um centro de cultura do Cruzeiro do Sul pra cá. Porque aqui já é quase uma cidade e não tem nada de cultura e de lazer aqui para usufruir. Antigamente tinha capoeira, jiu jitsu, academia. Tem espaço aqui, mas não tem atividade. Tá tudo abandonado! O pessoal costuma usar a pista de skate para outras coisas. Antigamente tinha, gincanas, aula de tricô e o pessoal participava”.

“Cada bairro deveria ter uma área de lazer. Podia ter também cursos aqui perto, de informática. Até tem a Estrela da Manhã aqui perto, mas tá parado”.

“Teve um tempo que tem uma oficina de skate aqui. Onde você olhava no bairro, tinha moleque com skate. Eles gostavam muito. Tem uma pista pequenininha lá no CRAS. Eu tava querendo ir no CRAS pra ver se dava pra fazer alguma atividade com os meninos, tipo Muay Thai”.

Para além dos serviços, uma mãe alertou para necessidade de respeitar as diferenças:

“

“As pessoas falam muito sobre igualdade, mas não adianta você colocar uma pessoa cega nas mesmas condições de uma pessoa que enxerga. Igualdade muitas vezes não funciona. Tem que fazer uma adaptação às necessidades de cada um, porque todos são diferentes. Minha filha não pode ser tratada igual, porque ela não é igual! Precisamos de equidade!”.

7.3.2. Recomendações

- ✓ Criação de centro de cultura e lazer em cada território;
- ✓ Cursos profissionalizantes e de informática;
- ✓ Criação de centros de esportes que ofereçam várias modalidades;
- ✓ Criação de praças e parques;
- ✓ Desenvolvimento de projetos nas escolas aos finais de semana.

7.3.3. Referências bibliográficas:

MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

7.4. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Aqui apresentaremos os dados obtidos em roda de conversa realizada de maneira remota em 02 de agosto de 2021, que contou com a participação de representantes do Conselho Tutelar, à convite da Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude (SMEIJ). Para aqueles que não puderam participar foi dada a oportunidade de responder ao questionário posteriormente.

O roteiro utilizado foi previamente validado pela comissão do Diagnóstico, composta por profissionais que atuam na rede socioassistencial e aborda questões relacionadas aos eixos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Vida e à Saúde; Direito à Educação; à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e por último, o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

7.4.1. Resultados e Discussão

De acordo com as participantes, a existência do ECA e mais ainda, do Conselho Tutelar (CT) denunciam a necessidade de um instrumento que promova a garantia de direitos à crianças e adolescentes, sem o qual ficariam à mercê de uma sociedade que ainda enxerga a palmada como forma legítima de educar. A visão que esta mesma sociedade tem acerca da função do CT é a de um vilão que lhe tira a autoridade e impede que exerça sua autoridade como desejado.

A ressignificação do que é o ECA e do que é o CT perpassa pela necessidade de articulação e maior integração entre os serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), de modo que esses mecanismos de defesa e controle para a efetivação de direitos se tornem desnecessários. Pensamento que pode ser ilustrado pela seguinte fala: “seguindo essa ideia, privilégio será quando não precisarmos mais da atuação constante do CT”.

A falta de fluxo foi apontada pelos participantes como uma fragilidade na rede de serviços. Embora admitam que houve avanços nesse sentido, como a criação de coletivos que se dedicam à discussão de temas específicos (gestação, violência e saúde mental, por exemplo) e criação de protocolos de atendimento. Esses protocolos inibem interpretações divergentes quanto ao que se deve fazer e definem o papel de cada ator da rede, de acordo com as especificidades do serviço. Conforme o trecho a seguir:



“Quando você pega, por exemplo, questões relacionadas à violência sexual, então se essa família vai em dois, três, quatro lugares, para receber atendimento e a gente fala da importância de não revitimizar a criança, a gente já sabe que está errado.”

“É consenso que um sistema informatizado pode contribuir de maneira positiva para as ações de referência e contrarreferência. Onde os equipamentos acionados em cada caso tenham acesso às mesmas informações sobre o andamento deste.

Com a ausência desta ferramenta, a contrarreferência ocorre arbitrariamente, apenas nos

casos de alta complexidade, sendo esta mais uma lacuna a ser solucionada. Esta afirmação pode ser ilustrada pela fala de uma das participantes:

“... vamos supor, eu apliquei uma medida para o CAPSi, no dia seguinte eu entro no sistema e vejo se a mãe compareceu. Nos casos mais complexos acontece essa contrarreferência hoje via e-mail, mas nos casos de baixa ou média complexidade acaba se perdendo isso. Porque aí, o conselheiro foca nos de alta complexidade, no e-mail e no telefone, se foi ou não foi e não dá para acompanhar uma aplicação de medida de vaga e isso acaba se perdendo”.

É possível extrair das falas das conselheiras, que a depender dos equipamentos envolvidos no caso é possível ter maior ou menor resolutividade. As equipes das Unidades de Saúde da Família (USF), bem como do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), costumam colaborar de maneira significativa com informações acerca dos casos atendidos.

Daí a importância do princípio da impessoalidade nos serviços da rede. É importante salientar que a prática baseada nas leis e recomendações no que tange à atenção a crianças e adolescentes tem como resultado a efetividade na garantia de direitos, reduzindo a flutuação nos serviços públicos, de modo que uma possível mudança de técnicos não gera impacto para o usuário.

“Principalmente dentro do Conselho Tutelar. Se tá todo mundo alinhado, trabalhando dentro de atribuição, vendo aquela pessoa que atendemos como ser humano, com suas fragilidades. Se eu tô entendendo isso e os outros conselheiros também, pode mudar o técnico e não vai impactar. Agora se isso está desalinhado na rede, consequentemente a família sofre”.

Outro aspecto apontado foi a incapacidade de alguns equipamentos em atender a demanda do território, conforme acontece com o CRAS Aracy, que tem uma população de 80 mil habitantes. Ilustrado pelo trecho a seguir:

“A lei diz que deve ter um CRAS para cada 5 mil famílias, e nessas 80 mil pessoas quantas mil famílias estão distribuídas? Então, a partir daí a gente já percebe que o serviço tem dificuldade no atendimento da demanda da população”.

O mesmo ocorre com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que, conforme o relato, “tem que absorver uma demanda de 250 mil pessoas”. A realidade apresentada leva à necessidade de maior investimento na atenção básica, tendo em vista que a ampliação da capacidade de atuação desses equipamentos implica diretamente na redução de demanda para os serviços de média e alta complexidade, conforme a percepção das conselheiras.

Neste sentido, quando questionadas sobre o impacto da pandemia, foi dito que, embora não tenham dados estatísticos atualizados, a mudança na rotina e dinâmica da sociedade não resultou em aumento de demanda, sobretudo em razão do fechamento das escolas. Contudo, isso não significa que tenha diminuído as violações de direito, levando-se em conta que um número grande de crianças possa estar expostas a fatores de risco e vulnerabilidade, conforme destaca o trecho a seguir: “quando a criança fica em casa, muitas vezes a violação de direito está lá dentro, e fica mais difícil de alguém visualizar e fazer a denúncia”. Deste modo, o retorno às aulas presenciais pode trazer consigo o aumento de denúncias.

Em decorrência da pandemia, a proteção básica, configurada pelo CRAS, deixou de realizar visitas domiciliares, o mesmo ocorreu com a Vara da Infância e Juventude, que passou a basear seus relatórios técnicos nas informações obtidas por meio das visitas do CT. Fato que gerou preocupação entre as participantes, dado o receio de que a pandemia possa ter prejudicado o atendimento às famílias. De acordo com a fala de uma das participantes: "o judiciário é quem decide com quem fica, ou não, aquela criança. E isso pode provocar danos quase que irreversíveis".

A área mais afetada, evidentemente, foi a da saúde, tendo exposta toda sua fragilidade. A articulação, que já não era satisfatória, tornou-se ainda mais morosa. Para sanar estes problemas a rede vem buscando um alinhamento com a atenção básica para tornar a comunicação mais eficiente.

Com a Santa Casa e o Hospital Universitário (HU), no entanto, a comunicação ocorre de maneira mais fluida. Este último, participa de reuniões conjuntas e inclusive, criou no final do ano passado um ambulatório de especialidades pediátricas que atende, entre outras demandas, questões relacionadas ao desenvolvimento, o que permite o acompanhamento da família por um período maior.

Quanto às políticas de saúde para crianças e adolescentes com deficiência, foi relatado que o município conta com uma secretaria específica para atendimento de pessoas com deficiência, mas que esta não realiza articulação com outros setores (educação e saúde), o que impacta direta e negativamente na efetividade dos serviços oferecidos, de modo que: "... tem casos... que só judicializando para garantir atendimento. E mesmo judicializando ainda vai um tempo. E a maior dificuldade é a falta de diagnóstico".

Outro ponto que merece destaque é o atendimento em saúde mental. Segundo as participantes, não há no município serviços de prevenção ou atendimento em média complexidade. A demanda reprimida para atendimento psicológico cresce diariamente, o que levou o CT a notificar o Ministério Público em busca de resolução.

Ainda sobre a saúde, as participantes referem que nunca receberam denúncia por parte de instituições privadas ou planos de saúde e acreditam que ocorre uma subnotificação de casos. O mesmo se dá na educação, com exceção de uma única escola que aciona o CT para esclarecer dúvidas.

Com relação à rede pública de ensino, o maior índice de notificações se dá em razão de infrequência escolar, seguido por situações de violência. A família, por sua vez, aciona especialmente em casos de ausência de vaga ou dificuldade em realizar transferência para uma unidade mais próxima de sua residência.

De acordo com o relato das participantes, a pandemia denunciou de maneira incisiva a desigualdade no acesso às tecnologias, impossibilitando o acompanhamento das aulas remotas por um grande número de alunos, que se veem prejudicados com o (necessário) fechamento das escolas.

Para além da escola, os equipamentos que oferecem atividade no contraturno escolar são

uma realidade na vida de inúmeras crianças e adolescentes, ainda que em número insuficiente, haja vista a longa fila de espera em muitas delas e o fato de que muitos projetos interromperam suas atividades porque perderam apoio financeiro. Estes espaços, tal qual a escola, funcionam como fator de proteção, considerando que estão menos expostas a situações de risco (NUNES, et al, 2010; GALLO; WILLIAMS, 2008).

A ausência de vagas para atividades no período contrário à escola é ainda mais evidente para os adolescentes, que muitas vezes estão em busca de cursos profissionalizantes. A busca por qualificação profissional e pelo consequente primeiro emprego é o desejo de muitos, na maioria das vezes para contribuir com as despesas da família. A supervalorização do ensino técnico em detrimento do ensino superior, é algo que precisa ser desconstruído, de acordo com a fala de uma das participantes:



“...o meu sonho era ter um projeto com bolsa de estudos para que eles pudessem fazer curso pré-vestibular, prestar o vestibular e ter esse sonho de seguir uma carreira na vida acadêmica. Porque, principalmente na comunidade, não é uma realidade factível”.

O trabalho infantil é reflexo dessa crença, levando crianças e adolescentes a comercializar doces no semáforo ou, em alguns casos, ao envolvimento com o tráfico de entorpecentes. Há ainda as crianças que acompanham os genitores quando saem para comercializar alimentos produzidos por eles. Conforme relatado pelas participantes, as denúncias que recebem são encaminhadas ao CREAS, contudo esta abordagem não tem tido resultado almejado. Porque, de acordo com a seguinte fala, o CT: “faz a abordagem no semáforo e não tem para onde encaminhar, não tem projeto! Principalmente agora durante a pandemia. E no dia seguinte está lá de novo”.

Para uma atuação em consonância a tudo o que é preconizado no ECA faz-se necessário a busca por atualização constante. Neste sentido, uma das participantes relata que estão participando de formação junto ao juiz da Vara da Infância e da Juventude e já tem agendada outras duas. Uma delas abordará a escuta especializada e outra será realizada por um ex conselheiro tutelar do município de Ibiaporã - PR, que hoje é consultor em temas relacionados ao CT e o SGDCA.

7.4.2. Recomendações

A partir dos resultados obtidos é possível elencar recomendações sugeridas pelas participantes que poderão fortalecer o SGDCA do município:

- ✓ Definir fluxos e protocolos de atendimento de acordo com a atribuição de cada ator e equipamento da rede;
- ✓ Criação de sistema informatizado integrado a ser utilizado por toda a rede que compõe o SGDCA;
- ✓ Promover sensibilização junto à sociedade quanto ao papel do ECA e do CT;

- ✓ Promover maior integração entre os equipamentos da rede socioassistencial;
- ✓ Atuar de forma preventiva no âmbito da saúde mental;
- ✓ Criação de novas unidades do CRAS a fim de suprir a demanda dos territórios mais populosos e que haja maior índice de vulnerabilidade;
- ✓ Implantar uma política de saúde efetiva para crianças e adolescentes com deficiência;
- ✓ Promover a inclusão de crianças e adolescente no âmbito da educação;
- ✓ Criação de programas no contraturno escolar que atendam a demanda reprimida do município.

7.4.3. Referências bibliográficas

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. de A. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. Cadernos de pesquisa, v. 38, p. 41-59, 2008.

MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

NUNES, T. G. R. et al. Fatores de risco e proteção na escola: Reprovação e expectativas de futuro de jovens paraenses. Psicologia Escolar e Educacional, v. 18, n. 2, p. 203-210, 2014.

7.5. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Em reunião da comissão do Diagnóstico foi sugerido que fizéssemos contato com um representante do Centro Público de Economia Solidária, que nos indicou 5 líderes que desempenham seu papel em instituições religiosas. Por meio do contato com uma conselheira tutelar que atua na região do Cidade Aracy, tivemos a indicação de outras 4 pessoas, além de uma participante do grupo de pais que exerce papel de liderança no bairro em que reside.

O roteiro utilizado foi previamente validado pela comissão do Diagnóstico, composta por profissionais que atuam na rede socioassistencial e aborda questões relacionadas aos eixos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Vida e à Saúde; Direito à Educação; à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e por último, o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Aqui apresentaremos os dados obtidos em roda de conversa realizada de maneira remota, no dia 18 de agosto, por meio de entrevista individual realizada por telefone em 20 de agosto e dos questionários respondidos por aqueles que foram convidados e não puderam participar do grupo, 3 deles não responderam.

7.5.1. Resultados e discussão

Participaram da pesquisa 7 pessoas, de ambos os sexos, que atuam em diferentes territórios exercendo papel de liderança junto à comunidade.

Iniciamos a discussão falando sobre os principais desafios na criação e educação de crianças e adolescentes nos dias de hoje. Deste modo, manter uma base familiar sólida, que dê suporte e respeite as opiniões dos jovens foram identificados como alguns dos desafios, conforme ilustram as falas a seguir:

“

“O desafio é ter o pai e a mãe presente para ter uma educação e é preciso conversar [...]. Então o desafio é ser amigo dos nossos filhos. Porque se nós não formos amigos, o mundo lá fora vai ser. Nós, pais e responsáveis, temos que chamar os nossos filhos para conversar. Porque se o adolescente não tem alguém para conversar dentro do lar ele vai para o mundo, vai buscar lá fora”.

“Eu acho que a gente tem que dar mais ouvidos ao jovem. A gente precisa escutar mais eles. Eles querem fazer algo diferente e as vezes nós achamos que somos os donos da razão e não é assim”.

“O pai a mãe tem que vencer a mente desse adolescente em casa e vencer a mente dos outros com mente poluída na rua. Só que lá fora existem 5,6,7 adolescentes em cada esquina (no tráfico), que convida, que atrai. [...] Hoje tem muitos jovens que não querem passar pelo mesmo sofrimento que os pais. É difícil se manter hoje e os jovens querem algo mais. Quando eu falo algo mais estou falando do consumo. E este consumo exige que você tenha muito êxito em grana, tem que ter dinheiro para conquistar e as vezes, eles acabam escolhendo o caminho mais fácil”.

“Hoje em dia, não dá pra trabalhar só com o jovem, tem que trabalhar a família também [...]. A família é 85% da formação de um jovem. A gente sabe que muitas vezes, mesmo tendo uma família estruturada pode haver problema, mas a possibilidade do problema na vida de um jovem de uma família desestruturada é muito maior e gera consequências e muitas vezes não vai buscar lá atrás o que ele passou, o que ele sofreu”.

Demos continuidade à conversa falando sobre a percepção que os participantes têm acerca dos direitos e deveres de crianças e adolescentes. De acordo com a visão deles os direitos perpassam pelo aspecto biopsicossocial, que compreende cada criança como um ser único que necessita de cuidados, educação e afeto. Ainda segundo os participantes, todo indivíduo é capaz de desenvolver o seu potencial quando recebe cuidados, em condições ideais, e lhe são dadas oportunidades.

“

“Um pai e uma mãe tão ali para dar o que comer para o filho, dar estudo, até que ele possa se virar sozinho. É isso que a sociedade quer que você faça. Mas nem sempre a gente vê isso, porque para você ser um bom filho, um bom adulto isso depende muito de você e das oportunidades que a sociedade oferece para a gente. A gente não tem que cobrar para que os nossos direitos sejam garantidos”.

“Pensando nos direitos... bom, de maneira leiga, a primeira coisa que eu penso é no bem-estar, eu me refiro à educação, que é primordial, um lar, um bom convívio. Eu tenho muita experiência com jovens que falam assim: ‘meu, mas tem educação, tem escola gratuita...’, mas você não sabe como é a vida dele depois da escola. Você não sabe o que ele encontra quando chega em casa. Será que quando ele chega em casa encontra um ambiente em que ele consegue abrir



o caderno e estudar a matéria? Será que ele não chega em casa e ainda tem que sair para trabalhar? Qual o ambiente que tem na casa dele?”.

A narrativa da “família estruturada” foi tema recorrente na fala dos participantes. No entanto, após a afirmação de que toda família tem estrutura, mesmo que às vezes esta seja disfuncional, foi questionado se configurações familiares divergentes do modelo nuclear, que compreende a presença de mãe, pai e os filhos, também pode ser protetiva e obtivemos a seguinte resposta:



“Eu vejo aqui no território, muitas mães que são mãe e pai. Porque tem pais que abandonam os filhos e nem pensão quer dar. A maioria das vezes ele até mente o salário dele para não ter que dar a pensão de acordo com o que deveria. Infelizmente tem esses casos. E tem muitas mães que consegue manter a garra e a determinação, vai fazer faxina, procura ajuda na assistência social, busca a cesta básica, benefícios que ela tem direito. E ela vai trilhando esse caminho e consegue sustentar os filhos”.

A compreensão do que são os deveres da criança e do adolescente se perdem em meio às discussões sobre os direitos, mas o que fica claro é que um não funciona de maneira adequada sem o outro.



“O ECA fala muito dos direitos, direito à moradia, à educação. Agora, falar de dever para uma criança de 6 anos é um pouco mais complexo [...]. Como você vai cobrar de uma criança um dever se nem o adulto às vezes cumpre? O que seria de uma criança de 6 anos sem o tutor? Mesmo que seja um abrigo, ela precisa de alguém que cuide dela”.

“Direito e dever tem que andar junto para funcionar, por exemplo, a criança tem direito a escola, então ela tem que estudar. A criança tem o direito do respeito mas também tem o dever do respeito, respeitar aqueles que estão ensinando. Respeitar seu pai e sua mãe independente de quem sejam, respeitar quem cuida de você”.

“Um dos direitos deles é ser respeitado acima de qualquer coisa. Quando a gente ensina uma criança, respeitando a opinião dela, ela vai se tornar um adulto que respeita. Vai saber o que é desrespeitoso com ele e o que é respeitoso. Eles precisam se respeitar também, reconhecer o seu limite. O dever deles hoje eu acho que é se respeitar”.

Uma das participantes defende que aqueles que infringem os direitos preconizados pelo ECA devem sofrer sanção penal. Segundo ela: “não há efetividade da lei com relação às penalidades para quem não segue o ECA, nem para as instituições, muito menos para pais/responsáveis”.

Para garantir direitos precisamos de uma rede que funcione bem e ofereça serviços de qualidade, contudo, foram apontados inúmeros problemas no município:



“A gente que vive o esporte no dia a dia, sabe que São Carlos deixa muito a desejar, [...] para crianças e adolescentes está totalmente abandonado. Os campos estão em péssimas condições, há muito tempo não há uma reforma de verdade nas áreas esportivas [...]. Não há investimento e não é por falta de cobrança”.

“Aqui tem os Salesianos (Dom Luciano). Não tá tendo atividade por causa da pandemia. O Salesianos é legal, tem uma estrutura legal, as crianças gostam de participar, mas precisava de outros projetos porque só o Salesianos não dá conta”.

“

“Aqui no bairro não tem nada, aqui tem uma pracinha, mas não tem nada que incentiva (atrai) eles a ir a lugar nenhum. Não tem um espaço que chame a atenção da molecada. Eles preferem ficar nas esquinas. Aqui em cada rua que você anda tem um ponto de droga. Aqui todo mundo sabe onde ficam os pontos de droga, mas ninguém sabe onde tem uma área de lazer. Você não tem segurança de ir ali na pracinha”.

Foi sugerido ainda que o município ofereça serviço de saúde, assistência social e mesmo na educação em horários diferenciados, para atender a demanda das mães trabalhadoras que ficam impossibilitadas de acompanhar os seus filhos em razão de sua jornada de trabalho.

Como ponto positivo, foi citado um trabalho desenvolvido por alunos e professores da UFSCar que em parceria com uma associação de moradores do Cidade Aracy, tem realizado acompanhamento em saúde mental da população diretamente impactada pela pandemia.

“

“Elas compraram a causa dessa comunidade, elas estão lutando por saúde, estão lutando por saúde mental das famílias, porque elas viram o estrago que a pandemia fez em muitos lares aqui [...], as necessidades das famílias que perderam emprego, de pais que perderam o emprego, mães de família que perderam o emprego. São muitos casos assim [...]. E eu vejo um grupo de pessoas que ainda acredita em uma educação de melhor qualidade, em saúde de melhor qualidade. Ainda acreditam em igualdade de direitos”.

“O ponto positivo de São Carlos são essas pessoas que querem fazer algo diferente. Que estão trabalhando para que esses adolescentes tenham uma estrutura melhor”.

Entre os líderes comunitários que participaram da pesquisa, 3 não têm conhecimento sobre o trabalho desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Durante a roda de conversa foi dito que a articulação com esses equipamentos pode potencializar o trabalho desenvolvido por eles na comunidade, ampliando o seu alcance e levando à população atendida conhecimentos acerca da rede socioassistencial do município.

“

“Nós fazemos esse trabalho social na igreja, a gente arrecada alimento. Juntamos todos nós, quem pode doar cesta, doa. Graças a Deus a gente pode ajudar muitas famílias nessa pandemia [...], doação de alimento, roupa. A gente doa para quem procura lá na igreja também.”

“O CRAS faz diversos serviços, mas eles são um pouco engessados, porque é muita gente para ser atendido por um grupo muito pequeno de pessoas. Precisa de mais divulgação dos trabalhos dos CRAS dentro da comunidade. [...] e tem que ter parceria sim com a cidadania, com a Assistência Social, com o Fundo Social, porque tem muita gente que precisa de ajuda dentro dessas comunidades. No Santa Angelina, Cidade Aracy, São Carlos VIII, Pacaembu. São os bairros mais periféricos de São Carlos, onde estão as pessoas mais necessitadas, onde essas pessoas se concentram. Tem outros bairros também, de pessoas muito carentes, em situação de vulnerabilidade social, mas esses bairros são onde se concentram as pessoas que precisam [...] que a rede funcione e chegue até eles”.

“O CRAS é bem próximo das pessoas, mas são sempre os mesmos. Eu, por exemplo, não ia no CRAS. Fui lá poucas vezes, porque eu sempre tava trabalhando. Já fui por causa da minha mãe, alguma coisa assim, mas se você chegar lá, são sempre as mesmas pessoas (que estão sendo atendidas). Acho que precisava ser mais

“

divulgado. Porque as melhores oportunidades que eu tive, foi no CRAS e com o pessoal da L. A. O curso de costura mesmo, eu estava desempregada, fui dar uma volta no CRAS e tinha duas vagas para o curso (no Senac) , eu peguei uma e consegui fazer. Uma coisa que eu nem sabia que ia ter interesse. Então eu fui lá fiz o curso e depois eu consegui um emprego, foi bem legal! Mas algumas pessoas aqui na vila nem sabem o que é o CRAS. Precisava ser mais divulgado, as pessoas precisam saber o que acontece lá”.

Uma das participantes refere que já recebeu atendimento no CREAS e afirma que o suporte oferecido pelo equipamento foi essencial para lidar com uma situação em que foi necessária a intervenção especializada.

Ao serem questionados sobre como agiriam, caso presenciassem uma situação de violência ou violação de direitos, os participantes afirmam que acionariam o CT, a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) ou fariam denúncia por meio do Ligue 180. Conforme ilustram os trechos a seguir:

“

"Hoje em dia eles (CT) estão mais empenhados [...] e as pessoas estão tendo um pouco mais de respeito pelo trabalho deles, porque antes não tinha isso. Se você sabia que o conselho ia te visitar e você deixa a casa limpa e as crianças em ordem, beleza, tava tudo bem! Hoje não, eles chegam de surpresa, eles pegam as crianças e levam [...]. Hoje a atuação deles tá bem diferente, eu tive muito apoio quando eu precisei. Fizeram o trabalho deles!"

"Depende do caso. Geralmente quando é criança até 12 anos, é o Conselho Tutelar. É o primeiro órgão a ser acionado em caso de criança vítima de violência, abuso, trabalho infantil, ou qualquer coisa parecida. Apreendi muito fazendo parte das reuniões do CMDCA também, que é o órgão que trabalha junto com o Conselho Tutelar. Agora se é mulher, maior de idade vítima de violência, seria já um boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher."

"Eu penso que, na dúvida de pra onde eu vou encaminhar, é 180 ou delegacia da mulher. Porque eles trabalham nessa parte de denúncia, de agressão, violência contra mulheres e crianças. É assim eles vão saber melhor para hoje em caminhar, porque se você perguntar para qualquer pessoa, é difícil quem sabe.

Foi dito ainda que o papel do CT na defesa dos direitos das crianças e adolescentes precisa ser ressignificado, tendo em vista que grande parte da população não tem clareza quanto à sua função.

Em relação à segurança pública, um dos participantes afirma que a polícia não protege a população. Pensamento que pode ser confirmado no seguinte trecho:

“

"Eu ia e voltava a pé e tinha aquela segurança de poder andar. Hoje eu não consigo colocar meu filho no ônibus, porque eu acho que ele não vai chegar em casa [...] porque mudou muito, a gente não tem segurança. Uma vez bateram geral no meu filho quando ele tava indo para casa da avó, ele tinha 10 anos [...], começaram a gritar com ele dizendo que ele precisava andar com documento, e as pessoas falavam que ele era só uma criança. Minha mãe morava perto e falou que ele só tinha 10 anos! Mas você não tem que provar que ele tem 10 anos! [...] Ele tá lá para fazer a segurança do meu filho, não para humilhar ele! Eu não passei por isso! [...] E não é porque eu sou mulher! Porque eu também não vi o meu irmão falando essas coisas. E hoje eles desconfiam de tudo e acaba que os pais ficam com essa insegurança. Eu não tenho segurança na cidade onde eu moro”.

Foi mencionado também as dificuldades que a polícia encontra para exercer seu trabalho,

bem como o aumento de jovens envolvidos com o tráfico de entorpecentes, especialmente nos bairros com maiores índices de vulnerabilidade:

“A polícia nem aborda mais. Na minha época de adolescente a gente tinha maior respeito pela polícia, hoje em dia eles não estão nem aí. A polícia passa e eles estão usando droga. Tá tudo muito liberal! O tráfico é oportunidade que eles veem, lá eles se sentem importantes, talvez até valorizados. Ali eles sentem que são alguma coisa. Porque parece que o poder público não consegue trazer oportunidade para esses jovens. Porque por mais que a gente faça, é sempre pouco. Parece que a gente está sempre enxugando gelo”.

“A falta de oportunidades aqui no Cidade Aracy é enorme. No Aracy I, não tem um projeto social! Se você vai lá no Raspadão, que é onde acontecem os campeonatos de futebol, vem gente da cidade inteira. Lá é ponto de venda de entorpecente a semana inteira”.

A falta de oportunidades somada ao apelo do dinheiro fácil proveniente de atividades ilícitas atrai muitos jovens, de acordo com o relato dos participantes. Diante desta realidade, a maioria deles - exceto um - conhece adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas. Uma das participantes refere que foi atendida pelo programa, por acompanhar o cumprimento da medida de Prestação de Serviço à Comunidade aplicada a um familiar:

“Aquilo foi uma válvula de escape para a gente. Eu não teria a estrutura que eu tenho hoje se eu não tivesse passado por tudo aquilo lá atrás [...]. Se não tivesse conhecido coisas para me distrair e descobrir que eu merecia ter coisa melhor e não precisava ficar naquilo. Hoje eu não sei o que seria de mim, se eu seria [...] a pessoa que eu me tornei. São coisas que eu vou levar para o resto da minha vida!”.

Já no âmbito da educação, considerando que a escolarização não mais se configura como garantia de aquisição de emprego e ascensão social (DIAS, 2011), somado à dificuldade de permanência na escola, este espaço deixou de fazer parte do dia a dia de muitos jovens. Para aqueles que resistem em permanecer na sala de aula ainda tem que lidar com a falta de investimento e desvalorização da educação.

“Quanto às escolas, nós temos aqui no Aracy uma escola chamada Arthur Natalino Deriggi, que é uma escola exemplar, elogiada por todos os alunos. Os professores dão aula com amor, com carinho. Fomos muito felizes com os diretores que passaram por aqui, mas também temos escolas que os professores não conseguem nem lecionar. Entram na sala de aula e os alunos nem deixam eles abrirem a boca. Eu presenciei isso. Eu terminei o segundo grau depois de casado. Eu fiquei impressionado com o que vi na escola. Porque na minha época não era desse jeito. Eu sou de uma época em que o aluno respeitava o professor”.

“Eu não vejo muita família na escola. Eu sempre vou nas reuniões e não vejo. Até mesmo agora com esse negócio de pandemia, participar da reunião é a coisa mais fácil, você só clica lá no negócio e tem pai que não participa. Eu quero entender as coisas, quero saber como é que vai ser a volta às aulas, qual vai ser o critério”.

“O aluno manda o professor calar a boca, ameaça, risca o carro de professor na rua, murcha o pneu e muitas vezes até agride. É falta de educação, mas que vem lá de trás. Lá da família. Muitas vezes não é nem culpa dele ter aquela formação, [...] aquela agressividade. Muitas vezes é o que foi oferecido para ele”.

“

“No momento o maior desafio para as famílias é a qualidade de acesso (quando tem) a internet e a autonomia para saber acessar conteúdos relevantes para o ensino híbrido e a falta de acesso de muitos alunos aumentando as desigualdades sociais muito mais atualmente”.

Com relação à educação especial, uma das participantes conta que tem acompanhado o caso de uma criança autista que está matriculada na rede municipal de ensino e de acordo com seu relato, a família está muito satisfeita com o atendimento recebido.

“

“Ele sempre estudou em escola normal. Hoje ele tá no Moruzzi e agora ele também vai começar a fazer a APAE e também vai ser atendido na ACORDE. Eu não sei se antigamente não tinha essa estrutura, se os professores não eram preparados, se não era muito falado o autismo. Hoje já é mais, as pessoas têm mais conhecimento. Isso (inclusão) precisava ser mais discutido nas escolas, nas creches”.

Para aqueles que buscam o primeiro emprego, os cursos profissionalizantes continuam sendo uma ótima opção. No entanto, a oferta de vagas é insuficiente para a demanda existente.

“

“Precisa de muito investimento em cursos profissionalizantes, gratuitos. [...] Investimento também nas escolas para aqueles que queiram estudar, para que eles sintam o desejo de estudar, para que estudar seja tão atrativo quanto ficar nas esquinas, nas biqueiras. Tem que ser atrativo para levar esse jovem para escola, na idade em que eles podem decidir por eles mesmos. Além do investimento no esporte e no lazer, tem que ter cursos profissionalizantes. No Francisco Thiesen tem 16 meninos fazendo atividade e 50 na lista de espera. E esses 50 enquanto esperam, vai para onde? No final do curso eles conseguem o contrato de só 6 meses, e depois?”

“Como uma família que vive de catar reciclagem, recebendo benefício do governo, vai pagar um curso para o seu filho? [...] Como ele vai pagar [...] para o filho fazer um Senai pago, um curso técnico. O governo tem que mandar oportunidade dentro da Comunidade, mas é de verdade! Tem que ser gratuito. Porque entre pagar um curso de R\$ 200 por mês e comer, eles vão preferir comer”.

Apesar de o município contar com duas universidades públicas, o acesso ao ensino superior não chega a ser uma realidade para muitos jovens da periferia.

“

“Eu penso em uma escola pública - eu lutava contra isso e agora eu já tô aceitando um pouco mais - tinha que ter o nível bem próximo de uma escola particular. É um direito do estudante de escola pública ter um ensino de qualidade, bem próximo, senão igual [...]. A escola pública deveria ter um ensino de qualidade para que o jovem, quando terminasse o estudo, tivesse condição de prestar vestibular com igualdade. Eu penso que a gente deveria ter esses direitos também”.

“Um aluno de escola pública não consegue bater de frente com aluno de escola particular. [...] O aluno de escola pública que estuda e o aluno de escola particular que também estuda, que estão focados no estudo, a largada é muito diferente! Quando eu procurei a rede privada para fazer cursinho, para ingressar na universidade, eu vi que tinha muita matéria que eu nem sabia que existia. Matéria que aqueles que são de escola particular viam na oitava série”.

“E faculdade, não vejo ninguém falando. Tem uma menina aqui, que eu conheço, ela quer ser policial, desde pequena ela fala isso, mas eu não vejo menino falando de profissão. Eles só falam de Tik Tok e de ganhar dinheiro com a internet, ninguém quer pegar no pesado não!”

A desigualdade social foi muito citada entre os participantes como causa de vários problemas estruturais na sociedade. Nos territórios com elevado índice de vulnerabilidade social é comum que crianças e adolescentes abandonem a escola para ajudar no sustento da família:



“A maioria vende doces, alguns até ajudam o pai que vende pão. Vão com o pai vender pão na rua, vender bolo. A gente vê as crianças aqui no bairro batendo de porta em porta”.

“Trabalho infantil aqui é mais nas biqueiras. Tem algumas meninas que passam aqui vendendo trufa, vendendo salgado. E tem também aqueles meninos que vão para os semáforos lá no centro, do Cruzeiro do Sul para cima”.

7.5.2. Recomendações

- ✓ Articulação entre os equipamentos da rede socioassistencial e as pessoas que desenvolvem trabalho social no território;
- ✓ Criação de novas unidades do CRAS a fim de suprir a demanda dos territórios mais populosos e que haja maior índice de vulnerabilidade;
- ✓ Divulgação dos serviços oferecidos no CRAS em cada território;
- ✓ Criação de programas no contraturno escolar que atendam a demanda reprimida do município;
- ✓ Promover sensibilização junto à sociedade quanto ao papel do ECA e do CT;
- ✓ Promover a inclusão de crianças e adolescente com deficiência no âmbito da educação;
- ✓ Criação de um centro de esportes com instrutores em diversas modalidades;
- ✓ Cursos profissionalizantes com encaminhamento para o primeiro emprego;
- ✓ Criação de cursinho pré-vestibular gratuito e de qualidade;
- ✓ Serviço de saúde, assistência social e educação em horários diferenciados, para atender a demanda das mães trabalhadoras que ficam impossibilitadas de acompanhar os seus filhos em razão de sua jornada de trabalho.

7.5.3. Referências bibliográficas:

DIAS, A. F. O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2011.

MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento da realidade das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 21 anos residentes no município São Carlos é fundamental para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e para elaboração de novas ações mais assertivas com base no retrato posto neste importante projeto de pesquisa. Os indicadores por região geográfica e estatísticas gerais apresentados neste e nos demais volumes mostram as situações que devem ser priorizadas para a garantia dos direitos e, especialmente em subsidiar os governantes e os Conselhos de Direito na escolha da destinação dos recursos na área infanto-juvenil.

O mapeamento, a coleta, a padronização e consolidação dos dados da rede de atendimento da infância e juventude, por meio de indicadores e estatísticas gerais estruturados a partir dos direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente possibilitou a visualização das principais demandas, necessidades e fragilidades por áreas geográficas, identificando lacunas dos serviços e de políticas públicas.

Assim o Diagnóstico, indicou a população do município de São Carlos está concentrada na área urbana, com 96% da população total, ou seja, 213.061 (censo 2010), com média de moradores por domicílio de 3,1 pessoas, participação de 49,1% Homens e 50,9% Mulheres, com densidade de 195,15 hab./km² em 2010 e 216,46 hab./km² em 2017. Os dados iniciais mostram um crescimento populacional representativo e a predominância dos residentes na área urbana.

O indicador 2 mostra a taxa média da Razão de Dependência Total¹³ de 47,8%, taxa percentual menor na comparação com o Estado de São Paulo (49,3%) e o Brasil (53,5%). Este indicador mede a razão entre a população economicamente dependente (inativa) e a população economicamente ativa, e um resultado alto sinaliza a necessidade de direcionar estratégias e ações voltadas para o trabalho e a profissionalização - especialmente na área da adolescência, foco deste estudo, por ser a partir dos 14 anos a idade de profissionalização para a inserção no mercado do trabalho. As maiores taxas de RDT estão concentradas nas áreas rurais 16 e 17 e nas regiões urbanas 4, 5, 6, 7 e 12. No indicador 3 “Responsáveis por domicílios não alfabetizados” nota-se que as regiões rurais e urbanas 6, 7 e 12 se repetem em relação ao indicador 2 sinalizando que a escolaridade tem relação direta com as oportunidades de trabalho e renda da população. Tal situação se confirma com o indicador 4 “Renda Nominal per capita”, indicador 5 “Renda per capita de ½ salário mínimo” e indicador 6 “População de 5 anos e mais não alfabetizada”; onde as regiões rurais 16 e 17 e urbanas 2, 6, 7, 9 e 12 se relacionam entre si – as regiões com baixa

13 percentual da população inativa (de 0 a 14 anos, e de mais de 60 anos) sobre a população economicamente ativa (na idade entre 15 e 59 anos).

renda são as mesmas com as maiores de população não alfabetizada e em parte, as de maior dependência econômica.

Já o Indicador 7 mostra que crianças e adolescentes de 0 a 17 representam 23,9% da população total do município (53.147), abaixo da média no Brasil que é 29,5% e do Estado do São Paulo com 26,3%. Do percentual de 23,9% de pessoas de 0 a 17 anos, não há diferença entre masculino (12,2%) e feminino (11,8%), as maiores diferenças em relação à média, estão nas regiões 1 e 15.

A matriz com os indicadores do perfil socioeconômico ratifica as regiões da área rural e as regiões urbanas 6, 7, 9 e 12 são as de maior prioridade para ações voltadas à geração de renda e educação.

Segundo os dados do censo de 2010, a população residente em São Carlos com alguma deficiência considerando todos os graus de deficiência: “não consigo de modo algum”, “grande dificuldade” e “alguma dificuldade” totaliza 38.808 (17,49%). Destes, 15.448 (6,96%) possuem grau de severidade permanente: “não consigo de modo alguma” e “grande dificuldade”. A população na faixa etária de 0 a 17 anos, 2.708 (5,12%) possuem alguma deficiência, 5,12% em relação à população total da mesma faixa de idade; destas, 593 (1,12%) possuem deficiência visual, auditiva ou mental/intelectual, permanente: “não consegue de modo algum”, com destaque para a mental/intelectual 365 (0,69%).

Sobre a Pesquisa Quantitativa de Percepção, este volume traz apenas os resultados do perfil dos entrevistados com idade de 12 a 21 anos, tendo em vista que os temas relacionados aos direitos fundamentais do ECA estão inseridos nos volumes 2 ao 6 que tratam do assunto. Dos 352 entrevistados com idade de 12 a 17 anos, 93,2% declararam gostar de morar em São Carlos; e na faixa de idade de 18 a 21 anos dos 174 entrevistados 87,9% declaram gostar da cidade. A redução do percentual dos jovens sinaliza que a cidade não atende as expectativas de 12,1% desta população, entre os motivos declarados se destacam: poucos atrativos de Lazer (30,9%) ; desejo de morar em outra cidade (11,7%) e a cidade não tem muitas oportunidades (10,6%) – o entrevistado pode declarar mais de um motivo nesta pergunta.

No Capítulo 6 o Painel Social da Infância, Adolescência e Juventude destaca os principais indicadores dos volumes 2 ao 6 que tratam dos direitos fundamentais do ECA. Na área da saúde, o Município apresenta resultado de 410 (14,1%) nascidos vivos com menos de 7 consultas no pré-natal considerado como insuficiente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo (7,6%) de mães adolescentes. Ainda no âmbito das estatísticas vitais da saúde, em 2019 foram registrados 8,5 a cada mil nascidos vivos de mães adolescentes com idade de 10 a 19 anos (OMS) e taxa de 19,6 a cada mil nascidos vivos de mães de 15 a 17 anos (ECA) e ainda, a taxa de mortalidade infantil (criança com até 1 anos de vida) está dentro dos parâmetros recomendados pela OMS

(4,8) a cada mil nascidos vivos. No ano de 2019 o CAPSi acompanhou 549 crianças e adolescentes taxa de 10,3 a cada mil habitantes da mesma faixa etária e 3 instituições conveniadas atenderam 985 crianças e adolescentes com alguma deficiência. Finalizando a pesquisa de Percepção com adolescentes e jovens de 12 a 21 anos mostra que 44,9% dos entrevistados conversam sobre sexo com a família, 91,3% sabem se prevenir de IST, 38,6% declararam já ter sido vítima de preconceito pela aparência, pela raça ou cor, pela orientação sexual e por peso. O mapa social mostra que as regiões 2, 6, 7, 8, 9 e 12 possuem a maior contagem de indicadores acima da média geral do município, portanto, são as prioritárias de atenção na área da saúde pública.

Na área da Educação, segundo dados do INEP/Censo escolar de 2019, 156 escolas públicas e privadas oferecem educação básica para 51.966 alunos, sendo 58,9% da rede pública e 24,1% da área privada. A cobertura na Educação Infantil é de 58,8% na creche e 82,8% na pré-escola. A taxa de aprovação no ensino fundamental de São Carlos foi de 99,8% melhor, se comparada com o Estado de São Paulo (97,7%) e o Brasil (92,4%), comparando as taxas entre as redes de ensino a melhor taxa é da rede estadual com 99,8%, seguida pela rede privada com 99,5% e a rede municipal com 96,6%. No Ensino Médio a taxa de aprovação de São Carlos (99,3%) no comparativo com Estado de São Paulo (94,3%) e o Brasil (89,0%) a classificação observada no ensino fundamental se repete, por rede de ensino as taxas se equivalem - 98,5% na rede estadual e 98,6% na rede privada. A questão relevante a ser considerada é a defasagem escolar – distorção da idade-série – no ensino fundamental a taxa da rede municipal é de 6,7%, acima da média geral do município (4,9%), e no ensino médio a taxa da rede estadual é de 7,8% acima da taxa média do município (6,3%). A análise por território sinaliza os pontos de atenção nas regiões geográficas 2, 6, 7, 9, 12 e 13.

No direito à Liberdade, Respeito e Dignidade o Conselho Tutelar mostra que no ano de 2019 a cada mil crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, 10 (dez) sofreram algum tipo de violação, e das 2.191 denúncias registradas, 375 (17,1%) foram de violência de qualquer natureza. Dos atos 359 ocorrências de infracionais cometidos por adolescentes, 52,1%, envolvem tráfico ou posse ilegal de drogas. A Pesquisa de Percepção abordou sobre violências sofridas e os resultados retratam que 36,8% dos entrevistados de 12 a 17 anos e 38,5% dos entrevistados de 18 a 21 anos sofreram algum tipo de violência e 29,1% e 13,4% respectivamente, sofreram mais de um tipo de violência. O mapa social sintetiza os indicadores e na contagem geral as regiões geográficas, por território as regiões.

No eixo de convivência familiar e comunitária dos 71.601 domicílios mapeados no censo do IBGE de 2010 2010, em 3 domicílios a cada mil os adolescentes são os responsáveis pela família;

em torno de 19 (18,9) a cada mil domicílios a renda per capita é de até ¼ SM e 19,4 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, a cada mil habitantes da mesma idade, sofreram violações de direito. Em 2019 os serviços da Proteção Básica (CRAS) acompanharam 335 crianças e adolescentes no PAIF e 735 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos no SCFV. Na Proteção Social Especial (CREAS) foram 243 crianças e adolescentes acompanhados no PAEFI. As notificações de violações do direito à convivência familiar e comunitária, representam 1.029 (47,0%) do total de registros do Conselho Tutelar no ano de 2019, sendo 24,7% (541 de 2.191) por ambiente familiar impróprio, conflituoso ou violento. Ainda importante citar os resultados da Pesquisa de Percepção que mostra um resultado positivo, a maioria dos 526 entrevistados se sentem “acolhidos na família” o percentual varia entre os entrevistados adolescentes de 12 a 17 anos representam (79,5%) e jovens de 18 a 21 anos (68,4%). No entanto a família foi citada na pesquisa como o local de maior frequência das ocorrências (53,7%) pelos 189 adolescentes que sofreram algum tipo de violência e para os jovens a escola foi o local predominante com 45,9% dos 105 casos. A violência mais citada pelos dois grupos foi a psicológica ou bullying. Neste Direito as regiões geográficas 2, 6, 7, 9, 12 e 16 aparecem com a maior contagem de indicadores acima da média do município ou as de maior prioridade para ações neste direito do ECA.

No capítulo 7 estão inseridos os resultados das pesquisas qualitativas realizadas com 5 grupos: Crianças, Adolescentes, Pais e Responsáveis, Conselho Tutelar e Lideranças Comunitárias. As contribuições de todos os grupos para este projeto de pesquisa social por meio de comentários, experiências, expectativas e recomendações trazem “Luz” aos números quantitativos e conhecimento de “realidades ocultas”, especialmente das crianças e dos adolescentes protagonistas deste exitoso projeto de Pesquisa Social, financiado pela Companhia CPFL com recursos do Fundo da Infância e Juventude, viabilizado com a proposição do CMDCA, sonhado pelos técnicos da rede do SGDCA e idealizado pela Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude do município de São Carlos.

8.1. RECOMENDAÇÕES

A partir de toda a pesquisa deste diagnóstico e de suas análises conclusivas, apresentar-se-ão recomendações de ações que poderão ser pensadas e articuladas para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do município, com vistas à efetivação do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

- ✓ Definir procedimentos e fluxos de atendimento às crianças e adolescentes em suspeita ou em violação de direitos de modo claro, objetivo e integrativo, atribuindo o papel e competência de atuação a cada órgão e equipamento, assim como definir qual o protocolo ou conduta a ser realizado para diferentes situações e violações;
- ✓ Padronizar e unificar as terminologias relativas às notificações nos atores do SGDCA, evitando duplicidade para condutas equivalentes, como por exemplo, abuso sexual, estupro, violência sexual, entre outros, de modo a facilitar a intersectorialização dos atendimentos;
- ✓ Priorizar o uso de equipamentos e sistemas de informação integrados para a rede de atendimento como um todo;
- ✓ Promover ações de sensibilização e capacitação contínua para a rede de atendimento do SGDCA, no intuito de reforçar e atualizar os fluxos de atendimento, na atualização instrução e da temática da criança e do adolescente, de fomentar a discussão e aprimoramento das políticas públicas e sociais, e no fortalecimento motivacional e psicológico dos técnicos;
- ✓ Designar a promoção de campanhas nos municípios para orientar a população sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente, no intuito de esclarecer mitos e verdades do senso comum, principalmente em relação ao Conselho Tutelar, com o objetivo de estimular a denúncia de violações contra crianças e adolescentes;
- ✓ Promover ações e programas contínuos, direcionados para o público infantojuvenil, com foco na conscientização, orientação e educação sobre cidadania, direitos e deveres, ECA, Conselho Tutelar;
- ✓ Priorizar ações e campanhas de conscientização e esclarecimento com foco na prevenção de violações de direitos e violências contra a criança e o adolescente;
- ✓ Direcionar campanhas e ações específicas e por território para a conscientização e combate das violações de direito das crianças e dos adolescentes, conforme dados dos indicadores apresentados por tipo e território;
- ✓ Fortalecer o CREAS, enquanto órgão de competência municipal para o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com equipe multidisciplinar adequada e

capacitada;

- ✓ Colocar em prática ferramentas de mediação de conflitos e justiça restaurativa em qualquer fase do procedimento de ato infracional, pois este tipo de abordagem favorece a reflexão e a responsabilização dos atos praticados, por meio da empatia e de colocar-se no lugar do outro, para que haja o amadurecimento do indivíduo;
- ✓ Direcionar ações intersetorias para a família de socioeducandos, com o objetivo de prestar atendimento de orientação, educação e conscientização do papel da família, dos pais e responsáveis no âmbito da temática de adolescentes em conflito com a lei;
- ✓ Promover palestras, atividades informativas e dinâmicas no combate à cultura do consumo, da importância da educação e profissionalização, no intento de conscientizar, prevenir e coibir o envolvimento com atividades ilícitas, como prática de atos infracionais, uso ou vendas de drogas, e exploração sexual comercial;
- ✓ Atuar de forma preventiva no âmbito das violações de direito, principalmente as ocorridas em ambiente familiar, com a ampliação do serviço da proteção social básica e sua extensão para territórios descobertos com a instalação de novos equipamentos – para alcançar regiões vulneráveis – Regiões – como forma de proporcionar a orientação necessária para o planejamento, desenvolvimento e o fortalecimento de vínculos familiares;
- ✓ Direcionar a criação de políticas públicas e programas de capacitação e inserção profissional para adolescentes em situações de vulnerabilidade ou socioeducandos, os quais contemplam requisitos compatíveis com sua realidade social, já que muitos dos adolescentes em conflito com a lei dificilmente são selecionados por este programa em virtude de apresentarem situações de defasagem, infrequência ou evasão escolar, fomentando sua participação em atividades ilícitas como forma de obtenção de renda;
- ✓ Estender o reconhecimento das violações elencadas na rede de proteção também aos adolescentes autores de atos infracionais, em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, em razão da vulnerabilidade típica nas instituições de privação/restrição de liberdade, ficando o adolescente sob risco de possíveis maus-tratos, nos casos de excesso disciplinar, de violência psicológica e física, de insalubridade do ambiente e de inadequação da nutrição às características da fase peculiar de desenvolvimento do adolescente;
- ✓ Fortalecer e instruir as redes de proteção existentes nos municípios para que notifiquem o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) conjuntamente com os sistemas das Secretarias Municipais de Saúde, por meio do qual devem ser notificados os casos de violência e encaminhados para atendimento;
- ✓ Definir fluxos de atendimento e notificação no SINAN para casos de violência e

capacitar os técnicos conforme normas e regulamentos preconizados pelo Ministério da Saúde;

- ✓ Promover ações que visem a mobilização e desmistificação da opinião pública e do “olhar social” de senso comum em relação ao adolescente socioeducando, para que ele seja reconhecido como sujeito de direito, em conformidade com a doutrina da proteção integral e com a legislação em vigor;
- ✓ Preconizar, em conjunto com a esfera estadual, a adequação dos equipamentos que atendem adolescentes em cumprimento de MSE com a política preconizada pelo SINASE, bem como a adesão à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes no Sistema Socioeducativo em equipamentos de internação;
- ✓ Incluir adolescentes socioeducando no serviço de convivência familiar e comunitária, com marcação prioritária no serviço.

9. CONCLUSÃO

A elaboração deste diagnóstico social do município de São Carlos estruturado em seis volumes, foi construído de forma participativa da coleta à análise dos dados, por uma equipe técnica multidisciplinar, coordenação, entrevistados e com o acompanhamento da Comissão do Diagnóstico que participou ativamente de todo o projeto. Fundamentado em metodologia científica e cartográfica, permitiu a ressignificação da temática da criança e do adolescente e possibilitará ao gestor público e colaboradores do SGDCA, um novo olhar para os 17 (dezessete) recortes espaciais ou regiões geográficas, que evidenciam aspectos particulares e singulares dos contextos locais.

Apesar de cada volume deste compêndio tratar de um eixo de Direito em específico, os direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal e reforçados pelo ECA, possuem caráter de universalidade, indivisibilidade, interdependência e complementariedade (Mendes, 2008). Sendo assim, o mapeamento das áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos propiciou identificar as localidades com crianças e adolescentes expostas às situações de fragilidades, riscos, violações de direito e vulnerabilidades por tema, e que certamente requerem diferentes estratégias e ações para o seu enfrentamento.

As pesquisas qualitativas e de percepção com a participação da rede de atendimento dos próprios adolescentes também enriqueceu este trabalho e possibilitou atingir o cerne e a profundidade que alguns temas exigem e que não são retratados em números ou nos bancos de dados. Em seu decorrer ficou evidente a importância da participação em conjunto dos atores que estão diretamente envolvidos com a política de atendimento do Sistema de Garantia de Direito das Crianças e Adolescentes, dos agentes públicos que atuam diretamente na ponta dos serviços, e da sociedade por meio do apoio de instituições não governamentais ativistas e da própria família.

A escolha do público e a divisão das frentes de investigação para a pesquisa de percepção por diferentes públicos tiveram por objetivo formar um corpo social a partir de todas as pontas, desde o poder público municipal até a sociedade e a família, e priorizar a inclusão das próprias crianças e adolescentes, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Assim, este Diagnóstico cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato situacional do município por território, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas

capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente incorporada à realidade social das crianças e adolescentes.

De imediato, percebeu-se a importância em não só aproximar o poder público, os conselhos de direito e a sociedade civil a conhecer a realidade das crianças e adolescentes do município, mas de mobilizar a todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias, ações e políticas públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de São Carlos – pois a concretização da transformação social torna-se possível através da articulação e da prática de meios e ações resultantes do pensar coletivo, sem prejuízo da responsabilidade constitucional que foi dirigida a todos: família, sociedade e Estado.

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos está em processo de apuração, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento de suas potencialidades e no seu fortalecimento, e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes no município.

Assim, a finalização deste projeto com a entrega do compêndio de seis volumes que compreendem o Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente do Município de São Carlos - SP, marca o início de uma nova etapa de trabalho, pois espera-se que a partir dele sejam desdobradas ações, pesquisas e estudos, de modo a aprofundar o conteúdo que a realidade contextualizada nestes cadernos exige e requer.

10. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 15 de agosto de 2019.

____. Código Penal. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

____. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acessado em: 13 de agosto de 2019.

____. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acessado em: 13 de julho de 2019.

____. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm>. Acessado em 07 de agosto de 2019.

____. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006.

____. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acessado em: 24 de janeiro de 2017.

____. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acessado em: 19 de outubro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar? Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselhotutelar>>. Acessado em: 30 de julho de 2018.

CONANDA. Resolução nº 113. Disponível em:<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/Res_113_CONANDA.pdf>. Acessado em: 12 de dezembro de 2017.

CURRY, Munir. GARRIDO DE PAULA, Paulo Afonso. MARÇURA, Jurandir Norberto. Estatuto da Criança e do Adolescente anotado. 3 ed. Ver, e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

CUSTÓDIO, André Viana. Direito da Criança e do Adolescente. Criciúma, SC: UNESC, 2009.

DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. A nova lei nacional de adoção e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantia dos adotandos. Disponível em C:\Documents and Settings\Administrador\Meus documentos\0.mht. Acesso em 1º novembro 2010.

DATASUS. Disponível em:<<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sinasc-sistema-de-informacoes-de-nascidos-vivos>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

_____.Disponível em:<<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sim-sistema-de-informacoes-de-mortalidade>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de abril de 2018.

_____.Cidades. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em 09 de maio de 2019.

_____. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Rio de Janeiro – RJ, 2019.

_____. Microdados2010. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de abril de 2019.

INEP. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acessado em: 29 de maio de 2019.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). Família Brasileira: a base de tudo. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 51.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.) Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. São Paulo: 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, MC. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acessado em: 20 de junho 2019.

____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>>. Acessado em: 20 de junho 2019.

____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-devinculos>>. Acessado em: 20 de junho 2019.

____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2008. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesTecnicasServicosdeAcolhimento0206.pdf>>. Acessado em: 20 de junho 2019.

____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-socialbasica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>. Acessado em: 20 de junho 2019.

____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>>. Acessado em: 20 de junho 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, MPSP. Área de atuação da infância e Juventude. Disponível em: < http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c>. Acessado em: 14 de maio 2019.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada. Editora Revista dos Tribunais, 2002

ROSA, Alexandre Moraes da. O “cuidado” como critério do princípio do melhor interesse da criança: a questão da destituição do poder familiar. In PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de (orgs). O cuidado como Valor Jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RIPSA. Disponível em:<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_A.16.pdf>. Acessado em: 09 de maio de 2019.

SALIBA O, Garbin CAS, GARBIN AJI, DOSSI AP. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. Rev Saúde Pública. [Internet]. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/rsp/v41n3/5805.pdf>>. Acessado em 15 de agosto de 2018. Santos, M.. Território e Sociedade entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000. pg. 22.

SOLIGO. Valdecir. Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. Maio, 2012.

TAVARES, José de Farias. Direito da Infância e da Juventude. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, TJSP. Coordenadoria da Infância e Juventude. Disponível em: < <https://www.tjsp.jus.br/InfanciaJuventude>>. Acessado em: 14 de maio 2019.

VENOSA, Sílvio de Salva. Direito Civil: Direito da Família. São Paulo: Atlas, Ed. 14ª, 2014, p. 8.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Justiça e Trabalho Infantil: Uma questão de Direitos Humanos. Disponível em: < http://www.tst.jus.br/web/trabalho-infantil/noticias/-/asset_publisher/ry7Y/content/-a-cultura-que-aceita-o-trabalho-infantil-e-o-maior-entrave-do-combate-ao-problemaafirma-ministra-do-tst-em-seminario-na-escola-judicial-do-trt-rs>. Acessado em: 10 de setembro de 2019.





Site da PAINEL:

www.painelpesquisas.com.br

Rua: Ibirapuera 715, Sala D – Floresta – Joinville/SC

Tel: (55) 47 3025 5467 – (55) 47 3025 6267 – Cel: (55) 47 9 9993 1043
atendimento@painelpesquisas.com.br

O Poder da Informação muda o Mundo.



www.diagnosticossociais.com.br/sao-carlos

painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Idealização:



**Prefeitura de
SÃO CARLOS**



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Financiamento:



Apoio:



Fundação Educacional São Carlos



**CONSELHO
TUTELAR**
São Carlos